

Documento do
Banco Mundial

SOMENTE PARA USO OFICIAL

Relatório Nº 66407-BR

DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO DE PROJETO

PARA UM

EMPRÉSTIMO PROPOSTO

NO MONTANTE DE US\$ 100 MILHÕES

AO

ESTADO DO CEARÁ

COM A GARANTIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PARA O

**PROJETO CEARÁ RURAL: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E
COMPETITIVIDADE (*PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL –
PROJETO SÃO JOSÉ III*)**

7 de março de 2012

Departamento de Desenvolvimento Sustentável
Banco Mundial – Escritório do Brasil
Região da América Latina e Caribe

Este documento está sendo disponibilizado ao público antes da consideração da Diretoria Executiva, o que não implica presunção de resultado. Este documento poderá ser atualizado após a consideração da Diretoria Executiva, após o qual sua versão atualizada será disponibilizada ao público em conformidade com a Política sobre Acesso à Informação do Banco Mundial.

EQUIVALÊNCIA MONETÁRIA

(Taxa de câmbio em vigor em 1º de março de 2012)

Unidade monetária	=	Real (R\$)
R\$ 1,7146	=	US\$ 1,00
R\$ 1,00	=	US\$ 0,54
EXERCÍCIO FINANCEIRO		
1º de janeiro – 31 de dezembro		

SIGLAS E ABREVIACÕES

AC	Associação Comunitária
AP	Aliança Produtiva
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BB	Banco do Brasil
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará
CDD	Desenvolvimento Induzido pela Comunidade <i>Community Driven Development</i>
CEDS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável
CEDR	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural
CENTEC	Instituto Centro de Ensino Tecnológico
CMDS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável
COGERH	Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONPAM	Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente
CONTAG	Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura
CPS	Estratégia de Parceria com o País <i>Country Partnership Strategy</i>
CTDRS	Colegiado Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESMF	Marco Conceitual de Gestão Ambiental e Social <i>Environment and Social Management Framework</i>
FECOP	Fundo Estadual de Combate à Pobreza
FUNASA	Fundação Nacional da Saúde
FUNCENE	Fundaçao Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano

IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IPPF	Marco Conceitual de Planejamento dos Povos Indígenas <i>Indigenous Peoples Planning Framework</i>
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
O&M	Operação e Manutenção
ODP	Objetivo de Desenvolvimento do Projeto
ONG	Organização Não Governamental
OP	Organização de Produtores
PAM	Plano de Águas Municipais
PPP	Parcerias Público-Privadas
PREVINA	Programa Estadual de Prevenção, Monitoramento, Controle de Queimadas e Combate aos Incêndios Florestais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RPF	Marco Conceitual de Políticas de Reassentamento Involuntário <i>Resettlement Policy Framework</i>
SAS	Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento Básico
SDA	Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECITECE	Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará
SEDUC	Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Ceará
SISAR	Sistema Integrado de Saneamento Rural
SOE	Declaração de Despesas <i>Statement of Expenditure</i>
SOHIDRA	Superintendência de Obras Hídricas
SRH	Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará
TIR	Taxa Interna de Retorno
UGP	Unidade de Gerenciamento do Projeto
UGT	Unidade de Gestão Territorial

Vice-presidente:	Hasan A. Tuluiy
Diretor de País:	Makhtar Diop
Diretor de Setor:	Ede Jorge Iijasz-Vasquez
Gerente de Setor:	Ethel Sennhauser
Líder da Equipe do Projeto:	Maria de Fatima Amazonas

BRASIL
PROJETO CEARÁ RURAL: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E
COMPETITIVIDADE

ÍNDICE

I.	CONTEXTO ESTRATÉGICO	1
A.	Contexto nacional	1
B.	Contexto setorial e institucional.....	3
C.	Objetivos principais para os quais o Projeto contribui	4
II.	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO.....	5
A.	ODP.....	5
	Beneficiários do Projeto.....	6
	Indicadores de resultados relacionados aos ODP	6
III.	DESCRIÇÃO DO PROJETO.....	6
A.	Componentes do Projeto	6
B.	Financiamento do Projeto	7
	Instrumento de crédito	7
	Custo do Projeto e Financiamento (US\$)	8
C.	Lições aprendidas e aplicadas na elaboração do Projeto	8
IV.	IMPLEMENTAÇÃO.....	9
A.	Arranjos institucionais e de execução.....	9
B.	Monitoramento e avaliação dos resultados	10
C.	Sustentabilidade	10
V.	PRINCIPAIS RISCOS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO.....	12
VI.	RESUMO DA AVALIAÇÃO.....	13
A.	Análise econômico-financeira	13
B.	Técnica.....	13
C.	Administração Financeira	14
D.	Aquisições	14
E.	Social.....	15
F.	Ambiental.....	16

Anexo 1: Matriz de Resultados e Monitoramento	18
Anexo 2: Descrição Detalhada do Projeto	23
Anexo 3: Arranjos de Implementação	36
Anexo 4: Matriz de Avaliação de Riscos Operacionais (ORAF)	63
Anexo 5: Plano de Apoio à Execução do Projeto	66
Anexo 6: Análise Econômico-financeira	69
Anexo 7: A irrigação no Ceará e Atividades do Projeto Relacionadas com Irrigação.....	75

PAD DATA SHEET
Brasil
Ceará Rural: Desenvolvimento Sustentável e Competitividade
DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO DE PROJETO

América Latina e Caribe
Agricultura e Desenvolvimento Rural

Informações básicas			
Data:	7/mar/2012	Setores:	Agricultura geral, pesca e setor florestal (40 %); abastecimento de água (25 %); irrigação e drenagem (15 %); lavoura (10 %); tecnologia da informação (10 %)
Diretor de País:	Makhtar Diop	Temas:	Mercados rurais (35 %), serviços e infraestruturas rurais (25 %), facilitação do comércio e acesso a mercados (15 %), apoio a micro, pequenas e médias empresas (15 %), Políticas e instituições rurais (10 %)
Gerente/Diretor de Setor:	Ethel Sennhauser/Ede Jorge Ijjasz-Vasquez	Categoria	B - Avaliação parcial de IA
ID do Projeto:	P121167		
Instrumento de crédito:	Empréstimo para financiamento específico		
Líder(es) da Equipe do Projeto:	Maria de Fatima de Sousa Amazonas		
Em conjunto com a IFC: Não			
Mutuário: Governo do Estado do Ceará			
Agência responsável: Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário - Unidade de Gerenciamento do Projeto			
Contato:	Josias Farias Neto	Cargo:	Gerente de Projeto
Telefone:	55-85-31018112	Email:	josias.farias@sda.ce.gov.br
Período de execução do Projeto: Quatro anos			
Data prevista para entrada em vigor:	31 de julho de 2012		
Data prevista para encerramento:	31 de outubro de 2016		

Dados sobre o financiamento do Projeto (em milhões de US\$)														
[X] Empréstimo			[] Subsídio			[] Outro								
[] Crédito			[] Garantia											
Para empréstimos/créditos/outros														
Custo total do Projeto (em milhões 150,00 de US\$):														
Financiamento total do Banco (em 100,00 milhões de US\$):														
Fonte do Financiamento				Montante (em milhões de US\$)										
Mutuário				50,00										
Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento				100,00										
Total				150,00										
Desembolsos previstos (em milhões de US\$)														
Exercício financeiro	2012	2013	2014	2015	2016	2017								
Anual	0,00	30,00	45,00	20,00	5,00	0,00								
Acumulado	00,00	30,00	75,00	95,00	100,00	100,00								
Objetivo(s) de Desenvolvimento do Projeto														
Objetivo de Desenvolvimento do Projeto: O presente projeto tem os seguintes objetivos: (i) melhorar a sustentabilidade da produção rural, incluindo irrigação e geração de renda no campo; e (ii) contribuir com as ações do Mutuário para universalizar o acesso aos serviços de água.														
Componentes														
Título do componente						Custo Total (milhões de US\$)								
1. Inclusão Econômica: promoção de investimentos em inclusão econômica rural no território do Mutuário, por meio de: (a) apoio para: (i) preparação de planos de negócios, (ii) construção de armazéns, (iii) subprojetos produtivos e ambientais e (iv) desenvolvimento de política de gerenciamento do risco de desastres, planos de emergência e sistemas de alerta precoce para prevenção de desastres naturais.						70,00								
2. Serviços de água: apoio às ações do Estado para assegurar o acesso universal à água potável e esgoto nas áreas rurais e para ampliar os modelos existentes de sistemas de gerenciamento da distribuição de água.						50,00								
3. Fortalecimento institucional e gerenciamento do Projeto: apoio para o gerenciamento técnico e administrativo do Projeto, incluindo sistemas de informação, monitoramento e avaliação de impacto; treinamentos e atividades de assistência técnica para fortalecer as funções críticas dos atores do projeto e do setor público para assegurar						23,30								

a implementação e sustentabilidade do projeto			
Conformidade com as Políticas do Banco			
Políticas			
O projeto se afasta da Estratégia de Assistência aos Países (CAS) em conteúdo ou outros aspectos significativos?	Sim [] Não [X]		
Explicação:			
O projeto requer algum tipo de exceção às políticas do Banco Mundial?	Sim [] Não [X]		
Elas foram aprovadas pela gerência do Banco Mundial?	Sim [] Não []		
Foi solicitada aprovação à Diretoria do Banco Mundial para qualquer exceção às políticas?	Sim [] Não [X]		
O projeto atende aos critérios regionais de prontidão para execução?	Sim [X] Não []		
Políticas de salvaguarda acionadas pelo Projeto			
Avaliação Ambiental OP/BP 4.01	X		
Habitats Naturais OP/BP 4.04	X		
Florestas OP/BP 4.36	X		
Controle de Pragas OP 4.09	X		
Recursos Culturais Físicos OP/BP 4.11	X		
Povos Indígenas OP/BP 4.10	X		
Reassentamento Involuntário OP/BP 4.12	X		
Segurança de Barragens OP/BP 4.37	X		
Projetos em Hidrovias Internacionais OP/BP 7.50			
Projetos em Áreas em Disputa OP/BP 7.60	X		
Condições e cláusulas legais			
Nome	Recorrente	Prazo	Frequência
Comitê de Articulação do Projeto		60 dias após a data da Efetividade	
Descrição da Condição/Cláusula			
Acordo de Empréstimo – Cronograma 2, Seção I.1: Em até 60 dias após a data da Efetividade, o Mutuário deve estabelecer e manter, ao longo da execução do Projeto, um Comitê de Articulação presidido pela SDA e composto por representantes das principais secretarias e organizações, tal como definido no Manual Operacional. Dito comitê será responsável pela supervisão geral e orientação do projeto quanto a aspectos estratégicos e multissetoriais.			
Nome	Recorrente	Prazo	Frequência
Unidade de Gerenciamento do Projeto		30 dias após a data	

(1) e Unidades Territoriais do Projeto (13)		da Efetividade	
--	--	----------------	--

Descrição da Condição/Cláusula

Acordo de Empréstimo – Cronograma 2, Seção I.2 (a): O Mutuário deve criar e manter, até a conclusão do Projeto: (i) uma unidade de gerenciamento do projeto (UGP) na SDA, que será responsável pela gestão, coordenação, supervisão, monitoramento e avaliação do Projeto; (ii) em até 30 dias a partir da data da Efetividade, estabelecer, operar e manter, até a conclusão do Projeto, treze unidades de gestão territorial (UGT) abrangendo o território do Mutuário, que serão responsáveis pela coordenação e implementação das atividades do Projeto nos municípios e áreas mais remotas, incluindo a responsabilidade de assegurar a integração e a qualidade das atividades no âmbito do Projeto.

Nome	Recorrente	Prazo	Frequência
Planos Operativos Anuais		30 de novembro de cada ano	Anual

Descrição da Condição/Cláusula

Acordo de Empréstimo – Cronograma 2, Seção I.3: O Mutuário deve: (a) preparar e fornecer ao Banco, até o dia 30 de novembro de cada ano, durante o período de implementação do Projeto, planos operacionais anuais satisfatórios para o Banco, detalhando as atividades do projeto a ser realizadas durante o ano subsequente à data de apresentação do referido plano, juntamente com as respectivas fontes de financiamento; (b) fornecer ao Banco os planos operacionais anuais aprovados (incluindo as respectivas fontes de financiamento) referidos na alínea (a) desta seção para cada ano em questão, em, no máximo, 30 dias após a aprovação do orçamento anual do Mutuário pela Assembleia Legislativa; e (c) a partir daí, implementar, de maneira considerada aceitável pelo Banco, cada um dos referidos planos.

Composição da equipe

Equipe do Banco			
Nome	Cargo	Especialidade	Unidade
Judith M. Lisansky	Antropóloga Sênior	Antropóloga Sênior	LCSSO
Susana Amaral	Especialista em Gestão Financeira	Especialista em Gestão Financeira	LCSFM
Gunars H. Platais	Economista Ambiental Sênior	Economista Sênior em Meio Ambiente	LCSEN
Alberto Coelho Gomes Costa	Consultor ET	Consultor ET	LCSSO
Edward William Bresnyan	Especialista Sênior em Desenvolvimento Rural	Especialista Sênior em Desenvolvimento Rural	LCSAR
Paula Silva Pedreira de Freitas	Analista de Operações	Analista de Operações	LCSEN
Luciano Wuerzius	Especialista em Licitações	Especialista em Licitações	LCSPT
Mariana Margarita Montiel	Advogada Sênior	Advogada Sênior	LEGLA

Maria de Fatima de Sousa Amazonas	Especialista Sênior em Desenvolvimento Rural	Líder da Equipe e Gerente do Projeto	LCSAR
Juliana Menezes Garrido Pereira	Especialista em Infraestrutura	Especialista em Infraestrutura	LCSUW
Erick C.M. Fernandes	Conselheiro	Conselheiro	LCSAR
Jose C. Joaquin Toro Landivar	Especialista Sênior em Gerenciamento de Risco de Desastres	Especialista Sênior em Gerenciamento de Risco de Desastres	LCSUW
Miguel-Santiago da Silva Oliveira	Gerente de Finanças	Gerente de Finanças	CTRLN
Erwin De Nys	Especialista Sênior em Recursos Hídricos	Especialista Sênior em Recursos Hídricos	LCSEN
Daniella Ziller Arruda Karagiannis	Assistente de Programa	Assistente de Programa	LCC5C
Clarisse Torrens Borges Dall Acqua	Consultora ET	Consultora ET	LCSEN
Abdoulaye Sy	Young Professional	Young Professional	Programa Jovens Profissionais
Barbara Cristina Noronha Farinelli	Consultora ET	Consultora ET	LCSSD
Equipe externa			
Nome	Cargo	Telefone do escritório	Cidade
Luis Loyola	Especialista em irrigação/FAO		Santiago
Mario Castejon	Especialista em Marketing/ Economista agr./ FAO		Panamá

I. CONTEXTO ESTRATÉGICO

A. CONTEXTO NACIONAL

1. O Brasil é o maior país da região da América Latina e Caribe (ALC) em área, população e economia. O sólido desempenho da economia brasileira durante a crise financeira e sua recuperação precoce e vigorosa, incluindo um crescimento de 7,5 % em 2010, contribuíram para sua transição de potência regional a potência global. Apesar dos recentes resultados econômicos e dos programas sociais que retiraram dezenas de milhões de pessoas da pobreza, dos seus imensos recursos naturais e do seu forte potencial de desenvolvimento, o Brasil ainda deve enfrentar desafios importantes para concretizar seus planos de fazer parte do grupo das nações desenvolvidas no período de uma geração. A exclusão econômica e social, a desigualdade e o acesso limitado à terra há muito são causas profundas da pobreza. Além disso, continuam a existir enormes disparidades entre todas as regiões do país – o Nordeste ainda é a região mais pobre e mais desigual, com um largo abismo a separar ricos e pobres.

2. O Governo brasileiro vem implementando uma estratégia para erradicar a pobreza extrema, com foco na melhoria das oportunidades para as populações vulneráveis. O “Brasil Sem Miséria”, programa interministerial do Governo Federal, beneficia 16,2 milhões de pessoas que vivem em situação de pobreza extrema, ou seja, com menos de R\$ 70 *per capita* por mês (cerca de US\$ 1,50 por dia). Isso implica um forte foco na região Nordeste, onde vivem 59 % dos extremamente pobres.

3. O Ceará, terceira maior economia da região Nordeste, tem dado passos firmes em direção à melhoria dos indicadores tanto econômicos como sociais nos últimos anos. Entre 2007 e 2010, o PIB do Estado (atualmente na 12^a posição entre os 27 estados brasileiros) cresceu 58 %, bem acima dos 25 % da média nacional para o período. Não obstante os progressos recentes, o Estado enfrenta desafios significativos: os níveis de pobreza ainda são inaceitavelmente altos no Ceará, com 13 % de sua população vivendo abaixo da linha da pobreza extrema da região¹ e quase um terço dos habitantes (31 %) abaixo da linha da pobreza regional. Evidentemente, para manter os ganhos de inclusão social alcançados e reduzir substancialmente os níveis de pobreza atuais será necessário um crescimento econômico mais rápido e inclusivo.

4. A agricultura é um importante setor da economia brasileira e fundamental para o crescimento econômico e para o câmbio. O setor agrícola representa cerca de 6 % do PIB (25 % quando se considera também o agronegócio) e 36 % das exportações nacionais. O Brasil registrou um saldo comercial positivo no setor agrícola de US\$ 87,6 bilhões, de janeiro a novembro de 2011, 24 % acima do mesmo período em 2010². A parcela de participação da agricultura familiar na alimentação brasileira é de 70 %, ou seja, o setor tem um forte potencial não só para garantir a segurança alimentar e nutricional, mas também o crescimento econômico e o equilíbrio do preço dos alimentos. Embora sejam as propriedades agrícolas comerciais que dominem a produção com valor agregado, é a agricultura familiar a responsável em todo o país

¹ A “linha de pobreza extrema” é definida como a renda suficiente para um consumo mínimo de alimentos (2.000 calorias por dia) de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS).

² Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 12 de dezembro de 2011).

pela produção de 70 % da mandioca, 46 % do milho e 63 % das hortícolas, além de 56 % da produção animal de grande porte (laticínios incluídos).³

5. Mudanças tecnológicas na agricultura são fundamentais para reduzir a pobreza. Promover o desenvolvimento, estimular o crescimento econômico e melhorar a produtividade agrícola ajudarão a população rural mediante o aumento direto de sua renda e competitividade. O Ceará está determinado a investir em práticas e tecnologias inovadoras e capitalizar os vínculos essenciais com o agronegócio e com as pequenas e médias empresas.

6. Principais desafios enfrentados pelos grupos de produtores e serviços públicos nas áreas rurais: O baixo nível de produtividade no campo e de acesso a serviços básicos está ligado a vários entraves no Ceará, entre eles os mais importantes são: (a) baixo nível de inovação tecnológica em termos de produtos, processos e organização, bem como os riscos inerentes de perdas na produção e as ameaça à segurança alimentar; a baixa inteligência de mercado, que dificulta uma resposta coordenada e pontual da oferta; (b) dificuldade de acesso a capital por parte dos produtores para ampliar a acumulação de ativos de diversos tipos (físicos, financeiros, gerenciais e sociais) e (c) falta de ligação entre assistência técnica e necessidades dos agricultores, tanto no que se refere ao atendimento das demandas do mercado quanto à redução da vulnerabilidade por meio da adaptação às mudanças climáticas.

7. Adversidade climática e escassez/distribuição desigual da água: O Nordeste brasileiro sofre com a escassez crônica de água, com longas e severas secas periódicas, que ocasionam uma série de problemas econômicos e sociais e impedem o desenvolvimento da região. O Ceará é um dos estados mais secos do Brasil, com uma disponibilidade média anual de água *per capita* de 1.150 m³, o equivalente a apenas 4 % da média nacional. O Sertão, sub-região de clima semiárido, representa 87 % do seu território⁴, com uma disponibilidade de água anual *per capita* entre 400 m³ e 800 m³. Ironicamente, é na região do sertão onde se concentra cerca de 98 % de toda a água disponível no Estado. Em razão das condições climáticas do Estado e da variabilidade decorrente das secas extremas, o risco de desertificação e as enchentes são responsáveis por grandes desastres naturais com um enorme impacto na agricultura e na produção de alimentos. A agricultura também terá que se adaptar a condições de cultivo cada vez mais variáveis e imprevisíveis. Nos últimos anos, vários estados brasileiros de diferentes regiões registraram as chuvas mais intensas de sua história, que ocasionaram graves inundações.

8. Abastecimento de água e saneamento nas zonas rurais do Ceará: O Estado tem 184 municípios e uma população de 8,4 milhões de habitantes⁵, dos quais 75 % vivem em áreas urbanas e 25 % (2,1 milhões de habitantes) em áreas rurais. Em 2009, 91 % da população urbana do Estado tinha acesso a abastecimento de água potável, com uma parcela de apenas 17 % entre a população rural. Em contraste, os serviços de saneamento básico beneficiam 37 % da população nas áreas urbanas, mas somente 0,20 %⁶ nas áreas rurais. Nesse contexto, a meta do Estado de assegurar o acesso universal aos serviços de água até 2015 é considerada extremamente ambiciosa, uma vez que o montante dos investimentos necessários está muito acima das verbas

³ IBGE 2009.

⁴ Engloba 150 do total de 184 municípios do Estado, IBGE 2010.

⁵ Fonte: Censo 2010 do IBGE

⁶ IPECE, <http://www.ceara.gov.br/ceara-em-numeros>.

alocadas atualmente. Ao concluir as intervenções propostas pelo projeto, essa cobertura nas áreas rurais será de 19 % para abastecimento de água potável e de 2 % para serviços de saneamento básico.

9. Apesar dos pesados e contínuos investimentos do Estado em infraestrutura de água, o acesso à água potável e para a irrigação ainda é deficiente. Os pequenos agricultores, especialmente no sertão, frequentemente têm de conviver com níveis extremamente baixos de acesso aos recursos hídricos, o que representa uma área irrigada relativamente pequena (apenas 0,3 % da área agrícola total do Estado) e a interrupção periódica de abastecimento de água potável nas empresas e famílias rurais, limitando significativamente o crescimento do processamento comercial de alimentos e do preparo primário dos alimentos nos domicílios. A falta de sistemas adequados de saneamento básico também representa uma restrição às atividades dos produtores comerciais, até mesmo no nível das cooperativas de menor porte.

B. CONTEXTO SETORIAL E INSTITUCIONAL

10. O Plano Plurianual 2012-2015 (PPA) visa aumentar o desenvolvimento e a produtividade regional e rural, partindo dos seguintes princípios:

- (a) **Abordagem e integração regional/territorial :** Os treze territórios do Ceará (sete dos quais coincidem com a delimitação geográfica do programa do Governo Federal Territórios da Cidadania) ajudarão na concentração e coordenação de vários programas federais e estaduais de estímulo à inclusão econômica e social;
- (b) **Respostas inteligentes às adversidades climáticas:** O projeto proposto estimulará as inovações que de maneira coordenada contribuam para a elevação da produtividade agrícola e o uso eficiente dos escassos recursos hídricos e promovam a resiliência às mudanças climáticas também reduzindo as emissões de carbono;
- (c) **Inovação:** Os produtores rurais precisam adotar novas tecnologias e ter acesso a mais inteligência comercial para poder prosperar em mercados dinâmicos. Isso exigirá novas abordagens de aprendizagem para estimular uma “cultura de inovação no campo” favorável à competitividade e capaz de conectar a educação ao emprego;
- (d) **Estratégia Tecnológica:** Fazendo uso do conhecimento e da tecnologia existentes no mundo e disseminando-os na economia local, o Estado estará dando prioridade ao estabelecimento de uma rede e dos mecanismos necessários para facilitar a difusão e adoção de novas tecnologias e práticas entre produtores e outras comunidades, incluindo: (i) o apoio direto de projetos inovadores através da disponibilização de técnicos, recursos financeiros e outros; e (ii) o estímulo para gerar mudanças por meio de projetos demonstrativos;
- (e) **Organizações de Produtores⁷:** Ações empreendidas coletivamente pelos pequenos produtores podem reduzir o poder de barganha assimétrico nos mercados dominados por intermediários. As operações anteriores financiadas com recursos do Banco no Ceará apoiaram mais de 3.500 associações comunitárias e cooperativas, compostas

⁷ As organizações de produtores são grupos de pequenas e médias empresas em determinado território, especializados num tipo de produção e que produzem num esquema de cooperação.

- principalmente por pequenos produtores, que serão beneficiados pela operação proposta;
- (f) **Cadeias de valor:** As organizações de produtores rurais que participam das cadeias de valor podem: (i) melhorar a absorção de inovação tecnológica; (ii) ampliar o acesso a inteligência comercial pertinente; e (iii) reduzir os riscos individuais por meio da dispersão do risco entre os atores da cadeia de valor;
- (g) **Igualdade:** A igualdade entre os atores da cadeia de valor será promovida por meio de parcerias com empresas privadas que promovem soluções de mercado mutuamente benéficas. O enfoque inclusivo do projeto também promoverá a participação de mulheres e jovens.

11. O PPA do Ceará (2012-2015) aborda questões da agenda política do Estado e reflete os objetivos de crescimento com equidade, inclusão e eficiência. O projeto proposto apoiará os programas prioritários do PPA e do Plano Estratégico Estadual. Os investimentos estarão ligados a uma estratégia muito bem elaborada, que terá como foco: (a) promover o crescimento com inclusão; (b) universalizar o abastecimento de água potável; e (c) modernizar e fortalecer as instituições públicas.

12. Nesse sentido, o projeto irá marcar uma mudança na abordagem com relação ao desenvolvimento rural sustentável e à competitividade, passando de um abordagem tradicional induzida pela comunidade rural (CDD, de *community demand-driven*) para uma de caráter mais estratégico e orientado para o mercado.

C. OBJETIVOS PRINCIPAIS PARA OS QUAIS O PROJETO CONTRIBUI

13. **O Banco tem uma longa parceria com a região Nordeste e com o Estado do Ceará**, por meio da qual mantém um diálogo permanente sobre o programa de empréstimo em geral, sobre as estratégias setoriais do Estado e sobre operações específicas. O projeto proposto é um componente importante tanto da carteira do Banco Mundial no Brasil como das áreas focais do Plano de Ação para a Agricultura do Banco (2010-2012), fazendo interface com suas cinco áreas centrais: (a) aumento da produtividade agrícola, que contempla apoiar uma maior adoção de novas tecnologias, o aperfeiçoamento do manejo da água na agricultura e o fortalecimento dos sistemas de inovação; (b) vinculação dos agricultores com os mercados e fortalecimento do processo de agregação de valor, que inclui apoiar investimentos em infraestrutura de transportes, o fortalecimento das organizações de produtores, o aprimoramento das informações de mercado e o acesso a financiamentos; (c) redução do risco e da vulnerabilidade, que inclui apoio continuado às redes de segurança, melhor gestão dos mercados de alimentos, gerenciamento de riscos de perdas decorrentes de catástrofes e redução do risco de surtos extensos nos rebanhos; (d) facilitação da entrada e da saída de atores no setor agrícola e da geração de renda não proveniente da agricultura nas áreas rurais, que passa por melhorar o clima de investimentos em áreas rurais e aprimorar competências; e (e) melhoria dos serviços ambientais e aperfeiçoamento da agricultura inteligente em relação ao clima, abrangendo o melhoramento da pecuária intensiva, o gerenciamento melhorado de pastagens, de bacias hidrográficas e da pesca, e apoio para que as práticas agrícolas melhoradas permeiem as áreas de recuperação e sustentabilidade do meio ambiente (p.ex., por meio do pagamento por serviços ambientais).

14. O Banco tem apoiado sistematicamente o Programa de Combate a Pobreza Rural no Ceará (PCPR), conhecido localmente como Projeto São José, desde a sua criação em 1993, e o Estado tem-se destacado pela sua disposição em testar inovações, como a reforma agrária de mercado, as iniciativas de comércio justo e integração. Os investimentos do Banco do tipo CDD⁸ no Nordeste do Brasil encontram-se bem documentados nos respectivos relatórios finais de implementação dos projetos (ICR, de *Implementation Completion and Results*), bem como em estudos de avaliação, que ressaltam o impacto e a relação custo-efetividade da abordagem. O apoio do Banco neste momento a um novo Projeto de Desenvolvimento Rural no Ceará soma o seu conhecimento de um mecanismo comprovado e robusto às políticas, experiências e compromisso do Estado, aproveitando-se de uma rede social participativa criada pelos projetos anteriores.

15. O Estado do Ceará tem sido um dos principais Mutuários subnacionais do Banco na região Nordeste. Ao longo da última década, os empréstimos para investimentos no Ceará destinaram-se aos setores de educação, saúde e pobreza rural e a abordagens baseadas em resultados e abordagens multisectoriais (SWAp), abrangendo seis setores e nove programas estratégicos do governo voltados para o gerenciamento de recursos hídricos, para a expansão da infraestrutura de serviços de água e o aumento de sua eficiência, e o desenvolvimento urbano e crescimento econômico em polos de desenvolvimento (Projeto Cidades do Ceará). Atualmente, o Estado tem cinco projetos ativos, que totalizam investimentos de mais de US\$ 535 milhões.

16. O objetivo e a estratégia do projeto proposto estão em plena consonância com a Estratégia de Parceria para o Brasil 2012-2015 (CPS - Relatório nº 63731-BR, discutida e aprovada pela Diretoria Executiva em 1º de novembro de 2011). Nos setores agrícola e de gestão de recursos naturais (GRN), o projeto proposto estará voltado para dois desafios fundamentais definidos na CPS: (i) aproveitar as oportunidades que surgirem em termos de abordagens inovadoras e integradas de crescimento econômico inclusivo, climaticamente inteligente, com foco na produtividade rural; e (ii) fazer frente aos entraves à competitividade enfrentados pelo Brasil nos setores agrícola e de GRN. O projeto proposto apoiará, ainda, os outros dois pilares da CPS, contribuindo para um Brasil Equitativo – focalizando no acesso rural à infraestrutura e serviços básicos para o desenvolvimento de capital humano – e para um Brasil Sustentável – mediante a promoção de sistemas de produção sustentáveis, inclusive por meio da realização de pilotos dos mecanismos de incentivo tecnológico e à inovação.

II. OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

A. ODP

17. Os objetivos de desenvolvimento do projeto (ODP) são (i) promover a sustentabilidade da produção rural e a geração de renda rural; e (ii) contribuir com as ações do Estado no sentido de universalizar o acesso a serviços de água⁹.

⁸ Desenvolvimento induzido pela comunidade é um tipo de abordagem participativa que foi adotado pelo Programa de Redução da Pobreza Rural na região Nordeste.

⁹ O termo “serviços de água” refere-se, no âmbito deste projeto, aos serviços de água potável e de saneamento básico (p.ex., fossas sépticas e kits sanitários).

18. Tais objetivos serão alcançados por meio do aumento da produtividade rural de forma sustentável e da competitividade dos pequenos produtores rurais organizados, por meio da facilitação de sua participação em grupos de cadeias produtivas e da ampliação de seu acesso à infraestrutura de apoio.

BENEFICIÁRIOS DO PROJETO

19. O projeto beneficiará mais de 18 mil produtores rurais pobres, particularmente pequenos agricultores, assim como produtores rurais envolvidos em atividades não agrícolas representados por suas organizações, como associações comunitárias, associações de produtores, cooperativas ou outros tipos de organizações legalmente constituídas que possam comprovar que funcionam regularmente. O projeto proposto também proporcionará acesso a serviços de água a cerca de 40 mil pessoas.

INDICADORES DE RESULTADOS RELACIONADOS AOS ODP

20. Os principais resultados esperados do projeto são os seguintes: (a) aumento na renda real (ajustada pela inflação) das organizações de produtores rurais beneficiárias; (b) número de pessoas nas áreas rurais com acesso a fontes de água tratada no âmbito do projeto; (c) número de pessoas nas áreas rurais com acesso a saneamento básico no âmbito do projeto; e (d) maior número de organizações beneficiárias participando de atividades de recuperação ambiental e conservação de áreas degradadas.

III. DESCRIÇÃO DO PROJETO

A. COMPONENTES DO PROJETO

21. **Componente 1: Inclusão Econômica (US\$ 70,0 milhões, dos quais US\$ 46,69 milhões de financiamento do BIRD).** Este componente promoverá investimentos em inclusão econômica rural no território do Mutuário, por meio de:

- (a) prestação de apoio à SDA para: (i) preparar, implementar e supervisionar os Planos de Negócios; e (ii) construir aproximadamente cinco centrais de armazenamento em áreas rurais determinadas para coleta, beneficiamento e distribuição de produtos agrícolas.
- (b) prestação de apoio às OPs para a realização de: (i) subprojeto de produção; e (ii) subprojeto de serviços ambientais, todos eles previstos em planos de negócios elegíveis.
- (c) prestação de apoio à SDA para formular uma política de gerenciamento de riscos decorrentes de desastres de alcance estadual, de planos de emergência e de sistemas de alerta precoce para prevenção de desastres naturais.

22. **Componente 2: Serviços de água¹⁰ (US\$ 50 milhões, dos quais US\$ 33,35 milhões de financiamento do BIRD).** Este componente apoiará os esforços do Mutuário para universalizar o acesso aos serviços de água potável, por meio de:

- (a) prestação de apoio a: (i) SDA, na elaboração e execução de projetos e obras de engenharia para investimentos selecionados de infraestrutura de abastecimento de água potável e saneamento básico; e (ii) CAGECE e SOHIDRA, na análise e supervisão de projetos de engenharia das obras relativas à implementação de investimentos selecionados de infraestrutura de abastecimento de água potável e saneamento básico, aproveitando as fontes de água existentes para completar a conexão entre a rede de água principal e as residências.
- (b) prestação de apoio à CAGECE e à SOHIDRA para a ampliação da escala de modelos de sistemas de gestão de distribuição de água existentes, inclusive do SISAR, e para o desenvolvimento de soluções piloto para a operação e gestão sustentáveis de serviços de água em áreas rurais selecionadas.
- (c) prestação de apoio às Associações Comunitárias para a realização de subprojetos de reutilização de águas servidas.

23. **Componente 3: Fortalecimento institucional e gerenciamento do Projeto: (US\$ 23,3 milhões, dos quais US\$ 15,54 milhões de financiamento do BIRD).** Entre outros aspectos, este componente apoiará: (i) o gerenciamento técnico e administrativo do Projeto; (ii) as necessárias atualizações do Sistema de Informações Gerenciais da SDA, inclusive no desenho, desenvolvimento e implantação de um módulo de avaliação de impactos para acompanhar avanços logrados em indicadores de resultados; (iii) o desenvolvimento e a execução de um programa de capacitação para técnicos, beneficiários do Projeto e atores; (iv) o desenvolvimento e a execução de um plano de comunicação para divulgar informações sobre o Projeto; e (v) o fortalecimento institucional do TCE-CE, para a realização de auditorias no âmbito do Projeto.

B. FINANCIAMENTO DO PROJETO

INSTRUMENTO DE CRÉDITO

24. A operação proposta consiste em um empréstimo para financiamento específico (SIL, de *Specific Investment Loan*), no montante de US\$ 100 milhões. Estão previstos financiamentos retroativos¹¹ por um valor de até US\$ 20 milhões.

¹⁰ O termo “serviços de água” refere-se, no âmbito deste projeto, aos serviços de água potável e de saneamento básico (p.ex., fossas sépticas e kits sanitários).

¹¹ As atividades preparatórias serão financiados por meio de eventos de divulgação do projeto, treinamentos, planos de negócios, projetos-piloto de investimentos produtivos e de serviços de água, entre outros.

CUSTO DO PROJETO E FINANCIAMENTO (US\$)

Componentes do Projeto	Custo do Projeto	Financiamento do BIRD	% Financiamento
1. Inclusão Econômica	70.000.000	46.690.000	66,70
2. Serviços de água	50.000.000	33.350.000	66,70
3. Fortalecimento institucional e gerenciamento do Projeto	23.300.000	15.541.100	66,70
Total linha de base	143.300.000	95.581.100	66,70
Contingências físicas	3.225.000	2.084.450	64,63
Contingências de preços	3.225.000	2.084.450	64,63
 Custo total do Projeto	 149.750.000	 99.750.000	 66,67
Juros durante a implementação	0	0	
Taxas iniciais	250.000	250.000	100,0
Financiamento total necessário	150.000.000	100.000.000	66,70

C. LIÇÕES APRENDIDAS E APLICADAS NA ELABORAÇÃO DO PROJETO

25. A seguir são apresentadas algumas das lições aprendidas na execução de outros projetos apoiados pelo Banco no Estado, como o PCPR¹², e incorporadas no desenho do projeto:

- (a) As parcerias com organizações da sociedade civil podem ser importantes para a qualidade das propostas apoiadas pelo projeto (investimentos locais), particularmente no que se refere ao nível de participação da comunidade e às avaliações do projeto objetivando priorizar e executar os investimentos.
- (b) Orientação para o mercado: o apoio aos produtores agrícolas pobres tem que estar respaldado por oportunidades de mercado verificáveis. São mecanismos eficazes para alcançar isso: (i) focalizar os novos mercados e os já existentes e avaliar as cadeias de valor como parte dos critérios de elegibilidade para os projetos de investimento produtivo; (ii) conduzir consultas com o setor privado durante a elaboração do projeto; e (iii) analisar cuidadosamente as áreas em que o setor público pode ter um papel de catalisador, com base nas condições atuais e futuras do mercado.
- (c) Grupos de competitividade: para garantir o sucesso do Projeto, deve-se ter em consideração os seguintes fatores: (i) criação de amplas parcerias entre os envolvidos (*players*), no âmbito de uma estratégia comum de desenvolvimento territorial, para os projetos envolvendo cadeias de valor; (ii) foco na tecnologia, no caso dos mercados com grande potencial de crescimento; (iii) acumular massa crítica para ganhar e desenvolver visibilidade nas esferas estadual (ou nacional); e (iv) execução de uma estratégia comum de desenvolvimento econômico territorial consoantes as metas globais de desenvolvimento do Estado.
- (d) Os esquemas de agregação de valor são viáveis, baseados em sistemas transparentes que fazem uso de incentivos adequados. Esquemas de agregação de valor bem-sucedidos podem ser conseguidos quando se tem presentes três elementos principais: (i) objetivos claros e compartilhados e um equilíbrio construtivo entre poder e governança entre todos

¹² Projeto de Combate à Pobreza Rural (P050875).

os atores; (ii) mecanismos de compartilhamento de riscos; e (iii) comprometimento com os princípios de mercado.

- (e) O financiamento complementar de outras fontes pode potencializar os resultados do projeto, como foi visto no convênio com o MDS e a FUNASA por meio do qual foram conduzidas anteriormente ações paralelas complementares. A integração com outros programas de desenvolvimento rural, incluída a promoção simultânea de investimentos produtivos privados e de investimentos socioeconômicos do setor público, aumenta a eficiência, o impacto e a sustentabilidade do projeto
- (f) Experimentos conduzidos em operações anteriores mostraram ser possível aumentar a eficiência do processo de aquisições sem interferir na autonomia das organizações comunitárias, quando aplicadas as modernas ferramentas de licitação do Estado;
- (g) Estudos/relatórios recentes do WSP (Water and Sanitation Program) e outros do Banco evidenciam a importância da abordagem induzida pela demanda para assegurar a apropriação do projeto pelos atores e, ao mesmo tempo, da qualificação profissional necessária para operar e manter os serviços de abastecimento de água e saneamento básico, para tornar o Projeto sustentável.

IV. IMPLEMENTAÇÃO

A. ARRANJOS INSTITUCIONAIS E DE IMPLEMENTAÇÃO

26. O Estado do Ceará, por meio da SDA, será o Mutuário do empréstimo proposto e a República Federativa do Brasil será o Garantidor. A SDA estará a cargo da gestão, planejamento, coordenação, monitoramento e avaliação global de todas as atividades do projeto, nas esferas central e regional, assim como pela gestão financeira, contábil e de contratos e desembolsos do projeto. A SDA também será responsável pela implementação dos instrumentos de salvaguardas sociais e ambientais, bem como pela disseminação dos resultados do projeto por meio de uma estratégia de comunicação proativa. Além disso, a SDA assegurará que os aportes de contrapartida estejam previstos no orçamento estadual.

27. A Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) será instalada dentro da SDA e será composta pelos seguintes membros: um Coordenador do Projeto, um Assessor Técnico de Planejamento, um Assessor Jurídico, um Assessor de Gestão Social, um Assessor de Manejo Ambiental, um Assessor de Tecnologias da Informação, seis gerentes (Especialista em Aquisições, Especialista em Administração Financeira, Gerente de Monitoramento e Controle, Gerente para o Uso de Recursos Hídricos, Gerente para Inclusão Econômica e Gerente para o Fortalecimento Institucional), pessoal técnico e assistentes administrativos.

28. Com vistas a garantir uma boa coordenação e integração local entre as instituições e as atores envolvidos, treze Unidades de Gerenciamento Territorial do Projeto (UGT) serão estabelecidas, abrangendo todos os territórios do Estado, cada uma das quais será composta por três técnicos de campo e um assistente administrativo. Um dos três técnicos estará a cargo da coordenação global de cada UGT, se reportando diretamente ao Coordenador Geral. Além disso, um Comitê de Articulação, presidido pela SDA e composto por representantes das principais

secretarias e organizações, como definido no Manual Operacional, será responsável pela supervisão geral e orientação em relação aos aspectos estratégicos e multisectoriais do Projeto.

29. A SDA fará parceria com várias instituições, como EMATERCE, CAGECE, SOHIDRA, CENTEC e IICA, para a execução do projeto por meio de acordos de cooperação, para formalizar as responsabilidades com relação às atividades do projeto. Suas atribuições, assim como os Arranjos de Implementação detalhados, encontram-se descritas no Anexo 3.

B. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

30. O projeto será monitorado e avaliado por meio do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) existente e bancos de dados desenvolvidos pela SDA no contexto de operações anteriores apoiadas pelo Banco e também pelo novo Sistema de Controle Patrimonial, que incorporará modernas ferramentas tecnológicas. O sistema de monitoramento será um instrumento realista e flexível que melhorará o desempenho da execução do projeto mediante a identificação oportuna de problemas que exijam a atenção imediata dos gestores, a fim de permitir que medidas corretivas sejam tomadas. O sistema fornecerá aos gestores e parceiros informações sistemáticas e atualizadas durante a execução do projeto, que auxiliarão no cumprimento dos critérios estabelecidos e das regras de elegibilidade.

31. O projeto também realizará uma avaliação de impacto para determinar se e em que medida as intervenções no âmbito dos Componentes 1 e 2 ensejaram melhores resultados para as organizações de produtores e suas famílias. Na avaliação de impacto serão testadas diferentes estratégias de extensão e de assistência técnica com o propósito de elevar a qualidade das propostas de negócios elaboradas pelas organizações de produtores e de estimular a adoção de novas tecnologias, o que redundará numa melhoria dos processos orientados pela comunidade e do capital social dessas organizações e assegurará a sustentabilidade dos investimentos. Tais esquemas de monitoramento e avaliação encontram-se detalhados no Anexo 3.

C. SUSTENTABILIDADE

32. O Mutuário tem demonstrado compromisso com os ODP e confirmou ter feito as previsões orçamentárias necessárias para a execução do projeto. Foram conduzidas consultas junto a uma variedade de atores (p.ex., CAGECE, COGERH, SOHIDRA, EMATERCE, Banco do Nordeste, entre outros) tanto para colher subsídios para a elaboração do projeto quanto para verificar elementos-chave.

33. O Componente 1 apoia um modelo de negócios baseado no financiamento compartilhado entre as organizações de produtores, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), dentre outros, de acesso a linhas de crédito de instituições privadas e do projeto (por meio de aportes de contrapartida). Espera-se que as instituições financeiras parceiras assumam um papel cada vez mais importante no financiamento dos investimentos, e que do financiamento total a parcela proveniente do mercado seja cada vez maior. Além disso, a participação de instituições financeiras na avaliação e, possivelmente, no cofinanciamento da execução de planos de negócios viáveis e sustentáveis no âmbito do Componente 1 ampliará a sua base de clientes e deve contribuir para ampliar a oferta de linhas de crédito no Ceará.

34. O Componente 2 baseia-se na experiência anterior no Ceará com execução local de pequenos investimentos em infraestrutura, principalmente no abastecimento de água potável e serviços de saneamento básico na zona rural. As experiências passadas reforçam a importância dos investimentos iniciais em capacidade gerencial local para assegurar a tarifação desses serviços (p.ex., limpeza de fossas sépticas), a fim de cobrir as despesas de operação e manutenção. A experiência do Ceará, que foi incluída e documentada como melhor prática no *Water Partnership Program*, servirá de modelo bem-sucedido a ser seguido pelo projeto.

35. Além disso, o desenho do projeto visa promover a sustentabilidade nas esferas econômica, social, ambiental e institucional por meio do estabelecimento de critérios específicos (detalhados no Manual Operacional do Projeto) para a seleção de propostas de investimento, tais como demonstração da viabilidade do mercado, a fim de assegurar que o aumento na renda promovido pelo projeto será sustentado no transcurso do tempo, bem como que os sistemas dos serviços de água (WSS) serão operados e mantidos de forma sustentável.

36. Do ponto de vista da operação e gestão dos serviços de abastecimento de água e saneamento básico, o projeto incorporou melhorias ao modelo de gestão usando como critério para a seleção de investimentos a indicação prévia da maneira como os sistemas serão operados e mantidos após sua implantação. A associação com o modelo SISAR, um modelo bem estabelecido com mais de 15 anos de uso e caracterizado pela clareza quanto às diretrizes e à assistência técnica para garantir a sustentabilidade das intervenções do projeto no âmbito local, é altamente recomendável.

37. Do ponto de vista social, o projeto destaca o fortalecimento das organizações de produtores para que possam efetivamente desfrutar do acesso aos recursos do projeto e dos setores público e privado, para melhorar sua capacidade gerencial. O projeto também visa assegurar que mulheres, jovens, povos indígenas e outros grupos rurais vulneráveis se beneficiem da maior competitividade agrícola e não agrícola, assim como dos investimentos nos serviços de água.

38. Do ponto de vista ambiental, os critérios de seleção dos investimentos garantirão que as iniciativas incorporem boas práticas com relação ao meio ambiente, e incentivará a adoção de práticas capazes de manter ou recuperar serviços ambientais, que podem vir a se tornar uma fonte de renda adicional. Além disso, foi incluído entre os critérios de seleção: estar em conformidade com os planos de desenvolvimento pertinentes das esferas federal, estadual, territorial e municipal, particularmente com os Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), ferramentas que empoderam os atores locais para a gestão social por meio de seus conselhos territoriais e de outras entidades representativas. Tais instrumentos participativos contribuem para o objetivo do Estado de fortalecer um modelo de desenvolvimento regional, para o qual este projeto contribui, promovendo a sustentabilidade social e econômica com o compromisso dos atores.

39. Adicionalmente, o governo terá um papel importante na promoção de tecnologias, quer diretamente, apoiando o uso e desenvolvimento de novas tecnologias, quer criando um clima favorável à inovação através de vários mecanismos e incentivos. A sustentabilidade do impacto do projeto será conseguida por meio do seu apoio a processos participativos em todos os níveis,

especialmente em: (a) fóruns territoriais e de planejamento estratégico; (b) planos municipais de água; (c) editais para a apresentação de propostas de investimento para os Componentes 1 e 2; (d) outros órgãos estaduais como colaboradores; e (e) organizações de produtores na definição de planos de negócios, incluindo a execução e o custeio compartilhado, aumentando assim o grau de apropriação dos investimentos financiados. Ademais, a lista de prestadores de serviços técnicos criada pela SDA garantirá a qualidade do projeto e a execução dos planos de negócios, da infraestrutura complementar na zona rural e do projeto associado. Por último, os acordos de investimento entre as organizações de produtores, as associações comunitárias e a SDA detalharão os procedimentos para o funcionamento contínuo e a manutenção desses investimentos, utilizando-se das lições aprendidas com estudos recentes na região Nordeste sobre modelos de gerenciamento da água potável e dos serviços de saneamento básico na zona rural. Além disso, essas atividades servirão como uma eficiente ferramenta política para desencadear mudanças e potencializar a sustentabilidade institucional e financeira dos impactos do projeto.

V. PRINCIPAIS RISCOS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

A. Sumário da Tabela de Classificação de Riscos

Risco	Classificação
Riscos relacionados aos atores	Baixo
Risco relacionado à agência executora	Moderado
- Capacidade	Moderado
- Governança	Moderado
Risco do projeto	Moderado
- Elaboração do projeto	Moderado
- Aspectos sociais e ambientais	Moderado
- Monitoramento e sustentabilidade	Moderado
Risco global de execução	Moderado

B. Explicação sobre a Classificação Global de Risco

40. O risco para os atores é considerado baixo, pois o nível de vontade política em relação ao Projeto nas esferas municipal e estadual é alto, como também o é o de apoio popular entre as organizações comunitárias e de produtores existentes, o setor privado e as instituições financeiras do Ceará, que participaram ativamente nas consultas realizadas durante sua preparação. A estratégia inovadora de crescimento econômico rural inclusivo do Ceará, traz no seu bojo riscos à capacidade institucional. Em razão do grau relativamente complexo de sua operação e abordagem multisectorial, a capacitação técnica e o gerenciamento de projetos são elementos fundamentais para garantir que o projeto seja implementado de acordo com o cronograma. As operações anteriores mostraram que, sem uma liderança eficaz, poderão ocorrer muitos atrasos na sua execução. No entanto, levando-se em consideração a grande familiaridade do Banco com o Estado, fruto de uma parceria de muitos anos, o risco global de implementação atribuído foi

“moderado”, uma vez que foram implantadas, ou ainda o serão, medidas adicionais para mitigar o risco global do projeto, como, por exemplo, ter estabelecido a Unidade de Gerenciamento do Projeto sob a liderança da SDA, uma adequada alocação de recursos, parcerias e colaboração com outras secretarias estaduais, agências e atores, a preparação de planos de negócios para investimentos produtivos, pacotes de aquisições, flexibilidade da concepção do projeto e preparação inicial do Manual Operacional.

VI. RESUMO DA AVALIAÇÃO

A. ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

41. Considerando que o projeto proposto atenderá às demandas explícitas da população-alvo por meio de propostas que serão consideradas e eventualmente apoiadas, não se justifica fazer uma análise *ex-ante* da relação custo-benefício do projeto como um todo. Para se ter uma indicação *ex-ante* da solidez financeira dos investimentos que poderão ser feitos no âmbito do Componente 1, foram construídos modelos indicativos de produção para diferentes cadeias de valor, usando informações coletadas durante a preparação do projeto. A validade e a precisão dos modelos referidos serão verificados e qualquer revisão que se faça necessária será incorporada durante a avaliação. Indicadores de viabilidade mais representativos e precisos poderão ser avaliados durante a implementação, usando informações provenientes de uma amostra mais ampla das propostas reais de investimento sendo apreciadas pelo projeto. Os projetos analisados geraram Taxas Internas de Retorno (TIR) superiores a 25 % em todos os casos e demonstraram contribuir significativamente para o aumento da renda dos produtores rurais (em média R\$ 262/mês). A análise de sensibilidade na tabela 4 do Anexo 7 mostra que, em geral, esses projetos apresentam indicadores robustos.

42. A avaliação preliminar da relação custo-benefício dos investimentos em oferta de água potável com recursos previstos no Componente 2 baseia-se em casos extraídos do Relatório Final de Implementação (ICR, na sigla em inglês) do Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR) do Ceará, de dezembro de 2009, que precedeu o presente projeto. Os projetos que contarão com financiamento do Componente 2 deverão ser semelhantes em natureza e escala àqueles executados pelo PCPR. Os custos contabilizados incluíram o investimento inicial e os custos operacionais anuais, ao passo que os benefícios foram calculados com base em: (i) economia de tempo na coleta de água; (ii) economias advindas da redução de doenças transmitidas pela água; e (iii) disposição para pagar, fator utilizado em substituição ao valor atribuído pelas famílias à disponibilidade de água potável. Conforme está demonstrado na Tabela 5 do Anexo 7, os investimentos em abastecimento de água potável foram considerados economicamente viáveis. A análise financeira de projetos de abastecimento de água potável aponta resultados positivos, com uma TIR acima dos 10 % da taxa de desconto.

B. TÉCNICA

43. O projeto é considerado tecnicamente viável e contempla ações estratégicas complementares para apoiar os esforços do Estado na promoção do crescimento inclusivo. A inclusão dos pequenos produtores será conseguida com ações voltadas para a promoção do seu desenvolvimento econômico através da inclusão no mercado, o que se dará por meio da agregação de valor e da ampliação da escala de produtividade no campo. As ações do projeto

também estarão direcionadas para as atividades de natureza não agrícola realizadas pelos pequenos produtores. O desenho do projeto prevê critérios claros para seleção e classificação dos investimentos na produção, fortemente relacionados aos grupos produtivos contemplados.

44. O projeto também contribuirá de maneira importante para os esforços do Estado para garantir o acesso universal à água potável e ao saneamento básico em áreas rurais, financiando a extensão da infraestrutura dos serviços de abastecimento e saneamento para as comunidades rurais. A longa experiência do Estado com gestão de serviços de abastecimento de água potável nas áreas rurais (como o SISAR) será adotada pelo projeto. Ademais, o projeto inclui no seu desenho um nítido aspecto relacionado ao apoio técnico aos produtores e organizações comunitárias, assim como exigências sociais e ambientais para investimentos e um plano de capacitação voltado para seus atores.

C. GERENCIAMENTO FINANCEIRO

45. A avaliação da gestão financeira do projeto proposto foi realizada durante a fase de preparação do projeto em conformidade com a OP/BP 10.02 e com as Práticas de Administração Financeira em Investimentos Financiados pelo Banco Mundial, publicadas em 5 de março de 2009, tendo como propósito determinar se a SDA dispõe de estrutura de gestão financeira e de mecanismos de desembolso aceitáveis para controlar, gerenciar, contabilizar e prestar contas dos fundos do projeto de maneira adequada. Com base na avaliação do órgão executor, as disposições relacionadas à gestão financeira estabelecidas para este projeto atendem aos requisitos fiduciários mínimos do Banco (para uma avaliação detalhada, ver o Anexo 3).

46. A conclusão global sobre a avaliação da SDA é que as disposições para a gestão financeira do projeto proposto são adequadas. Os riscos fiduciários foram identificados e mitigados, como se pode observar na matriz ORAF (Anexo 4). As missões de supervisão da gestão financeira do projeto deverão ser realizadas semestralmente.

47. Ademais, durante a elaboração do projeto foi conduzida uma avaliação de sua gestão financeira no escritório do IICA, na qual os sistemas de GF foram considerados aceitáveis e capazes de levar uma adequada contabilidade das atividades do projeto (ver o Anexo 3). Os detalhes dos acordos com o IICA encontram-se no Manual Operacional.

D. AQUISIÇÕES

48. Na avaliação da capacidade da UGP/SDA foi examinada a estrutura organizacional de implementação do projeto. Verificou-se que, apesar da longa experiência da equipe da UGP com operações financiadas pelo Banco, a introdução de procedimentos de aquisição do setor privado (práticas comerciais) nos projetos de produção, de pacotes de infraestrutura de maior porte e de um componente de assistência técnica aperfeiçoada, será um desafio à capacidade de aquisição da equipe da UGP. Para fortalecer tal capacidade, a UGP deve contratar consultores específicos para centralizar o processo de aquisições e especialistas técnicos para assegurar que o projeto tenha planos de negócios robustos que proponham práticas comerciais específicas e incluam critérios para verificação de economia, eficiência e transparência. Auditorias anuais da área de aquisições e auditorias do desempenho da implementação dos planos de negócios poderão ajudar

a identificar a adequação e os pontos fracos. As fases iniciais da implementação poderão exigir uma supervisão mais estreita e intensa pelo Banco.

E. SOCIAL

49. O projeto proposto aciona as políticas de salvaguardas OP/BP 4.10 (Povos Indígenas) e 4.12 (Reassentamento Involuntário), cujos detalhes se encontram no Anexo 3 (seção Social). O projeto será executado em todos os treze territórios rurais do Estado, tendo como público-alvo agricultores familiares, comunidades quilombolas, grupos indígenas, pescadores artesanais, entre outros grupos tradicionais em diferentes estágios de sustentabilidade social e econômica. Estima-se que as atividades do projeto beneficiarão aproximadamente 28.200 famílias, ou cerca de 100 mil beneficiários diretos.

50. As comunidades indígenas na área do projeto compreendem 12 grupos étnicos, com 22 mil pessoas elegíveis para as atividades do projeto, conforme o interesse manifestado em participar. Esses grupos serão beneficiados principalmente pelas atividades de capacitação previstas no Componente 3. No entanto, aqueles cuja situação fundiária esteja regularizada poderão acessar as ações de investimento previstas nos Componentes 1 e 2. As demandas elegíveis apresentadas pelas comunidades indígenas serão inicialmente analisadas pelos conselhos representativos territoriais e/ou municipais. O projeto privilegiará a representação dos grupos indígenas nesses conselhos e acompanhará suas atividades para evitar uma tomada de decisões parcial. Os critérios de priorização das comunidades indígenas foram definidos por meio de procedimentos participativos e em estreita consulta com os povos indígenas.

51. O Marco Conceitual de Planejamento dos Povos Indígenas (IPPF, do inglês *Indigenous Peoples Planning Framework*), de 27 de outubro de 2011, incorpora os subsídios e recomendações apresentados pelos povos indígenas, documenta o processo de consulta e leva em conta os diferentes níveis de acesso dos potenciais beneficiários indígenas às políticas públicas. O Mutuário divulgou o IPPF em sua página web (www.sda.ce.gov.br), que também foi divulgada no site externo do Banco (ver o Anexo 3).

52. A salvaguarda OP/BR 4.12 (Reassentamento Involuntário) também foi acionada, apesar de o projeto proposto não financiar nenhum subprojeto que possa provocar deslocamento físico significativo e perdas econômicas e de buscar evitar a necessidade de reassentamentos involuntários. Contudo, alguns dos potenciais subprojetos, tais como melhorias e/ou manutenção de estradas rurais e pequenas obras de irrigação, poderão acarretar o deslocamento de pessoas ou a aquisição de terras. Nesses casos, espera-se que o número de pessoas afetadas seja bastante reduzido e que as áreas que porventura venham a ser adquiridas sejam relativamente pequenas. Como os subprojetos a ser desenvolvidos no âmbito do Projeto ainda não são conhecidos, um Marco Conceitual de Políticas de Reassentamento Involuntário (RPF, do inglês *Resettlement Policy Framework*), de 27 de outubro de 2011, foi preparado, submetido a consulta com os principais atores envolvidos e divulgado, passando a fazer parte do Manual Operacional do Projeto. O RPF servirá de guia para a formulação dos planos de ação de reassentamento (PAR) locais, quando for necessário. O RPF foi submetido a consulta e divulgado ao público no site do Mutuário (www.sda.ce.gov.br) e no site externo do Banco (veja o Anexo 3).

F. AMBIENTAL

53. O projeto proposto se insere na Categoria B e aciona as Políticas Operacionais 4.01 (Avaliação Ambiental), 4.04 (Habitats Naturais), 4.36 (Florestas), 4.09 (Controle de Pragas), 4.11 (Recursos Culturais Físicos) e 4.37 (Segurança das Barragens). Uma das premissas do projeto é a adoção da avaliação ambiental como um tema transversal a todas as ações do projeto. A avaliação ambiental deveria levar em consideração as práticas corretas de manejo ambiental e explicitar a atenção à biodiversidade, às mudanças climáticas e aos serviços ambientais.

54. Nenhum impacto negativo de grande escala, significativo e/ou irreversível será acarretado pelo Projeto. As intervenções do projeto proposto serão investimentos de pequena escala e orientados para o mercado. Tais investimentos não causarão impactos ambientais adversos significativos, pois estão relacionados principalmente ao desenvolvimento de infraestrutura complementar (i.e., abastecimento de água potável, saneamento básico), novas práticas agrícolas (i.e., diversificação de produtos, agricultura conservacionista, promoção de produtos com valor agregado e certificação de produtos) e atividades não agrícolas, tais como unidades de processamento de pequena escala. Os potenciais impactos adversos dos projetos serão limitados, restritos ao local e em grande parte reversíveis, assim como mitigáveis de forma rápida e confiável através de métodos conhecidos. A seleção dos investimentos na produção seguirá: (a) a legislação municipal, estadual e nacional pertinente ao Código Florestal Brasileiro, aos habitats naturais e às áreas protegidas; e (b) as políticas de salvaguardas do Banco Mundial. As questões relacionadas às salvaguardas ambientais foram detalhadas no documento ISDS (*Integrated Safeguards Data Sheet*) e no Manual Operacional do Projeto.

55. Embora os potenciais impactos previstos sejam pequenos, transitórios e de curta duração, o Marco Conceitual de Gestão Ambiental e Social (ESMF, do inglês *Environmental and Social Management Framework*) do projeto, de 27 de outubro de 2011, traz as orientações e procedimentos a ser seguidos pelas empreiteiras, abrangendo aspectos tais como a localização dos canteiros de obras, derrubada de vegetação, ruído, controle do tráfego, sinalização de segurança e disposição final de entulho e restos de materiais, que deverão constar dos documentos de licitação das obras. Seguir as práticas descritas no Manual Operacional do Projeto será uma obrigação contratual das empreiteiras. Quanto à criação de pequenos ruminantes e às atividades de irrigação previstas no Componente 1, o conjunto das atividades de investimento poderá acarretar impactos relacionados com o processo de desertificação e de vulnerabilização das áreas do semiárido em decorrência das mudanças climáticas, com a exploração da vegetação nativa, a utilização de práticas de manejo rudimentares e o aumento da demanda de lenha para beneficiamento de couro e carne. Tais impactos poderão incluir erosão do solo, degradação das águas superficiais e subterrâneas, salinização do solo e a disposição inadequada de embalagens de produtos químicos, que exigirão medidas de mitigação apropriadas.

56. O Mutuário preparou para o projeto um ESMF partindo das lições aprendidas em operações executadas anteriores pela SDA, entre elas o PCPR e outros projetos executados pelo Estado do Ceará, com melhores práticas de conservação do solo e de recuperação de áreas degradadas. A versão final do ESMF foi encaminhada ao Banco para análise e para obtenção da

não objeção, tendo sido divulgada ao público no site externo do Banco e na página web do Mutuário (www.sda.ce.gov.br). Uma descrição mais detalhada das salvaguardas do projeto encontra-se no Anexo 3.

Anexo 1: Matriz de Resultados e Monitoramento

Brasil

Projeto Ceará Rural: Desenvolvimento Sustentável e Competitividade

Matriz de Resultados

Objetivos de Desenvolvimento do Projeto

Enunciado dos ODP

Objetivo de Desenvolvimento do Projeto: O presente Projeto tem como objetivos: (i) melhorar a sustentabilidade da produção rural e a geração de renda no campo; e (ii) contribuir para as ações do Mutuário para universalizar o acesso aos serviços de água.

Indicadores dos Objetivo de Desenvolvimento do Projeto

Indicador	Central	Unidade	Linha de base	Valores cumulativos planejados					Frequência	Fonte dos dados/ Metodologia	Responsável pela coleta de dados
				ANO1	ANO2	ANO3	ANO4	Meta final			
Aumento na renda real (ajustada pela inflação) das organizações de produtores rurais beneficiárias.	<input type="checkbox"/>	Porcentagem	0,00	0	10	15	20	0,00	Anual	Perfil de entrada, planos de negócios e SIG	UGP
Novas ligações residenciais de água encanada através do projeto.	<input checked="" type="checkbox"/>	Numérico	0,00	700	5.700	9.300	10.000	10.000	Anual	SIG, Relatório de Desempenho Anual	UGP
Número de pessoas em áreas rurais com acesso a “saneamento básico” através do projeto.	<input type="checkbox"/>	Numérico	0,00	2.800	22.400	36.400	39.200	39.200	Anual	Perfil de entrada, SIG, Relatório de Desempenho Anual	UGP
Aumento no número de organizações beneficiárias que participam de atividades de recuperação ambiental.	<input type="checkbox"/>	Numérico	0,00	0	10	10	25	25,00	Bianual	SIG, Relatório de Desempenho Anual	UGP

Indicadores de Resultados Intermediários

Indicador	Central	Unidade	Linha de base	Valores cumulativos planejados					Frequência	Fonte dos dados/ Metodologia	Responsável pela coleta de dados
				ANO1	ANO2	ANO3	ANO4	Meta final			
Investimentos produtivos realizados e em operação.	<input type="checkbox"/>	Numérico	0,00	40	150	350	440	440	Bianual	SIG	UGP
25 % dos investimentos produtivos são liderados por mulheres.	<input type="checkbox"/>	Numérico	0,00	10	33	88	110	110	Anual	SIG, Relatório de Desempenho Anual	UGP
Organizações de produtores rurais participantes têm acesso a mercados formais (p.ex., PAA e PNAE).	<input type="checkbox"/>	Porcentagem	0,00	0	10	30	40	40	Anual	SIG/Relatórios Contábeis Anuais	UGP
Aumento da eficiência da produção agrícola através do acesso a tecnologias ambientalmente sustentáveis.	<input type="checkbox"/>	Numérico	0,00	4	15	35	44	44	Anual	SIG	UGP
Mecanismo piloto de PSA para práticas sustentáveis de uso do solo implantado e operacional.	<input type="checkbox"/>	Numérico	0,00	0	1	1	2	2	Anual	SIG	UGP
Investimentos em saneamento básico executados e operados de maneira sustentável.	<input type="checkbox"/>	Numérico	0,00	0	10	80	140	140	Anual	SIG	UGP
Organizações beneficiárias capacitadas em gestão empresarial.	<input type="checkbox"/>	Numérico	0,00	40	150	200	440	440	Bianual	SIG	UGP
Número de projetos-piloto de reaproveitamento da água implantados com apoio do projeto.	<input type="checkbox"/>	Numérico	0,00	1	8	12	13	13	Anual	SIG	UGP
Programas de capacitação em gerenciamento de sistemas de	<input type="checkbox"/>	Numérico	0,00	20	160	264	280	280	Bianual	SIG	UGP

abastecimento de água potável e de saneamento básico fornecidos aos gerentes dos serviços de recursos hídricos.											
Capacitação oferecida a funcionários do governo e parceiros estratégicos de acordo com o Plano de Capacitação do Projeto.	<input type="checkbox"/>	Numérico	0,00	20	40	60	80	80	Bianual	SIG	UGP
Número de participantes	<input checked="" type="checkbox"/>	Numérico	0,00	800	1.600	2.400	3.200	3.200	Bianual	SIG, Relatório Anual	UGP
Programas de capacitação para os beneficiários do projeto para estimular a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis.	<input type="checkbox"/>	Numérico	0,00	2	4	6	8	8	Bianual	SIG	UGP
Número de participantes nos cursos de capacitação oferecidos pelo projeto	<input type="checkbox"/>	Numérico	0,00	100	375	825	1.350	1.350	Anual	SIG, Relatório de Desempenho Anual	UGP
Resultados do Projeto e lições aprendidas disseminados.	<input type="checkbox"/>	Numérico	0,00	0	1	7	15	15	Bianual	SIG, relatórios	UGP

Anexo 1: Matriz de Resultados e Monitoramento

Brasil

Projeto Ceará Rural: Desenvolvimento Sustentável e Competitividade

Matriz de Resultados

Indicadores dos Objetivo de Desenvolvimento do Projeto

Indicador	Descrição (definição do indicador, etc.)
Aumento na renda real (ajustada pela inflação) das organizações de produtores rurais beneficiárias.	Porcentagem de aumento na renda real (ajustada pela inflação) em decorrência das atividades apoiadas pelo projeto.
Novas ligações residenciais de água encanada através do projeto.	Número de novas ligações residenciais de água encanada através do projeto. Uma ligação residencial é aquela por meio da qual o usuário recebe água encanada da rede de abastecimento. Assim, não estão incluídas fontes, poços, nascentes protegidas, cacimbas, carros-pipa, vendedores, poços desprotegidos, grotas, rios, açudes e outros corpos d'água superficiais ou água engarrafada.
Número de pessoas em áreas rurais com acesso a “saneamento básico” através do projeto.	Número acumulado de pessoas em áreas rurais beneficiadas infraestrutura de saneamento básico construída no âmbito do projeto.
Aumento do número de organizações beneficiárias que participam de atividades de recuperação ambiental.	Número de organizações beneficiárias envolvidas com as atividades de recuperação ambiental (p.ex.: matas ciliares, microbacias e bioma Caatinga).

Indicadores de Resultados Intermediários

Indicador	Descrição (definição do indicador, etc.)
Investimentos produtivos realizados e em operação.	Número de atividades apoiadas pelo projeto, implantadas e operacionais; percentual dos investimentos liderados por mulheres.
25 % dos investimentos produtivos são liderados por mulheres.	Número de atividades apoiadas pelo projeto, implantadas e operacionais; percentual de investimentos liderados por mulheres.
Organizações de produtores rurais participantes com acesso a mercados formais (p.ex., PAA e PNAE).	Número de produtores rurais que vendem sua produção aos mercados formais.
Aumento da eficiência da produção agrícola através do acesso a tecnologias ambientalmente sustentáveis (p.ex.: irrigação).	Número de produtores anteriormente sem acesso a irrigação ou que utilizavam tecnologias insustentáveis que passaram a ter acesso a tecnologias ambientalmente sustentáveis (p.ex.: irrigação).
Mecanismos piloto de PSA para práticas sustentáveis de uso do solo, implantado e operacional.	Número de organizações de produtores que adotam práticas sustentáveis para recuperação dos serviços ambientais e que recebem PSA.
Investimentos em saneamento básico executados e operados de maneira sustentável.	Número de atividades apoiadas pelo projeto implantadas e operacionais.
Capacitação em gestão de negócios oferecida às organizações beneficiárias.	Número de organizações de beneficiários treinadas em gestão de investimentos produtivos.

Número de projetos-piloto, de reaproveitamento da água, implantados com apoio do projeto.	Número de atividades apoiadas pelo projeto implantadas e operacionais.
Programas de capacitação, em gestão de sistemas de abastecimento de água potável e de saneamento básico, fornecidos aos gerentes dos serviços de recursos hídricos.	Número de beneficiários treinados gerenciando os serviços de água.
Capacitação oferecida, aos funcionários do governo e aos parceiros estratégicos, de acordo com o Plano de Capacitação do Projeto.	Número de técnicos, envolvidos na implantação do projeto ,treinados e desempenhando suas atribuições corretamente. (8 eventos, 3.200 participantes).
Número de participantes.	Número de técnicos, envolvidos na implantação do projeto, treinados e desempenhando suas atribuições corretamente.
Programas de capacitação oferecidos aos beneficiários do projeto para estimular a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis.	Número de beneficiários treinados que adotaram práticas ambientalmente sustentáveis.
Número de participantes nos cursos de capacitação oferecidos pelo projeto.	Número de técnicos, envolvidos na implantação do projeto, treinados e desempenhando suas atribuições corretamente.
Lições aprendidas e resultados do projeto disseminados.	Número de atividades de divulgação (notas de imprensa, vídeos, publicações, oficinas, páginas web, videoconferências).

Anexo 2: Descrição Detalhada do Projeto

Projeto Ceará Rural: Desenvolvimento Sustentável e Competitividade

1. O Banco atravestratégica articulou uma visão para um envolvimento contínuo com o Estado do Ceará e com outros estados do Nordeste, com ênfase nos seguintes elementos:

- (a) crescimento econômico com inclusão e inovação;
- (b) maior produtividade e melhor gestão dos recursos hídricos; e
- (c) investimentos estruturais para melhorar aspectos logísticos, em coordenação com o plano plurianual de investimentos do Estado do Ceará (PPA 2012-2015), convergindo com os três pilares desta abordagem.

2. A proposta de empréstimo para financiamento específico (SIL, de *Specific Investment Loan*) para o Estado do Ceará, com a garantia da República Federativa do Brasil, no montante de US\$ 100 milhões, apoiará o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável, sobretudo com a facilitação e o fortalecimento de atividades e grupos produtivos competitivos e inovadores, aumentando assim, a renda e o acesso a tecnologias adequadas e contribuindo para os esforços envidados pelo Estado no sentido de universalizar o acesso a infraestrutura rural básica, principalmente a serviços de abastecimento de água potável e saneamento básico.

3. A identificação dos investimentos mais promissores e das políticas de intervenções mais adequadas, tornou-se um tarefa desafiadora porque os objetivos anteriormente previstos nos Projetos de Redução da Pobreza Rural financiados pelo Banco, para aumentar a produção e a prestação de serviços básicos, foram redefinidos, passando a se promover uma agricultura mais ágil, dinâmica e competitiva, incluindo os pequenos produtores. Portanto, o projeto baseia-se em uma abordagem multisectorial, que exige uma gestão institucional bem coordenada, um fluxo de trabalho bem definido e um sistema de monitoramento baseado em indicadores de desempenho e resultados.

4. A seleção de **áreas de investimento** será baseada nos fatores explícitos de inclusão e exclusão, conforme descrito a seguir:

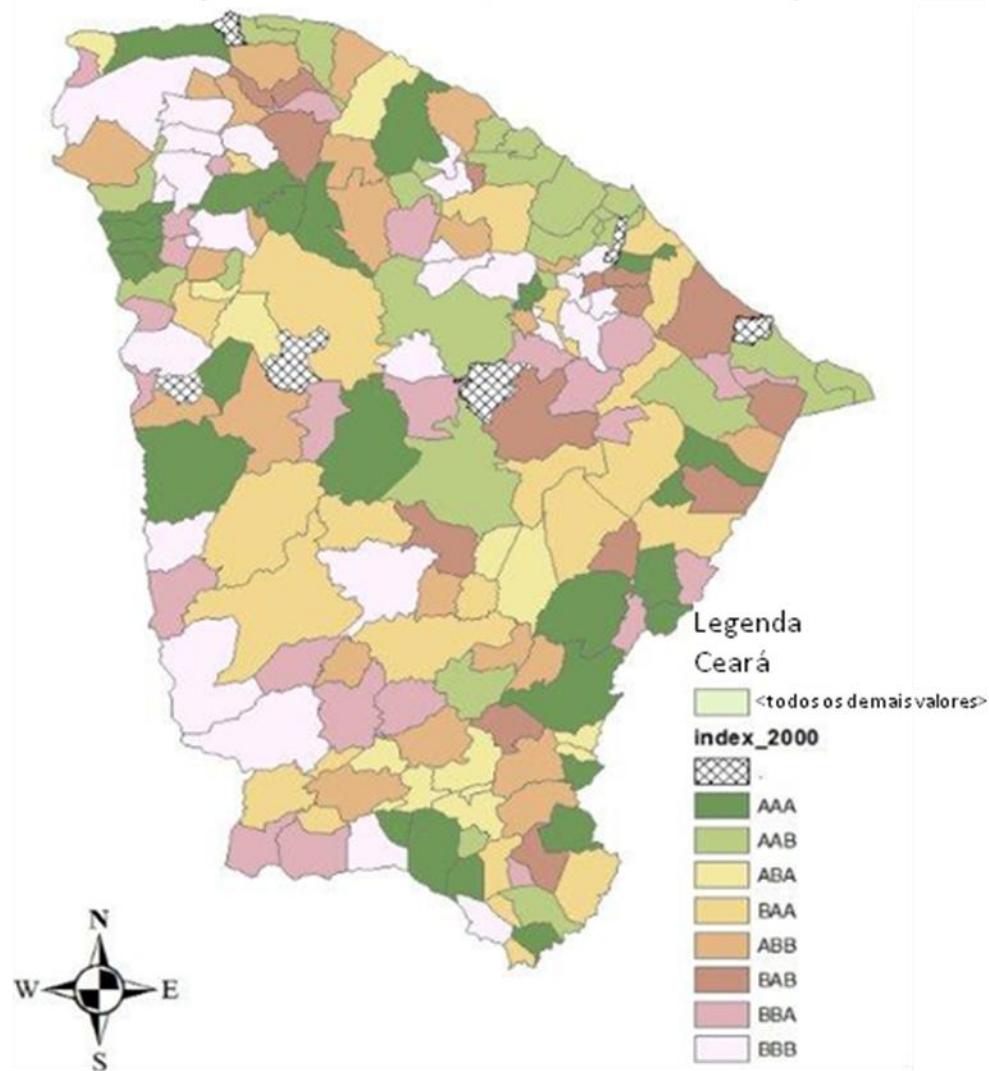
- (a) experiência anterior de produção e demanda de mercado (mercados privados e públicos), considerando-se também o potencial de melhoria da competitividade dos beneficiários e das áreas selecionadas, com base nas avaliações dos grupos (*clusters*), no Plano de Desenvolvimento Territorial e no Plano de Desenvolvimento Rural, entre outras avaliações e estudos em andamento;
- (b) escassez de água em relação à disponibilidade de recursos hídricos, de acordo com o Diagnóstico das Rotas do Carro-pipa, com o Pacto das Águas, com o Plano Estratégico, com o Programa Cinturão das Águas, com o Plano Estratégico dos Recursos Hídricos do Estado, com o Plano de Manejo de Microbacias, com o Plano Estadual de Saneamento e com os Planos de Águas Municipais que estão sendo elaborados, os quais contribuirão, em conjunto, para a melhoria e a universalização do acesso a serviços de abastecimento de água potável e saneamento básico;
- (c) sustentabilidade ambiental e econômica dos investimentos propostos; e

(d) áreas ambientalmente sensíveis ou áreas em processo de desertificação ou degradação ambiental. Além disso, o projeto considerará a agregação de municípios/produtores e a questão da continuidade espacial, bem como, a dinâmica econômica e a complementaridade com outras políticas, programas e projetos (inclusive com outros projetos apoiados pelo Banco), com base em critérios transparentes de elegibilidade e priorização.

5. À luz do previsto no plano plurianual estratégico do Estado do Ceará, o projeto enfocará várias regiões estratégicas do Estado, combinando um conjunto diferente de critérios de inclusão econômica e acesso a recursos hídricos, para fins de verificação da elegibilidade dos investimentos, tais como:

- (a) Dinâmica espacial: por meio de um mecanismo de seleção compatível com os objetivos e componentes do projeto, levando em conta a classificação da região, de acordo com dinâmicas relevantes, particularmente com as dinâmicas climática e demográfica, considerando, por exemplo, que algumas áreas estão sofrendo perdas populacionais em decorrência de processos de desertificação. A análise oferece um ponto de partida claro para a seleção de municípios com base em seu acesso a oportunidades básicas e ao desenvolvimento econômico. Juntamente com as considerações relativas à dimensão geográfica, todo o conjunto de municípios do Estado será reduzido a um subconjunto muito menor com o qual poderão ser implantadas iniciativas pilotos, tais como projetos de irrigação ou de produção vinculados aos grupos priorizados. O mapa abaixo mostra municípios com pouco acesso a água potável, condições de vida precárias e baixa dinâmica econômica (especificados como BBB na legenda), demonstrados em cor branca. Quando esses municípios estão situados em áreas adjacentes, formando conglomerados ou regiões menos desenvolvidas que as demais áreas do Estado, pode ser mais fácil ampliar a escala das iniciativas piloto para áreas próximas que estejam sofrendo as mesmas deficiências.
- (b) Densidade demográfica: uma área na qual pequenos agricultores representam uma grande parcela da população.
- (c) Vantagem comparativa: a maioria das economias regionais depende de uma carteira diversificada de produtos primários não processados e processados e sua vantagem comparativa ainda residirá em atividades primárias e no processamento de produtos agrícolas, devido ao potencial nato de seus recursos naturais.
- (d) Disponibilidade de recursos hídricos.
- (e) Inovação empresarial: particularmente mediante a adaptação de tecnologias disponíveis dentro e fora do Estado.

Acesso a água própria para consumo, padrões econômicos e dinamismo
 (A = acima da mediana, B = abaixo da mediana)



6. O projeto impõe ainda **requisitos de gerenciamento de risco de desastres** em investimentos feitos nos Componentes 1 e 2. A abordagem consistirá em desenvolver atividades em nível estratégico/políticas públicas e operacional. No nível operacional, os investimentos propostos preveem a elaboração e apresentação de um Plano de Contingência focando, especialmente, prevenção de inundações, secas e incêndios florestais. As ações preventivas incluirão ações de recuperação ambiental de matas ciliares e de vegetação em torno de mananciais; técnicas adequadas de gestão do solo; e quaisquer ações que se fizerem necessárias para garantir a observância do Código Florestal Brasileiro. Ações de recuperação ambiental em áreas identificadas pelo Código Florestal, como Áreas de Preservação Permanente em torno de corpos d'água, podem ser consideradas como ações de manutenção ou de recuperação de serviços ambientais e, como tal, devem ser contabilizadas como parte da contribuição não pecuniária da comunidade ou de produtores para investimentos do projeto. O projeto buscará se articular com o Programa Estadual de Prevenção, Monitoramento, Controle de Queimadas e Combate aos

Incêndios Florestais (Previna) visando a prestar assistência técnica às associações de produtores e associações comunitárias em relação a temas como manejo alternativo do solo, controle de queimadas e outras atividades de gerenciamento de riscos ambientais.

Objetivo de Desenvolvimento do Projeto:

7. Os objetivos propostos para o projeto são: (i) promover a sustentabilidade da produção rural e a geração de renda rural; e (ii) contribuir com os esforços do Estado no sentido de universalizar o acesso aos serviços de água¹³.

Indicadores de resultados relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento do Projeto

8. Os principais resultados esperados do projeto são:

- (a) aumento real da renda das organizações dos produtores rurais beneficiários;
- (b) número de pessoas nas áreas rurais com acesso a fontes de água potável no âmbito do projeto;
- (c) número de pessoas nas áreas rurais com acesso a saneamento básico no âmbito do projeto; e
- (d) aumento do número de organizações beneficiárias participando de atividades de recuperação ambiental e de conservação de áreas de risco.

Beneficiários do Projeto

9. O projeto beneficiará comunidades rurais de baixa renda (Componentes 1 e 2) e, particularmente, pequenos agricultores e produtores, assim como os produtores rurais envolvidos em atividades não agrícolas (Componente 1) representados por suas organizações, como associações comunitárias, associações de produtores, cooperativas ou outros tipos de organizações, legalmente constituídas, que possam fornecer prova de funcionamento regular.

10. O objetivo do programa de capacitação do projeto (previsto no Componente 3) é reverter a histórica falta de acesso a políticas públicas e serviços financeiros para diversos grupos sociais, como assentados da reforma agrária além de grupos específicos, como quilombolas, povos indígenas, pescadores e outros grupos em diferentes estágios de desenvolvimento econômico e social, melhorando o atual cenário de exclusão. Além disso, o programa de capacitação prevê o fortalecimento de órgãos estaduais específicos e de outros atores envolvidos na implementação do projeto.

Componentes do Projeto:

11. **Componente 1: Inclusão Econômica (US\$ 70,0 milhões, sendo US\$ 46,69 financiamento do BIRD).** Este componente visa contribuir para a melhoria da competitividade e da sustentabilidade econômica, social e ambiental de produtores familiares, com aumento da qualidade e do valor agregado dos seus produtos e da produtividade da produção familiar, por

¹³ Serviços de água no âmbito deste projeto referem-se aos serviços de água potável e de saneamento básico (p.ex., fossas sépticas e kits sanitários).

meio de acesso a melhores tecnologias, inclusive de irrigação. Os investimentos serão canalizados para atividades de produção rural, agrícolas e não agrícolas, já desenvolvidas com sucesso pelas comunidades ou com potencial econômico confirmado por experiências anteriores bem-sucedidas, por características culturais, por oportunidades de mercado ou pela procura local. Além disso, este componente apoiará investimentos em conservação ou recuperação ambiental voltados para o desenvolvimento de um projeto-piloto de um modelo de pagamento, por serviços ambientais (PSA), em áreas rurais.

12. Esse componente financiará serviços de consultoria, bens, obras e serviços de não consultoria para apoiar a preparação e execução de investimentos selecionados e planos de contingência para gerir os riscos de desastres.

13. Os beneficiários contemplados nesse componente são pequenos produtores e agricultores que desenvolvem atividades, agrícolas e não agrícolas, em comunidades rurais, representados por suas organizações, tais como associações comunitárias, associações de produtores, cooperativas, condomínios ou outro tipo de organização legalmente reconhecida. Assentados da reforma agrária e grupos sociais específicos (como quilombolas, povos indígenas e pescadores, entre outros) também serão contemplados como beneficiários diretos deste componente.

14. O Componente 1 apoiará especificamente os seguintes investimentos, por meio de três subcomponentes:

- (a) ***Subcomponente 1.1: Apoio aos investimentos produtivos.*** Este subcomponente financiará a preparação de planos de negócios e o monitoramento da implementação; e (ii) a construção de aproximadamente cinco entrepostos para recebimento, processamento e distribuição de produtos oriundos dos grupos produtivos selecionados.
- (b) ***Subcomponente 1.2: Investimentos produtivos.*** Este subcomponente financiará o apoio às organizações de produtores para a realização de: (i) Subprojetos Produtivos; e (ii) Subprojetos de Serviços Ambientais, todos parte integrante dos planos de negócios elegíveis. As propostas dos investimentos definirão o papel a ser ***desempenhado pelas organizações de produtores no contexto*** dos grupos produtivos e promoverão: (i) investimentos em bens de capital que induzam a produtividade e levem em consideração as questões climáticas (p.ex., em usinas e equipamentos, em infraestrutura produtiva de pequeno porte), assim como em capacitação e assistência técnica; inovações agrícolas, entre as quais medidas de promoção da qualidade, rotulagem, agregação de valor por meio de processamento e contratos com instituições governamentais, supermercados e agroindústrias; melhorias na produtividade agrícola por meio de pequenos sistemas de irrigação que usam fontes de água existentes e a infraestrutura disponível para aumentar a produção/produtividade mediante a adoção de sistemas e tecnologias sustentáveis; e (ii) desenvolvimento de um mecanismo-piloto de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) em coordenação com órgãos ambientais e de gerenciamento hídrico. Os investimentos do projeto previstos neste subcomponente incluirão medidas de proteção ou de recuperação ambiental voltadas para a restauração ou a manutenção dos recursos hídricos e da biodiversidade, ou para a recuperação da cobertura vegetal para fins de sequestro de carbono, visando ao recebimento de

pagamentos por tais serviços. As medidas apoiadas terão a finalidade de valorizar e melhorar a qualidade dos recursos naturais e serviços ambientais, de aprimorar a gestão comunitária e de estabelecer vínculos entre vendedores e compradores de PSA. Um fundo de conservação será estabelecido pelo Governo do Estado com recursos do Tesouro para financiar um projeto-piloto, de mecanismo financeiro especializado, para pagamentos por serviços ambientais ao longo do ciclo de vida do projeto. O Estado continuará a desenvolver essa estratégia de PSA após a conclusão do projeto, baseando-se nas lições nele aprendidas e usando recursos próprios, e a implantação das infraestruturas rurais conforme as atividades de produção e a necessidade de torná-las mais viáveis ou competitivas. Este subcomponente financiará a construção de cerca de cinco entrepostos para o armazenamento, processamento e distribuição de produtos oriundos dos grupos produtivos selecionados, com base em estudos de viabilidade a serem realizados pelo projeto em áreas rurais selecionadas.

- (c) *Subcomponente 1.3 Gerenciamento de riscos de desastres, planos de emergência e sistema de alerta precoce nos níveis estadual e setorial.* Neste subcomponente, o projeto contribuirá para o desenvolvimento e implementação de um sistema estadual integrado de alerta precoce que permitirá ao Estado do Ceará prever e emitir alertas na iminência de eventos naturais adversos. O subcomponente financiará, ainda, atividades de capacitação e treinamento nessas áreas. Este subcomponente apoiará um envolvimento estratégico com as instituições estaduais com vistas a promover e iniciar o desenvolvimento de uma política estadual de gerenciamento de riscos de desastres. Essa atividade catalisará uma reforma na gestão de desastres em nível estadual. Ao mesmo tempo, o projeto apoiará o desenvolvimento de aspectos específicos do gerenciamento de riscos de desastres no setor de desenvolvimento rural. Essa atividade incluirá discussões sobre como o setor vê os perigos e riscos para investimentos no setor e explorará mecanismos de proteção financeira para o setor agrícola.

15. **Seleção de propostas:** As propostas serão selecionadas em cada área do projeto por meio de edital para apresentação de propostas direcionada às prioridades identificadas com base nos estudos¹⁴ sobre grupos produtivos (fruticultura, caprino-ovinocultura, piscicultura, apicultura, entre outros grupos a serem identificados durante a implementação do projeto), que foram realizados na fase de elaboração do projeto, assim como, a partir dos estudos sobre a participação da agricultura familiar nas cadeias produtivas e em conformidade com as diretrizes do Plano Estadual de Desenvolvimento Territorial.

16. A inclusão econômica será o foco dos critérios de elegibilidade para a seleção dos investimentos propostos, que devem: (a) apoiar a conservação e o uso sustentável de recursos hídricos; (b) introduzir inovações tecnologias na produção; (c) enfocar o acesso ao mercado e a geração de renda; (d) incluir produtores familiares entre os beneficiários; (e) apresentar demandas já identificadas em planos de desenvolvimento regional; e (f) apoiar a participação de grupos ou organizações de mulheres, considerando a meta de aplicar pelo menos 25 % dos investimentos previstos no subcomponente em benefício de mulheres. A UGP estabelecerá uma comissão para avaliar e classificar os investimentos propostos e poderá convidar especialistas

¹⁴ As cadeias produtivas contempladas inicialmente foram selecionadas por meio de diagnóstico realizado por: EMATERCE, Agropolos, SDA, Banco do Nordeste (ETENE), SEBRAE e ADECE.

para assessorá-la no processo de avaliação e seleção quando seus especialistas forem em número insuficiente ou não qualificados tecnicamente para avaliar propostas específicas.

17. Informações mais detalhadas sobre os procedimentos para a avaliação e classificação das propostas serão descritas no Manual Operacional do Projeto. Os critérios de avaliação incluem os seguintes, entre outros,: (a) viabilidade de mercado; (b) prioridade da proposta dentro do território; (c) importância da cadeia produtiva proposta para aumentar a competitividade dos produtores familiares na região; (d) número de produtores familiares contemplados na proposta; (e) adoção de melhores práticas de conservação do solo e gestão de recursos hídricos; (f) sustentabilidade ambiental (redução de impactos negativos, maior recuperação de áreas degradadas, maior adequabilidade ambiental); (g) compatibilidade com os objetivos do projeto e integração com outras iniciativas.

18. Além disso, as propostas devem incluir informações sobre: (a) a demanda de mercado para a comercialização dos produtos; (b) disponibilidade e demanda de insumos necessários à produção; (c) estudo de viabilidade; (d) capacidade organizacional e administrativa da organização proponente; (e) logística e estratégia de comercialização dos produtos; (f) desenho técnico (descrição das obras necessárias, especificações técnicas, orçamento e lista de fornecedores dos equipamentos necessários); (g) estrutura operacional e estratégia de sustentabilidade; (h) aspectos ambientais e medidas específicas para prevenir ou minimizar impactos ambientais; (i) plano de gerenciamento; (j) administração financeira e contábil; e (k) disponibilidade e fonte de água (para investimentos em irrigação).

19. A elaboração, aprovação e eventual financiamento dos planos de negócios serão também regidos pelos procedimentos descritos no Manual Operacional do Projeto.

20. O apoio a ser prestado será classificado em três categorias de investimentos:

- (a) Desenvolvimento do plano de negócios: Os recursos do projeto financiarão até 100 % dos custos envolvidos na elaboração dos planos de negócios.
- (b) Investimentos na produção: Consistem em investimentos para apoiar a ampliação da produção familiar e melhorias da qualidade dos produtos através do acesso a tecnologias adequadas. Os investimentos enquadrados nesta categoria de produção terão um custo médio de US\$ 160.000, para o custo total dos investimentos financiados pelo Projeto. Tais recursos serão usados para melhorar a estrutura dos grupos produtivos ou para introduzir diferentes tecnologias (incluindo tecnologias de irrigação), visando apoiar a produção ou o processamento de produtos e promover sua inserção em mercados locais e regionais.
- (c) Investimentos de grande escala: Estes investimentos também podem ser direcionados para melhorar a estrutura dos grupos produtivos ou introduzir diferentes tecnologias (incluindo tecnologias de irrigação) e o seu objetivo será, principalmente, promover vínculos mais adequados entre o processamento e a distribuição de produtos nas cadeias produtivas selecionadas mediante a adoção de níveis mais elevados de tecnologia para se obter maior valor agregado aos produtos, melhorar a sua qualidade e ampliar sua escala de produção. Cinco unidades de armazenagem serão diretamente construídas pela SDA em áreas rurais, selecionadas para a coleta, o processamento e a distribuição de produtos agrícolas, após ser

apresentado ao Banco um estudo de viabilidade..Esses investimentos serão direcionados para garantir acesso a mercados mais amplos, inclusive a mercados internacionais, por meio da criação de unidades centrais de processamento e/ou comercialização da produção familiar. O custo médio dos investimentos de grande escala é de US\$ 700.000.

21. Os valores a serem investidos serão definidos e selecionados levando em conta o tipo de grupo envolvido. A assistência técnica para a operação dos investimentos será prestada, preferencialmente, por meio de mecanismos públicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) ou através de prestadores de serviços do setor privado, durante, pelo menos, o primeiro ano de execução, levando em conta os custos dos planos de negócios elegíveis. O fortalecimento das organizações de produtores participantes, previsto no Componente 3, e o apoio técnico prestado pelos escritórios regionais do projeto, devem garantir a boa qualidade técnica e a sustentabilidade dos investimentos apoiados. Para os investimentos produtivos, as organizações de produtores serão responsáveis por 20 % dos custos dos investimentos, quer seja, em dinheiro ou em espécie.

22. Os investimentos previstos neste componente serão executados diretamente pelas organizações de produtores, sob a supervisão e acompanhamento da Unidade de Implementação do Projeto (abordagem de direcionamento dos investimentos de acordo com as demandas dos grupos envolvidos).

23. Os investimentos em infraestrutura e equipamentos de maior porte, identificados para apoiar as cadeias produtivas, como unidades de processamento e centros de armazenamento e distribuição da produção, serão diretamente executados pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário por meio da Unidade de Implementação do Projeto e em colaboração com as instituições estaduais congêneres (EMATERCE e CENTEC), visando tornar os processos licitatórios mais eficientes e os mecanismos de gestão mais sustentáveis.

24. **Componente 2: Serviços de água¹⁵ (US\$ 50,0 milhões, sendo US\$ 33,35 milhões financiados pelo BIRD).** Apoiar os esforços do Estado no sentido de universalizar o acesso a serviços de abastecimento de água potável e de saneamento básico nas zonas rurais, selecionando as áreas de investimento de acordo com as diretrizes do Programa Federal Água para Todos e do Programa Estadual Pacto das Águas, e com a estratégia estadual para erradicação dos carros-pipas do sistema de distribuição de água. As ações previstas neste componente estão alinhadas com iniciativas federais como a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997), que exige a adoção de abordagens de gestão descentralizada que incluem tanto os usuários como as comunidades locais, e a da Política Federal de Saneamento Básico¹⁶ (Lei nº 11.445/2007), que prevê uma gestão descentralizada do acesso a serviços de abastecimento de água, saneamento, drenagem e a eliminação de resíduos sólidos em pequenas localidades ocupadas, principalmente, por famílias de baixa renda.

¹⁵ Serviços de água no âmbito deste projeto referem-se aos serviços de água potável e de saneamento básico (p.ex., fossas sépticas e kits sanitários).

¹⁶ A Lei de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007) traz uma definição mais ampla e integrada de abastecimento de água e saneamento: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de resíduos sólidos

25. O Censo de 2010 identificou a existência de aproximadamente 27 mil comunidades rurais compostas por mais de cinco famílias cada, das quais cerca de 2.700 são formadas por 50 a 400 famílias, totalizando 1,4 milhão de habitantes. O SNIS de 2008¹⁷ identificou 302 comunidades rurais atendidas por serviços de abastecimento de água potável, dos quais 109 sob a responsabilidade da CAGECE e 193 de entidades municipais. O Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR)¹⁸ atualmente opera serviços de abastecimento de água potável em 570 comunidades rurais. Juntos, esses serviços alcançam somente 872 comunidades. Outras comunidades ainda não foram identificadas e/ou têm acesso a serviços de abastecimento de água potável prestados por associações comunitárias autônomas.

26. Especificamente, o Componente 2 apoiará os seguintes objetivos por meio de três subcomponentes:

- (a) ***Subcomponente 2.1. Ampliação dos serviços de abastecimento de água e saneamento básico:*** ampliação da infraestrutura dos serviços de abastecimento de água potável e de saneamento básico em áreas rurais do Estado do Ceará;
- (b) ***Subcomponente 2.2. Ampliação da escala dos modelos de gestão operacional e de manutenção:*** Modelos de Sistemas de Gerenciamento para o aumento da escala existente de distribuição de água, incluindo o SISAR, e desenvolver soluções pilotos para a Operação e Manutenção sustentável dos serviços de água oferecidos áreas rurais selecionadas; e
- (c) ***Subcomponente 2.3. Sustentabilidade ambiental:*** Introdução de práticas piloto para o reaproveitamento eficiente da água (tais como a reutilização de águas residuais para irrigação localizada na irrigação) e de práticas adequadas para reabilitação ambiental ou atividades de conservação objetivando a proteção de corpos d'água.

27. Este componente financiará bens, obras, serviços de não consultoria e serviços de consultoria para apoiar a concepção e a implementação dos serviços de água e de saneamento básico, bem como os subprojetos de reutilização de águas já utilizadas.

28. ***Subcomponente 2.1. Ampliação dos serviços de abastecimento de água e de saneamento básico:*** Este subcomponente será executado diretamente pela SDA, em colaboração com outras instituições do Estado relacionadas com o Governo (CAGECE e SOHIDRA), sob a supervisão e acompanhamento de uma Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) através de uma abordagem direcionada pela demanda e vinculada à estratégia de universalização dos serviços de água. O suocomponente incluirá também, a preparação dos projetos de engenharia e de obras para a aplicação dos investimentos de infraestrutura em água potável e saneamento básico.

29. O serviço de abastecimento de água potável será uma infraestrutura coletiva em consonância com as diretrizes dos Planos de Águas Municipais (já elaborados ou em fase de preparação), utilizando as fontes de água existentes e adicionando a infraestrutura disponível

¹⁷ Fonte: SNIS (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento).

¹⁸ O SISAR é uma entidade privada sem fins lucrativos que funciona como uma federação de associações responsável pelo gerenciamento dos serviços de abastecimento de água em diversas comunidades rurais juntamente com os moradores, em um espaço geográfico regional (intermunicipal).

para estabelecer uma rede de água completa entre os principais sistemas de distribuição de água e os domicílios, incluindo as redes necessárias, unidades de tratamento e sistemas informatizados de ponta para medir o consumo de água.

30. Os serviços de saneamento básico consistirão em soluções domiciliares individuais e incluem a instalação de kits sanitários¹⁹ com fossas sépticas em todas as comunidades nas quais um sistema de abastecimento de água potável será implementado. São consideradas fontes de água as adutoras existentes, os rios e as pequenas barragens (açudes); o uso de poços só será autorizado após a análise do risco de causarem problemas de salinização. Os investimentos previstos neste subcomponente serão direcionados a comunidades ou grupos de comunidades com 25 a 500 famílias, nas quais não há serviços de abastecimento de água potável e saneamento básico. As comunidades deverão responder ao edital do projeto se tiverem interesse em participar do processo de seleção de propostas. A identificação prévia da entidade que será responsável pela operação e gestão sustentável da infraestrutura dos serviços de água é um critério de elegibilidade para a seleção dos projetos a serem financiados. Localidades ou grupos de comunidades com menos domicílios serão atendidos por outras iniciativas estaduais ou federais.

31. ***Subcomponente 2.2. Ampliação da escala dos modelos de gestão operacional e de manutenção:*** Este subcomponente também será executado diretamente pela SDA em colaboração com outras instituições governamentais estaduais (CAGECE e SOHIDRA), sob a supervisão e o acompanhamento da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), e apoiará a ampliação da estrutura existente de gestão operacional e de manutenção (por exemplo, do SISAR) ou o desenvolvimento de soluções piloto para uma estrutura sustentável de operação e gestão de serviços de água. Esse apoio incluirá assistência técnica, aquisição de equipamentos, capacitação e criação de incentivos para a inclusão de novas associações comunitárias na estrutura de gestão operacional e de manutenção. Recomenda-se a adoção do modelo de gestão operacional e de manutenção do SISAR.

32. O modelo de gestão operacional e de manutenção do SISAR é o de uma entidade privada, que funciona como uma federação de associações, responsável pelo gerenciamento comum de serviços de água em diversas comunidades (multicomunitária), em um espaço geográfico regional (intermunicipal). O modelo começou a ser implantado por volta de 1995 em uma região do Estado da Bahia (Central Seabra) e no Ceará (SISAR Sobral). No Ceará, esse modelo de gerenciamento foi estendido, em 2001, para sete outras regiões e um SISAR foi instalado em cada região de planejamento do Estado. O elemento central do SISAR é a organização de uma Assembleia Geral composta por todas as associações afiliadas. Essa Assembleia também tem um Conselho Gestor composto por dirigentes de associações comunitárias e representantes do governo estadual e dos governos municipais envolvidos, além de um Conselho Fiscal, composto exclusivamente por dirigentes das associações.

33. O modelo operacional adotado para a prestação dos serviços caracteriza-se por uma gestão compartilhada, dividida entre atividades sob a responsabilidade da associação local e atividades desempenhadas no contexto do SISAR, por técnicos responsáveis pela assistência à manutenção dos sistemas, pelo faturamento e cobrança de contas e também pela prestação de

¹⁹ Os kits sanitários compõem-se de toalha, chuveiro, pia, tanque e fossa séptica.

serviços de treinamento e educação sanitária. As tarifas cobrirão o custo local da operação (pessoal e eletricidade) e os custos do SISAR (pessoal, produtos químicos e materiais, manutenção e administração), ou qualquer outro esquema semelhante.

34. ***Subcomponente 2.3. Sustentabilidade ambiental:*** As práticas piloto e as atividades de conservação ambiental previstas neste subcomponente receberão o apoio do governo estadual, mas serão diretamente executadas por associações comunitárias. (Veja os mecanismos institucionais descritos detalhadamente no Anexo 3).

35. **Introdução de práticas piloto:** Esta parte do subcomponente apoiará práticas piloto de reaproveitamento de águas servidas²⁰ para irrigação agrícola em comunidades rurais, e incluirá o desenvolvimento de soluções de engenharia e de estudos específicos (de viabilidade, por exemplo), incluindo a formulação e a implementação. O processo de seleção de investimentos baseados na demanda estimulará as comunidades a apresentar propostas dessa natureza e criará incentivos para esse fim.

36. **Serviços de reabilitação ou conservação ambiental:** Estas atividades serão apoiadas pelos beneficiários (comunidades), que serão responsáveis pela concepção, desenvolvimento e implementação de atividades de compensação ambiental, como contribuição de contrapartida para os investimentos em serviços de água, tais como (a) práticas sustentáveis de uso e conservação do solo; (b) recuperação/reabilitação de matas ciliares; (c) plantio de árvores; e (d) proteção das margens de corpos d'água, etc. visando a reduzir os processos de desertificação e erosão e prevenir os desastres naturais. As comunidades poderão aprender com as experiências anteriores do Estado na implementação de atividades semelhantes apoiadas pelo PRODHAM (intervenções apoiadas pelo Banco) em microbacias.

37. **Seleção de propostas:** Os investimentos previstos no Componente 2 serão selecionados por meio de editais para apresentação de propostas pelas associações comunitárias. Os critérios de seleção incluirão, entre outros, os seguintes: (a) pelo menos 25 domicílios beneficiados pelo investimento proposto (para o conjunto de municípios menores a ser agregados, o projeto considerará a viabilidade de um esquema integrado de abastecimento de água potável que contorne a necessidade de se construir longas adutoras e redes de distribuição). Tais preocupações devem se traduzir, oportunamente, na definição de um teto para o custo *per capita* como critério para *a priorização* dos investimentos do projeto); (b) todos os domicílios do local devem ser atendidos pela proposta; (c) sempre que necessário, investimentos complementares necessários para garantir o acesso universal à água potável localmente devem ser indicados; (d) erradicação da necessidade de se usar serviços de carros-pipa; e (e) priorização das comunidades situadas na Rota dos Carros-Pipa, devido aos grandes desafios envolvidos em garantir o abastecimento de água potável a elas. A interseção espacial dessas comunidades com as fontes de água disponíveis nessas áreas definirá a tipologia dos sistemas e a sua incidência no universo de prioridades. Os investimentos propostos para municípios dotados de um Plano de Águas Municipal (PAM) completo, assim como os investimentos propostos que contemplam o reaproveitamento de água, terão uma classificação mais alta que aqueles que não possuem um PAM. Mais detalhes sobre o edital para apresentação de propostas encontram-se no Manual Operacional do Projeto.

²⁰ O termo águas servidas refere-se à água descartada de banheiras, chuveiros e pias.

38. As ações do projeto no âmbito deste componente serão complementadas por outros projetos e programas estaduais, como o Programa de Cisternas (programa de aproveitamento da água da chuva), que beneficiará domicílios mais isolados, para os quais a ampliação de adutoras de abastecimento de água potável seria muito onerosa.

39. ***Componente 3: Fortalecimento Institucional e Gestão de Projetos (US\$ 23,3 milhões, sendo US\$ 15,54 milhões financiados pelo BIRD)***, que apoiará funções de gestão de projetos e um conjunto de atividades concebidas para reforçar as estruturas organizacionais dos beneficiários e as funções públicas fundamentais para garantir a competitividade e a sustentabilidade dos investimentos do projeto. O Componente 3 financiará especificamente: (a) a gestão técnica e administrativa do projeto proposto, inclusive equipamentos e consultores, e planos de gestão de salvaguardas; (b) atualizações do Sistema de Informações Gerenciais da SDA para o monitoramento dos projetos, inclusive no desenho, desenvolvimento e implementação de um módulo de avaliação de impactos para acompanhar os avanços logrados nos indicadores de resultados, bem como outros estudos relacionados ao projeto; (c) o desenvolvimento e implementação de um programa de treinamento para os beneficiários dos projetos (organizações de produtores rurais, associações comunitárias, Conselhos Municipais e Territoriais, organizações não governamentais (ONGs), prestadores de serviços, consultores e funcionários públicos envolvidos na gestão e implementação dos projetos e outros atores envolvidos na sua implementação); (d) o desenvolvimento e implementação de um plano de comunicação para divulgar informações sobre o projeto; e (e) o fortalecimento institucional do TCE-CE para a realização de auditorias no âmbito do Projeto.

40. Os gestores do projeto financiarão os equipamentos necessários e a contratação dos consultores suficientes para gerenciar suas atividades e garantir um gerenciamento fiduciário adequado (aquisições, contabilidade, gestão financeira), bem como o planejamento técnico, monitoramento e a avaliação do impacto de suas ações, inclusive da implantação dos instrumentos de salvaguardas sociais e ambientais. Isso significa que este componente financiará bens, estudos, consultoria e serviços de consultores.

41. O fortalecimento institucional previsto no Componente 3 financiará cursos de treinamento e capacitação dos parceiros do projeto, entre os quais os seus principais beneficiários (organizações sociais), consultas junto aos beneficiários e o gerenciamento, monitoramento e avaliação de projetos. O programa de treinamento será concebido para incluir organizações de grupos sociais mais vulneráveis, como povos indígenas, quilombolas e jovens e mulheres, que enfrentam mais dificuldades para ter acesso políticas e programas públicos. O apoio institucional incluirá, entre outras atividades, cursos de treinamento para autoridades municipais, para que possam atuar adequadamente nos mecanismos participativos do projeto (p.ex., nos conselhos municipais e territoriais) e em mecanismos de coordenação intersetorial de atividades complementares.

42. A assistência técnica a ser prestada a produtores rurais e associações comunitárias incluirá: (a) gestão e educação ambiental em áreas agrícolas, inclusive instrução sobre os procedimentos necessários para a solicitação de licenciamento ambiental; (b) treinamento em prestação de serviços ambientais em áreas agrícolas (envolvendo temas como qualidade da água e armazenamento de carbono); (c) capacitação para melhorar práticas de produção ou processamento e gestão e acesso a mercados para atividades econômicas rurais não agrícolas; (d)

treinamento e assistência técnica para comunidades rurais em operação, manutenção e cobrança de serviços de abastecimento de água e saneamento; (e) capacitação e fortalecimento de associações comunitárias rurais no sentido de que desenvolvam uma cultura de uso sustentável e racional da água e de proteção de mananciais; (f) promoção de programas de higiene e educação ambiental em comunidades rurais; e (g) fortalecimento das estruturas comunitárias de gerenciamento da água para garantir um acesso sustentável e de longo prazo a serviços de água e de saneamento.

Anexo 3: Arranjos de Implementação

Projeto Ceará Rural: Desenvolvimento Sustentável e Competitividade

Arranjos Institucionais e de Implementação

1. Por meio da SDA, o Estado do Ceará será o Mutuário do empréstimo proposto e a República Federativa do Brasil será o Garantidor. A SDA será responsável pelos aspectos relacionados à implementação das atividades diárias do projeto, como o planejamento de aquisições, monitoramento e relatórios financeiros, desembolsos e controles internos, manutenção das contas do projeto e elaboração dos relatórios de gestão do projeto. A SDA será também responsável por assegurar que os aportes de contrapartida estejam previstos no orçamento estadual. A SDA implementará os Componentes 2 e 3 e supervisionará a implementação do Componente 1 pelas organizações de produtores e de parte do Componente 2 pelas associações comunitárias. Um Comitê de Articulação Estadual do Projeto, presidido pela SDA e composto por representantes de todas as secretarias envolvidas no projeto – Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), Secretaria das Cidades, Secretaria da Aquicultura e Pesca (SAP), Secretaria da Ciência e Tecnologia (SECITECE), Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente (CONPAM), Superintendência do Meio Ambiente do Ceará (SEMACE), Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), Superintendência de Obras Hidráulicas (SOHIDRA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE) e Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC) – orientará os aspectos estratégicos e multissetoriais do projeto.

Mecanismos de administração do projeto

2. A Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) será instalada na SDA e será composta pelos seguintes membros: Coordenador do Projeto; Assessor Técnico de Planejamento; Assessor Jurídico; Assessor de Gestão Social; Assessor de Gestão Ambiental; Assessor de Tecnologia da Informação; seis gerentes (Especialista em Aquisições, Especialista em Gestão Financeira, Gerente de Monitoramento e Controle, Gerente para o Uso de Recursos Hídricos, Gerente para Inclusão Econômica e Gerente para o Fortalecimento Institucional); pessoal técnico e assistentes administrativos, totalizando uma equipe de aproximadamente 34 pessoas.

3. Além de ser responsável pelas atividades gerais de gestão do projeto, a UGP constituirá também uma comissão técnica *ad hoc* para analisar as propostas de investimentos a serem financiadas no âmbito dos Componentes 1 e 2. Especialistas poderão ser convidados para complementar a comissão quando os técnicos da UGP forem considerados insuficientes ou não qualificados tecnicamente para avaliar e classificar propostas.

4. A CAGECE e a SOHIDRA participarão diretamente da implementação do Componente 2 (Serviços de Água), sob a coordenação da UGP. Suas funções serão detalhadas nas seções abaixo e no Manual Operacional do Projeto. A SDA:

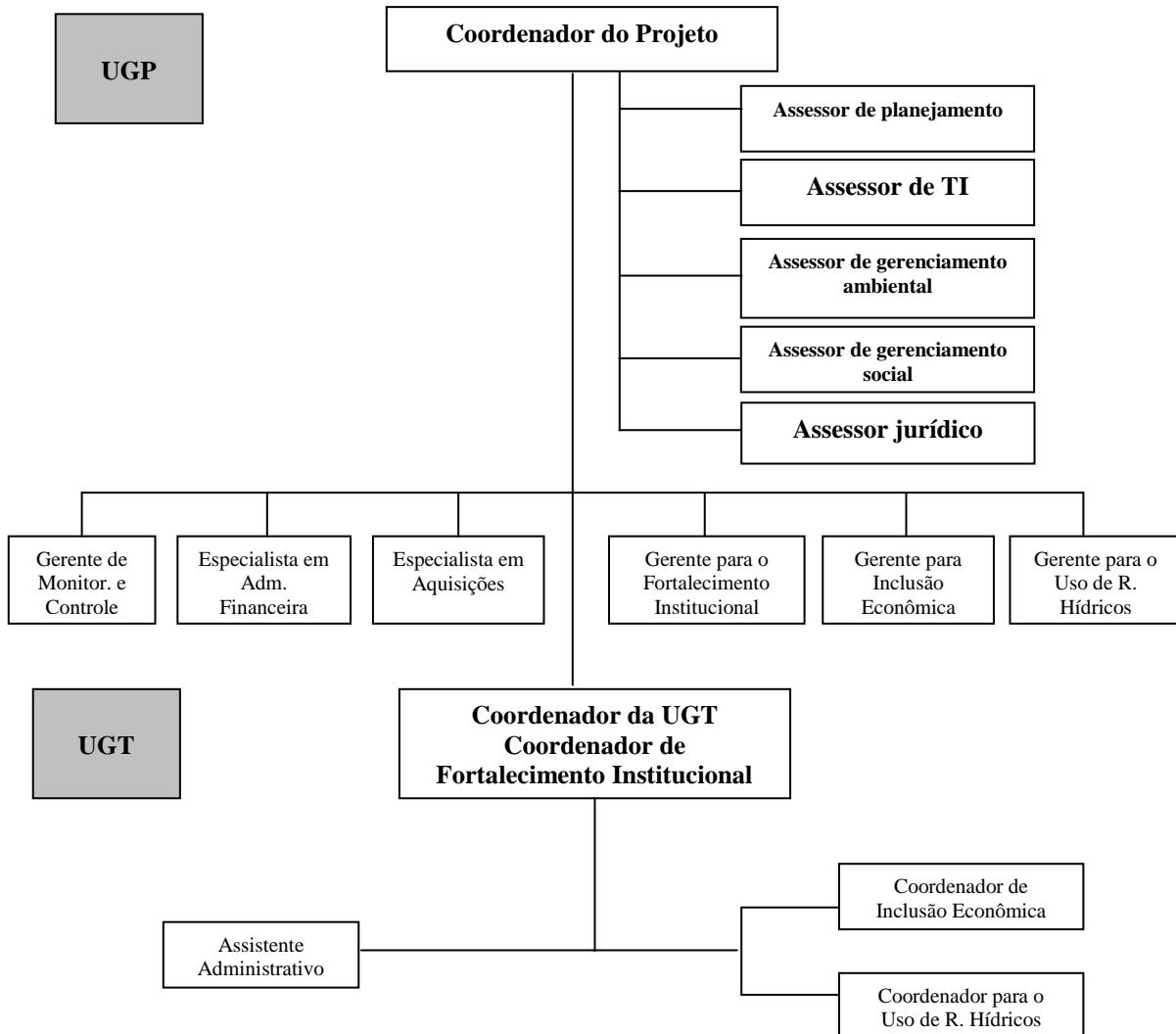
- (a) para auxiliar na realização do Componente 2 (a) e (b) do Projeto e de formalizar suas respectivas responsabilidades no âmbito do Projeto, assinará um Convênio Tripartite

com a CAGECE e a SOHIDRA nos termos e condições aprovados pelo Banco (Convênio CAGECE-SOHIDRA);

(b) para auxiliar na realização do Componente 1 e 2 (c) do Projeto e de formalizar suas respectivas responsabilidades no âmbito do Projeto, assinará um Convênio Tripartite com a EMATERCE e o CENTEC nos termos e condições aprovados pelo Banco (Convênio EMATERCE-CENTEC); e

(c) para auxiliar na realização do Componente 1, 2 e 3 do Projeto, transferirá parte dos recursos do Empréstimo ao IICA no âmbito de um convênio subsidiário (Convênio IICA) a ser assinado entre o Mutuário e o IICA, nos termos e condições aprovados pelo Banco, no qual serão estabelecidas as respectivas atribuições e responsabilidades com relação à implementação pelas respectivas partes no Projeto.

5. Com vistas a garantir uma boa coordenação local e a integração entre as instituições e as atores envolvidos, 13 Unidades de Gestão Territorial do Projeto (UGT) serão estabelecidas para abranger todos os territórios do Estado, cada uma das quais será composta por três técnicos de campo e um assistente administrativo. Os técnicos de campo trabalharão com os três componentes do projeto (Inclusão Econômica, Serviços Hídricos e Gerenciamento do Projeto e Desenvolvimento Institucional) e apoiarão suas principais áreas de planejamento, monitoramento e controle, compras e gestão financeira. Cada técnico será responsável por coordenar ações do projeto no Território. Para garantir a integração e a qualidade das ações, cada técnico de campo coordenará, também, uma área temática relacionada aos componentes do projeto e um dos três será cumulativamente responsável pela coordenação geral da UGT, reportando-se diretamente ao Coordenador Geral.



Entidades Executoras

6. **SDA:** será o órgão estadual executor do projeto, por meio da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP). Para agilizar sua implementação, a SDA estabelecerá uma parceria com outras quatro agências estaduais (CAGECE, SOHIDRA, EMATERCE e CENTEC), que atuarão como colaboradoras com base em acordos legais que formalizarão suas responsabilidades em relação às ações do projeto. Suas atribuições serão especificadas a seguir e mais detalhadas no Manual Operacional do Projeto. A SDA será responsável pela implementação direta do Componente 1, subcomponentes 1.1 e 1.3 e dos Componentes 2 e 3, assim como pela supervisão da implementação do Componente 1.2 por parte das organizações de produtores.

7. **Organizações de Produtores:** serão responsáveis pela implementação das propostas de investimentos selecionadas para o Componente 1, sob a supervisão da UGP.

8. **CAGECE:** A Companhia de Água e Esgoto do Ceará é uma empresa pública criada em 1971 e vinculada à Secretaria das Cidades do Estado. A CAGECE será responsável pela análise

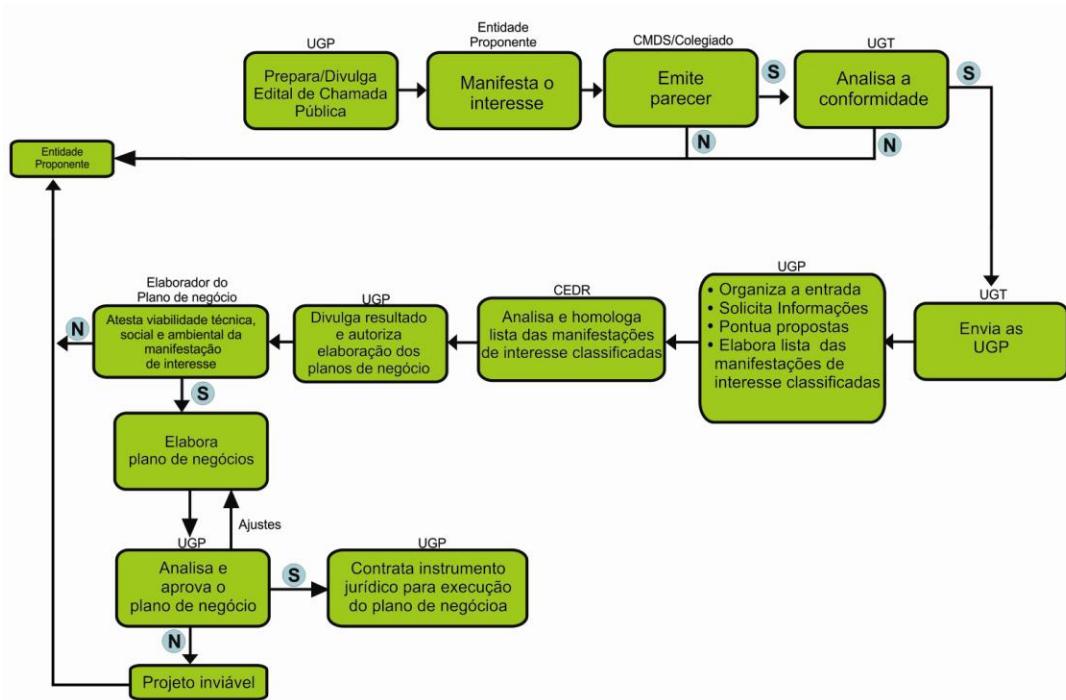
da viabilidade técnica, econômica, social e ambiental dos investimentos hídricos propostos para as comunidades com mais de 50 domicílios; por elaborar diretamente, projetos de engenharia para as obras de serviços de água a serem realizadas; ou para assessorar a UGP em processos licitatórios para a contratação e aprovação de projetos e de obras, bem como, no na supervisão da execução das obras.

9. **SOHIDRA:** A Superintendência de Obras Hidráulicas foi criada em 1989 como um órgão vinculado à Secretaria de Recursos Hídricos. A SOHIDRA é responsável pela execução de obras públicas relacionadas aos sistemas hídricos no Ceará. Ela será responsável pela análise da viabilidade técnica, econômica, social e ambiental dos investimentos hídricos propostos em comunidades com, no mínimo, 25 e, no máximo, 70 domicílios; e também, para assessorar a UGP em processos licitatórios e na aprovação de projetos e obras, bem como na supervisão da execução das obras.

10. **EMATERCE:** A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará foi criada em 1954 e está vinculada à SDA. Ela será responsável pela análise da viabilidade técnica, econômica, social e ambiental das propostas de investimentos na produção rural e para monitorar sua implementação. A EMATERCE também prestará serviços de assistência técnica as organizações de produtores rurais, avaliará e verificará os bens fornecidos e os serviços prestados a organizações participantes.

11. **CENTEC:** O Instituto Centro de Ensino Tecnológico é uma organização social (OS) de direito privado. No âmbito do projeto, ele participará das análises da viabilidade técnica, econômica, social e ambiental dos investimentos propostos para as atividades não agrícolas e do monitoramento da sua implementação. O CENTEC também colaborará na elaboração de editais e seleção de propostas, prestará assistência técnica aos investimentos selecionados, e avaliará e verificará os bens fornecidos e serviços prestados, por outros fornecedores, a organizações participantes.

12. **IICA:** O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura é uma agência especializada do Sistema Interamericano de Promoção da Agricultura e do Bem-Estar no Meio Rural. O foco do trabalho do IICA é tornar a agricultura das Américas mais competitiva e sustentável. No âmbito do Projeto, o IICA prestará cooperação técnica nas áreas de tecnologia e inovação para a agricultura, saúde e segurança alimentar, agronegócios, comercialização agrícola, desenvolvimento rural e capacitação.



13. O Estado do Ceará adotou um modelo de gestão baseado em resultados para executar as ações integradas no campo (Desenvolvimento Territorial). Essa abordagem territorial tem-se mostrado eficaz na canalização do planejamento e da implementação coordenados de diferentes programas federais e estaduais, garantindo uma maior eficiência por meio dessa interação entre eles. Além disso, com base em um sistema de monitoramento e avaliação que vem sendo adotado para acompanhar a implementação de projetos estratégicos, uma comissão de alto nível, coordenada pelo Governador, se reúne mensalmente para avaliar esses programas e tomar medidas corretivas sempre que algum problema é identificado.

14. Como parte dessa estratégia, o projeto proposto integrará ações nas áreas rurais em três dimensões:

(a) Políticas e Projetos Públicos

- i. No nível do governo estadual, entre a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário (SDA, EMATERCE, ITECE) e as secretarias estaduais de Planejamento e Gestão (SEPLAG), de Recursos e Serviços Hídricos (SRH, COGERH, CAGECE, SOHIDRA), de Meio Ambiente (SEMACE), de Ciência e Tecnologia (SECITECE), COPAM, FUNCEME e o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS); e três operações financiadas pelo Banco - Crescimento Inclusivo do Ceará (SWAP II), Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos (PROGERIRH), Desenvolvimento Regional (Cidades do Ceará) e dois fundos fiduciários: GEF - Conservação e Manejo Sustentável na Caatinga e JSDF - Criando Condições de Igualdade para Comunidades Quilombola na Região Nordeste do Brasil.
- ii. No nível dos governos estadual e federal, usando o projeto proposto para romper barreiras entre os projetos rurais e urbanos listados acima e promover uma

- convergência adequada entre diversas políticas públicas estaduais e federais e seus respectivos órgãos, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA); BNB e Banco do Brasil (serviços financeiros).
- (b) Instituições acadêmicas, de pesquisa e de inovação tecnológica: Universidades federais e estaduais, Instituto Técnico Federal e EMBRAPA.
- (c) Sociedade Civil e o Setor Privado
- i. OSCIP – organizações da sociedade civil de interesse público – SISAR, Agropolos, CENTEC;
 - ii. Conselhos Participativos nos níveis estadual, territorial e municipal; e
 - iii. Organizações do setor privado, como FIECE, ABRAS e SEBRAE.

15. No âmbito do projeto proposto, serão estabelecidos vínculos com as organizações supracitadas para a geração, transformação, armazenamento, recuperação, integração, divulgação e uso de conhecimento e informação com vistas a garantir sinergias nas atividades de apoio a processos decisórios, assistência técnica, solução de problemas e inovação.

Outras instituições envolvidas na implementação do projeto

16. Além dos órgãos colaboradores, outras instituições participarão do projeto nos seguintes níveis: (i) Instituições Parceiras: coordenarão seus programas e ações existentes no sentido de alavancar os resultados do projeto; (ii) Organizações Participantes: consistem em conselhos sociais, que desempenharão um papel de consultoria e contribuirão para divulgar propostas e editais para a apresentação de propostas de investimentos em projetos, emitirão pareceres técnicos sobre as propostas e exercerão controle social sobre as ações do projeto; e (iii) Cooperação Técnica: prestarão apoio técnico a associações e organizações comunitárias.

17. As seguintes instituições foram identificadas nessas três categorias de participação: (i) Instituições Parceiras: BNB, BB, SEBRAE, EMBRAPA, SECITECE, CONPAM, FUNCEME, MDA, MDS, Governos Municipais, Secretaria das Cidades, Secretaria de Aquicultura e Pesca, CONAB e IFC; (ii) Organizações Participantes: CEDR, CTDRS, e CMDR; e (iii) Cooperação Técnica: SISAR²¹

18. No processo de preparação, o projeto identificou as seguintes ações complementares sendo executadas por órgãos estaduais e federais, que também alcançam os beneficiários do

²¹ **SISAR:** A operação e a manutenção dos serviços de água serão realizadas, na maioria das comunidades, pelo SISAR regional presente na bacia hidrográfica onde as obras estão ocorrendo; ou qualquer outra solução de operação e gerenciamento proposta pela comunidade e aceita pelo Estado. O processo de adesão da comunidade ao SISAR leva em conta a necessidade de se desenvolver um programa de educação junto à comunidade, que é realizado durante a realização das obras. A responsabilidade do SISAR pela prestação dos serviços é formalizada por meio de um conjunto de instrumentos legais: (i) um convênio entre os Governo estadual e os municípios, em que o Governo do Estado, como proprietário dos bens, arrenda os bens ao municípios, que são os outorgantes da concessão dos serviços; (ii) Lei da Câmara Municipal autorizando a Prefeitura a assinar o contrato com a Associação e com o SISAR para a prestação desses serviços; e (iii) contrato de prestação de serviços entre a Prefeitura, a Associação e o SISAR.

projeto, cobertos por seus programas públicos com financiamentos paralelos, como mostrado abaixo. O projeto proporá acordos de cooperação com vistas à coordenação dessas ações com a implementação do projeto sob a categoria de participação de Instituições Parceiras.

Programas e projetos públicos complementares ao Componente 1 (Inclusão Econômica), em curso e previstos:

Instituição	Programas prioritários	Tipo de investimento e valor previsto (em milhões de US\$)*
Banco do Brasil e Banco do Nordeste	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).	Crédito rural de baixo custo e longo prazo. US\$ 22,03 milhões
Secretaria Nacional de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA)	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER).	Assistência técnica rural por meio de licitações públicas voltadas para cadeias produtivas específicas. US\$ 8,44 milhões
Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário (SDA)	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).	Aquisições públicas de produtos provenientes da agricultura familiar para fins de doação para grupos sociais ou a criação de estoques públicos estratégicos. US\$ 8,44 milhões
Ministério da Educação e Cultura (MEC); Governos Municipais; e Secretaria Estadual de Educação (SEC)	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Aquisições públicas de produtos provenientes da agricultura familiar para as merendas dos alunos (utilização obrigatória de, no mínimo, 30 por cento dos recursos federais para a compra de merenda escolar). US\$ 8,44 milhões
Secretaria Nacional de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA)	Programa Nacional de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços nos Territórios (PROINF)	Obras e equipamentos relacionados aos centros de Comercialização e de Agroindústria a nível territorial US\$ 2,50 milhões
Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário (SDA)	Programa Estadual de Ovino-caprinocultura do Ceará	Doação de casais reprodutores e matrizes melhoradas e distribuição de tanques de refrigeração. US\$ 1,38 milhão
Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário (SDA)	<i>Tempo de Plantar</i>	Distribuição de sementes e mudas. US\$ 0,12 milhão
Fundação Banco do Brasil	Projeto Bioma Caatinga	Investimentos diversos nas cadeias de mel, caprinos e ovinos. US\$ 0,53 milhão
BIRD e FECAP	Projeto Mata Branca	Atividades produtivas e ações de conservação ambiental no bioma Caatinga. US\$ 0,16 milhão
Ministério da Integração Nacional (MIN)	Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO) para apoiar a região de Araripe.	Investimentos diversos em cadeias produtivas prioritárias. US\$ 0,12 milhão

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)	Programa de repovoamento de peixes	Distribuição de alevinos. US\$ 0,03 milhão
Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário (SDA)	Programa de Uso Produtivo da Água	Financiamento de pequenas áreas irrigadas; energia eólica para irrigação; cultivos protegidos para frutas e verduras cultivadas; hortas familiares; Irrigação sustentável de várzea; equipamento de monitoramento climático. US\$ 0,08 milhão

* Taxa de câmbio usada para cálculo de valores: US\$ 1,00 = R\$ 1,60.

Programas e projetos públicos complementares ao Componente 2 (Serviços de Água), em execução e previstos:

Instituição	Programas prioritários	Tipo de investimento e valor previsto (em milhões de US\$)*
Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)	Programa Um Milhão de Cisternas para a Região do Semiárido	Construção de cisternas individuais e comunitárias US\$ 75,00 milhões
Ministério da Integração Nacional, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)	Programa de Recursos Hídricos	Construção de açudes e barragens de grande porte. US\$ 0,38 milhão

* Taxa de câmbio usada para cálculo de valores: US\$ 1,00 = R\$ 1,60.

Programas e projetos públicos complementares ao Componente 3 (Fortalecimento Institucional), em execução e previstos:

Instituição	Programas prioritários	Tipo de investimento e valor previsto (em milhões de US\$)*
SEBRAE	Governança das cadeias produtivas; e SEBRAETEC	Capacitação; eventos promocionais; missões técnicas, etc., com ênfase na produção de mel, caprinos e ovinos. Qualificação de embalagens, rótulos e marcas. US\$ 0,15 milhão
Secretaria Nacional de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT / MDA)	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT)	Treinamento de agentes de desenvolvimento territorial; apoio à gestão do agronegócio e comercialização de produtos provenientes da agricultura familiar nos territórios do Estado. US\$ 0,05 milhão
Banco do Brasil, Fundação Banco do Brasil e Banco do Nordeste	Programa de Agentes Financeiros para o Fortalecimento da Gestão Empresarial	Capacitação; planos de negócios; avaliações de mercado. US\$ 0,19 milhão
Ministério da Ciência e Tecnologia; Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE).	Programa de Implementação de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT)	Geração e disseminação de tecnologia; qualificação profissional informal. US\$ 0,04 milhão

Secretaria das Cidades	Programa de Arranjos Produtivos Locais (APLs)	Apoio à governança das cadeias produtivas e investimentos estratégicos complementares. US\$ 0,25 milhão

* Taxa de câmbio usada para cálculo de valores: US\$ 1,00 = R\$ 1,60.

Gerenciamento Financeiro, Desembolsos e Aquisições

Gerenciamento Financeiro

19. O Estado do Ceará segue: (i) as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), Lei nº 4.320/64, que preveem determinados princípios contábeis de alto nível; e (ii) o Manual de Contabilidade Aplicável ao Setor Público (MCASP), publicado nos termos da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, e do Decreto 3.589, de 6 de setembro de 2001. O projeto exigirá a observância do primeiro conjunto de normas nacionais de contabilidade aplicáveis ao setor público (NBCASP) e do Manual de Contabilidade Aplicável ao Setor Público (MCASP) revisado e publicado nos termos da Portaria STN nº 467, de 6 de agosto de 2009, a serem adotados a partir do ano fiscal de 2011. O Banco Mundial e o Tesouro Nacional accordaram levar a cabo, conjuntamente, uma análise de lacunas (com os resultados previstos para 2013) para verificar se a contabilidade do setor público brasileiro está em conformidade com as normas internacionais de contabilidade aplicáveis ao setor público (IPSAS) ou identificar quaisquer diferenças importantes em relação às IPSAS. A última Avaliação da Responsabilidade Financeira do País (CFAA) realizada para o Brasil indicou que a Lei nº 4.320/64 atende aos padrões internacionais de contabilidade.

20. O ciclo orçamentário inclui o planejamento e a execução de todas as atividades governamentais, que devem estar refletidas no PPA, na LDO e na LOA²². Todo o processamento de transações usa as instituições, os processos e os sistemas das, que segregam funções, atividades de supervisão, exame de controle de qualidade, conciliações e auditorias externas independentes e satisfazem às necessidades do projeto. Os fluxos dos processos são claros e bem compreendidos pelo pessoal da SDA. Todas as transações orçamentárias e contábeis do projeto serão realizadas pelo sistema estadual público de contabilidade (SIC). Todos os pagamentos seguirão o compromisso oficial (empenho), o de contas a pagar (Liquidação) e o da rotina de pagamento (pagamento). Estas funções são executadas pelo SDA. Este sistema é utilizado pela SDA para os registros das transações, dos relatórios financeiros e as execuções orçamentárias. Esse sistema é um sistema integrado on-line usado pela SDA.

21. Após ser aprovado pelo Banco, o POA (Plano Operativo Anual) é atualizado no SIOF (Sistema Integrado de Orçamento e Finanças), depois de ser aprovado pela LOA (Lei Orçamentária Anual). A execução é realizada por meio dos sistemas contábeis estaduais (p.ex., S2GPR, SIOF), juntamente com o SIG2 (usado para o PCPR2). O sistema de gestão de ativos

²² PPA-Plano Pluri-Anual; LDO-Lei de Diretrizes Orçamentárias; LOA-Lei Orçamentária Anual. Nelas são estabelecidas as metas e programas aprovados pelo Congresso Nacional a cada 5 anos, 18 meses e 12 meses, respectivamente.

que monitorará se o projeto tem a capacidade necessária para registrar seus ativos, passivos e transações financeiras. O sistema contábil foi projetado para capturar todas as informações financeiras e alocá-las entre as diferentes atividades e categorias do projeto e também para gerar relatórios financeiros para os gestores do projeto (inclusive dados para a elaboração dos Relatórios Financeiros Provisórios Não Auditados, IFRs). Ainda não foi implantado um sistema de arquivamento eletrônico. Uma cópia de todos os documentos comprobatórios será mantida na UGP. Foram estabelecidos procedimentos administrativos para garantir que as transações financeiras levem em consideração a necessidade de proteger os ativos do projeto e garantir seu registro adequado nos sistemas de contabilidade/controle.

22. Para os recursos transferidos para os executores do projeto, o sistema MIS2 gerará relatórios que permitirão um acompanhamento adequado do uso dos respectivos recursos e de sua documentação comprobatória. O módulo de gerenciamento de ativos estará disponível para que o projeto possa monitorar recursos recebidos e para que a UGP possa, em nível micro, monitorar o respectivo uso do sistema.

Controles Internos

23. A SDA (como outros órgãos/instituições da administração estadual direta) não possui uma unidade de controle interno ou um departamento de auditoria interna. O controle interno é exercido *a posteriori* pela Controladoria Geral do Estado (CGE). Os relatórios financeiros anuais da SDA são diretamente disponibilizados no sistema contábil (S2GPR) para fins de auditoria estadual interna (CGE) e externa (TCE). Os relatórios ficam disponíveis no sistema e na internet por 18 meses após a auditoria, além de serem publicados em jornal de circulação estadual, de acordo com a política de divulgação do Banco Mundial.

24. A SDA é a principal responsável pela administração fiduciária do projeto e essa responsabilidade é exercida pelo setor financeiro da UGP. No nível da UGP, o número de funcionários é suficiente para a divisão das funções e as conciliações de contas. As políticas e procedimentos a serem adotados estão indicados no Manual Operacional do Projeto.

25. O procedimento interno de aprovação exigido para o uso de recursos (POA) inclui três níveis de aprovação de despesas: o primeiro consiste na aprovação pelo coordenador do projeto; o segundo, na aprovação de todas as despesas efetuadas na SDA pelo coordenador de monitoramento e planejamento; e o terceiro, na aprovação da Secretaria Estadual. O sistema permite o acompanhamento da execução orçamentária e financeira.

26. Pessoal: O pessoal diretamente envolvido nas atividades de gestão financeira inclui: um gerente financeiro e um assistente, dois contadores, dois tesoureiros, um funcionário responsável pela conciliação de contas e um funcionário responsável pelas solicitações de desembolso. A rotatividade de pessoal no departamento de gestão financeira tem sido baixa e observou-se que a estrutura da equipe (juntamente com os 13 escritórios regionais que devem ser estabelecidos, quando seu pessoal estiver devidamente capacitado) é a mínima necessária para garantir uma adequada execução descentralizada. A maioria dos membros da equipe foi contratada por concurso e possui as qualificações necessárias para executar o projeto observando os arranjos fiduciários acordados.

27. Os deveres e tarefas do pessoal encontram-se detalhados no Manual Operacional do Projeto. As principais responsabilidades fiduciárias a cargo do pessoal da UGP responsável pela gestão financeira incluem: (i) atualização do sistema de gestão financeira, conforme necessário e em tempo hábil; (ii) exame dos documentos relativos a despesas do projeto, observando os critérios de elegibilidade, percentuais por categoria e alocações de contrapartida; (iii) manutenção dos documentos devidamente arquivados; (iv) elaboração e apresentação dos relatórios financeiros trimestrais (IFR), não auditados, ao Banco Mundial; (v) conciliação e monitoramento dos dados, identificando as discrepâncias e tomando as medidas corretivas tempestivamente; e (vi) preparação e apresentação dos relatórios financeiros e toda a documentação pertinente, solicitados pelos auditores externos e funcionários do Banco.

28. O Manual Operacional do Projeto documenta os processos do projeto e constitui uma fonte de referência importante sobre as etapas de processamento a serem seguidas na implementação do projeto. O Manual Operacional descreve, detalhadamente, os procedimentos e as diretrizes para desembolsos, pagamentos, autorizações e compromissos, bem como para a elaboração dos relatórios a serem submetidos ao Banco para análise prévia às negociações.

29. Medidas de mitigação: riscos durante a implementação. Durante a execução do projeto anterior, os pontos fracos identificados foram relacionados a atrasos do projeto em documentar a utilização de recursos e fornecer os respectivos documentos comprobatórios. As medidas incluem: assegurar um número adequado de funcionários para apoiar o projeto sem atrasos, usando o sistema de gestão de ativos e garantindo que o processo de controle seja aplicado também no nível local; e garantir, sistematicamente, que o controle de todos os recursos também seja exercido para o projeto.

Relatórios Financeiros – IFRs

30. O sistema estadual de gestão integrada é suficientemente robusto para controlar, contabilizar, gerar relatórios e gerenciar o financiamento do empréstimo proposto adequadamente. Um centro de custos específico será criado no sistema para registrar todas as transações do empréstimo, e estará alinhado com a estrutura do empréstimo para registrar essas transações, por categoria e componente/subcomponente. O sistema poderá gerar dados de gestão financeira para serem usados na elaboração dos respectivos relatórios (tanto em dólares dos EUA como em reais), que são elaborados (para os fins do Banco) com base nos fluxos de caixa, embora a contabilidade estadual baseie-se na abordagem da contabilidade do exercício. Os relatórios IFR 1-A (Fontes e Uso de Recursos por categoria de desembolso) e 1-B (Uso de Recursos por Componente e Subcomponente do Projeto) indicarão os valores gastos por trimestre, acumulados para o projeto e no acumulado do ano (projeto até a data; ano até a data e para o período) em relação às despesas orçadas, incluindo uma análise de variação, e deverão ser apresentados 45 dias após o fim de cada trimestre. Qualquer contribuição de contrapartida (em espécie ou em dinheiro) para apoiar as atividades previstas no empréstimos será refletida (e valorizada) nos IFR.

Auditoria

31. Os relatórios financeiros anuais serão auditados por auditores do TCE-CE, considerados satisfatórios pelo Banco, de acordo com as normas aceitáveis de auditoria. A auditoria será

realizada de acordo com Termos de Referência aceitáveis para o Banco. O relatório de auditoria será apresentado ao Banco em, no máximo, seis meses após o encerramento do ano fiscal do Mutuário.

Plano de Supervisão

32. A supervisão do projeto consistirá na avaliação da implementação dos mecanismos de gestão e desempenho financeiros, na identificação de ações corretivas, se necessário, e no monitoramento dos riscos fiduciários. A supervisão será realizada a cada seis meses e incluirá: (i) exame dos IFR trimestrais; (ii) exame dos relatórios dos auditores e acompanhamento de quaisquer questões levantadas pelos auditores na sua carta de recomendações, se for o caso; (iii) participação na supervisão do projeto; e (iv) na atualização da classificação da gestão financeira no Relatório da Situação da Implementação (ISR, do inglês *Implementation Status Report*).

Desembolsos

33. O fluxo de recursos e os mecanismos de desembolso propostos foram considerados satisfatórios e serão simplificados no âmbito do projeto para facilitar sua execução, evitar arranjos operacionais desnecessários e usar, o máximo possível, os sistemas de Gestão de Finanças Públicas (GFP) do país. Todos os pagamentos serão efetuados *fisicamente* pelo Tesouro do Estado do Ceará por meio do sistema S2GPF, com base nas instruções da SDA (UGP), após as obrigações de pagamento terem sido assumidas e devidamente documentadas. Os pagamentos serão diretamente efetuados pelo Tesouro mediante a emissão de uma ordem bancária em favor dos subprojetos, que pagará os prestadores de serviços e os contratantes. Para emitir pagamentos, o sistema estadual exige que os recursos sejam empenhados por fonte, possibilitando o acompanhamento dos desembolsos do empréstimo para cobrir despesas do projeto. Um acordo financeiro subsidiário (Convênio de Financiamento) será assinado entre o executor do subprojeto e a SDA para o recebimento dos recursos em uma conta aberta para o subprojeto.

34. A Secretaria da Fazenda (SEFAZ) abrirá uma conta designada segregada (CD) em dólares estadunidenses na Caixa Econômica Federal (CEF) - São Paulo (tendo o Citibank NY como banco intermediário) para receber os recursos do Empréstimo, processar os desembolsos em US\$ e transferir recursos na moeda local (reais) para uma conta operacional em reais na CEF em Fortaleza, para processar os pagamentos na moeda local.

35. A SDA será responsável por instruir o Tesouro do Estado a efetuar todos os pagamentos de obras, bens e serviços (por meio do S2GPR), exceto quando os recursos forem transferidos para cada subprojeto, em cujo caso os pagamentos serão efetuados por cada subprojeto. Os pagamentos serão diretamente efetuados a partir da conta operacional (por meio do S2GPR) para fins de empréstimo. Tais mecanismos são considerados adequados. Esse mecanismo oferece a segregação necessária, garante níveis adequados de aprovação e pode acelerar o processo de implementação. Um teto fixo de US\$ 10 milhões será estabelecido. A tabela a seguir apresenta o cronograma de desembolsos e as alocações previstas dentro do empréstimo do BIRD.

Desembolsos Estimados (Ano Fiscal do Banco/US\$ milhões)					
Exercício financeiro	2012	2013	2014	2015	2016
Anual	0	30,0	45,0	20,0	5,0
Acumulado	0	30,0	75,0	95,0	100,0

36. Os seguintes métodos de desembolso serão adotados: Adiantamento e Reembolso. A Solicitação Mínima para Reembolsos (não Adiantamentos) será equivalente a US\$ 1 milhão. As solicitações com a documentação das despesas pagas com recursos da Conta Designada devem ser apresentadas pelo Mutuário, idealmente, uma vez por mês, ou no máximo a cada quatro meses, e devem incluir os extratos bancários conciliados e outros documentos comprobatórios.

37. Todos os pagamentos serão efetuados por meio de depósitos eletrônicos na conta bancária de cada beneficiário/consultor. As Folhas Resumo do Registros e Declarações de Despesas (SOE) serão usadas para documentar despesas elegíveis. Os desembolsos serão feitos com base em Declarações de Despesas, exceto para: pagamentos previstos em contratos de obras, de valor superior ao equivalente a US\$ 5 milhões; pagamentos decorrentes de contratos para aquisição de bens e prestação de serviços de não consultoria de valor superior ao equivalente a US\$ 500.000; pagamentos previstos em contratos com empresas de consultoria de valor superior ao equivalente a US\$ 100.000 e para pagamentos decorrentes de contratos de consultores individuais de valor superior ao equivalente a US\$ 50.000. Nesses casos, todos os Registros devem ser anexados a uma Folha Resumo. A documentação comprobatória original ficará disponível na sede ou nos escritórios regionais da SDA. O prazo limite para desembolso (última data em que o Banco aceitará pedidos de saque do Mutuário ou documentação sobre o uso de recursos já adiantados) do Projeto será de quatro meses, contado a partir da data de encerramento do Projeto. A concessão desse “período de carência” tem o propósito de permitir uma conclusão ordenada do projeto e o encerramento da Conta do Empréstimo mediante a apresentação dos requerimentos de reembolso e da documentação comprobatória dos gastos efetuados até a data de encerramento. Os gastos efetuados entre a data de encerramento e a data limite de desembolso não são elegíveis para desembolso, salvo acordo em contrário com o Banco.

38. Os relatórios serão conciliados entre os sistemas de gestão financeira antes de serem apresentados e antes da solicitação dos desembolsos, de modo a garantir que estejam em conformidade.

39. Financiamento retroativo de até 20% é permitido para os pagamentos efetuados antes da data de assinatura do Acordo, mas não antes de 29 de novembro de 2011, para as despesas elegíveis no âmbito das Categorias (1) a (4), conforme estabelecido no Acordo de Empréstimo.

40. Subprojetos: A SDA aloca recursos para os executores dos subprojetos com base nas estimativas orçamentárias e nos POAs. Os POAs são atualizados no S2GPR para serem executados. A SDA avalia, monitora e aprova as solicitações de pagamento em favor dos executores dos subprojetos (mediante garantia de que a documentação está completa em relação aos adiantamentos/pagamentos anteriores). Os adiantamentos para os subprojetos serão

depositados em qualquer um dos bancos usados pelo Estado para executá-los. A UGP conciliará as contas e apresentará toda a documentação relativa às transações efetuadas²³ para cada pedido de saque (SOE) ao Banco Mundial oportunamente.

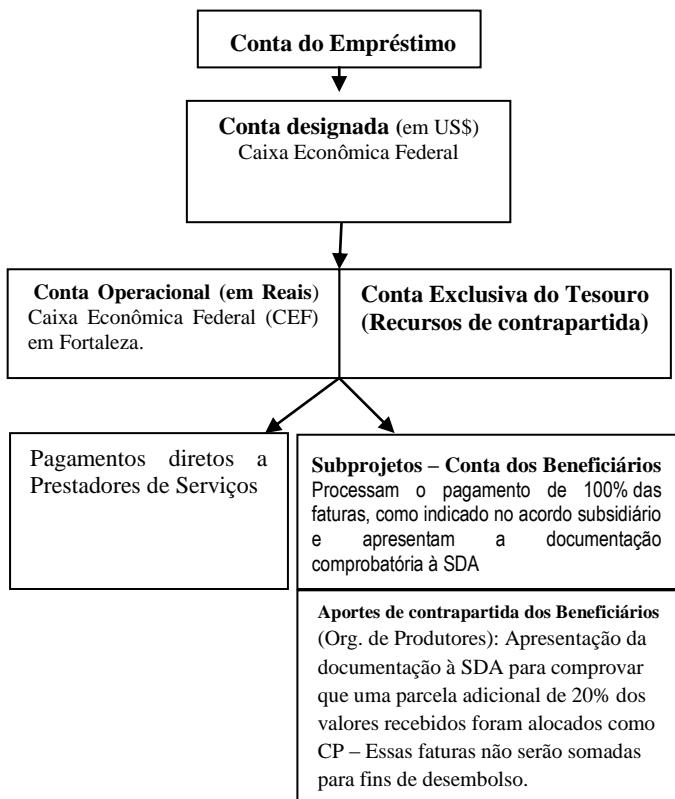
41. Aportes de contrapartida dos beneficiários: para receber recursos da SDA, cada beneficiário terá que comprovar que o equivalente a pelo menos 20% do valor total a ser adiantado foi alocado aos respectivos projetos como contrapartida, observando que os pagamentos em espécie não poderão ser superiores a 10% do valor total. Os 10% restantes deverão consistir em recursos próprios dos beneficiários ou em recursos de outras fontes disponíveis (por exemplo, subvenções, financiamento comercial, cofinanciamentos, etc.). Esses valores não serão considerados, pela SDA quando da solicitação de desembolsos dos recursos do empréstimo.

42. Pagamentos e movimentação de contas bancárias. As conciliações das contas bancárias serão feitas mensalmente e ficarão disponíveis em até 15 dias após o fim do mês. A UGP estabelecerá um ciclo de 30 dias para os desembolsos e uma programação de fluxo de caixa. A documentação comprobatória será retida durante, pelo menos um ano, após o recebimento do relatório de auditoria ou dois anos após a data de encerramento, valendo que vier por último. Todos os registros das despesas ficarão disponíveis para serem examinados pelo Banco, quando for considerado necessário. Informações detalhadas das atividades a serem executadas pelo IICA ou por qualquer outra organização serão detalhadas no Manual Operacional.

43. No caso do IICA, uma auditoria da gestão financeira foi realizada na sua sede, tendo sido seus sistemas de GF considerados aceitáveis e suficientes para realizar a contabilidade das atividades do Projeto. As transferências da Conta Designada para a conta operacional do IICA serão feitas com base em projeção de gastos para, no máximo 4 meses, mas não em valor superior ao equivalente a US\$ 2 milhões, para o pagamento de despesas efetuadas no âmbito do Projeto. O IICA reterá cópias da respectiva documentação comprobatória. Os originais e das folhas resumo documentando o uso das transferências serão enviados pelo IICA para a SDA, a fim de conciliar a despesa que está sendo documentada, com os valores anteriormente transferidos pela SDA para o IICA...A SDA incluirá as despesas documentadas pelo IICA nas Declarações de Despesas e Folhas Resumo que enviará ao Banco. Detalhes sobre as disposições acordadas com o IICA serão incluídos no Manual Operacional.

²³ **Pagamentos por despesas efetuadas.** Os desembolsos são feitos de acordo com as despesas elegíveis que o executor tenha efetuado ou vá efetuar, motivo pelo qual a execução de tais subprojetos envolve um volume significativo de burocracia, relatórios de despesas e controles dos recursos pela unidade executora do projeto.

Fluxo dos Recursos do Projeto



Alocacão dos Recursos do Empréstimo

Categoria	Valor Alocado do Empréstimo (em US\$)	Percentual das Despesas a ser financiadas
(1) Bens, obras, serviços que não sejam de consultoria e serviços de consultoria necessários para os Subprojetos.	43.421.700	Até 100 % do valor desembolsado correspondente ao valor da doação compartilhada
(2) Bens, obras, serviços de consultoria e serviços que não sejam de consultoria.	40.620.300	66,70 %
(3) Capacitação	1.334.000	66,70 %
(4) Custos operacionais	10.205.100	66,70 %
(5) Taxa inicial	250.000	Valor a ser pago de acordo com a Cláusula 2.03 do Acordo de Empréstimo, em conformidade com a Seção 2.07 (b) das Condições Gerais
(6) Ágio do Teto ou Piso da Taxa de Juros		Valor devido nos termos da Cláusula 2.07 (c) do Acordo de Empréstimo
(7) Não alocados	4.168.900	
VALOR TOTAL	100.000.000	

44. Para os fins da tabela acima, os seguintes termos terão as definições apresentadas a seguir:

- (a) “Serviços que não sejam de consultoria” significa custos de serviços de natureza não intelectual que podem ser contratados com base no desempenho de atividades físicas mensuráveis, como campanhas de comunicações, produção de vídeos e instalação de equipamentos que não exigem mão de obra qualificada.
- (b) “Capacitação” refere-se a despesas (exceto com serviços de consultoria) do Mutuário com cursos de treinamento, seminários e workshops, inclusive despesas de viagem razoáveis (p.ex., hospedagem, transporte e diárias) de participantes e instrutores (se aplicável), serviços de alimentação, aluguel do local e de equipamentos para os cursos de treinamento, logística e serviços de impressão, bem como materiais e equipamentos de treinamento no âmbito do projeto.
- (c) “Custos operacionais” significa incremento razoável dos custos operacionais (que não teriam sido incorridos se não houvesse Projeto) relacionados à gestão, monitoramento e supervisão técnica e administrativa do projeto, inclusive custos envolvidos com a atualização do Sistema de Informações Gerenciais da SDA, com pessoal de apoio administrativo e operacional, equipamentos de escritório, suprimentos, custos de viagem (inclusive hospedagem, custos de transporte e diárias), serviços de impressão, custos de comunicação, serviços públicos, manutenção de equipamentos e instalações de escritórios, uso e manutenção de veículos e serviços de logística.

Aquisições

45. **Avaliação de Riscos Relacionados às Aquisições.** A avaliação dos riscos relacionados às aquisições deu destaque à longa experiência do pessoal da SDA com aquisições financiadas pelo Banco, ainda que, em grande parte, essa experiência se limite à categoria da Participação Comunitária em Licitações. A adoção de procedimentos de aquisições junto ao setor privado, conhecido como práticas comerciais, para o projeto produtivo, dos grandes pacotes de infraestrutura do Componente 2 e um componente de assistência técnica do Projeto aprimorado constituirão um desafio à capacidade do pessoal de aquisições da SDA. Por essa razão, o risco geral foi classificado como alto. Para reduzir esse risco, a SDA deve garantir a participação de órgãos técnicos em seus processos de compra, descrevendo e definindo as atribuições e responsabilidades para cada etapa do processo de compras e para a tomada das respectivas decisões. A equipe da SDA deve ser reforçada por consultores altamente experientes e familiarizados com as Diretrizes do Banco para obras e consultorias e por especialistas técnicos para garantir que o projeto tenha planos de negócios robustos baseados em práticas comerciais específicas e inclua critérios que permitam verificar a eficiência, economia e transparência dessas práticas antes que o Acordo de Empréstimo se torne efetivo. Auditorias anuais da implementação dos planos de negócio podem ajudar a identificar a adequabilidade e os pontos fracos das práticas comerciais adotadas e as auditorias anuais de aquisições, por parte do Tribunal de Contas do Estado (TCE), ajudariam a identificar a observância e os pontos fracos dos mecanismos de aquisição e as interações entre a SDA e os órgãos técnicos. Considerando que pode ser difícil identificar consultores mais experientes, conforme recomendado, as fases iniciais de implementação podem exigir uma supervisão muito mais próxima e intensa por parte do Banco.

46. Assistência Técnica do IICA. No âmbito do acordo de cooperação técnica com o IICA, será permitido ao Mutuário a transferência de fundos para o IICA quando forem satisfeitas as seguintes condições: (i) o IICA seguirá as diretrizes para aquisições do Banco nos contratos que envolvam recursos do Empréstimo, e os procedimentos de aquisições do IICA poderão ser usados para os contratos exclusivamente com recursos de contrapartida; (ii) nenhuma remuneração paga ao IICA (por exemplo: taxas) por seu trabalho na condição de agência de implementação no âmbito do projeto será efetuada com os recursos do Empréstimo, uma vez que o IICA não se submeteu ao processo de concorrência para sua seleção; (iii) as recomendações feitas pelo Banco ao Mutuário sobre gestão financeira e aquisições devem ser atendidas pelo IICA, e o Mutuário entende que será responsável por assegurar que tais recomendações sejam cumpridas, como indicado na Seção 5 (d) do Anexo 2 do Acordo de Empréstimo, e (iv) a minuta final do Acordo com o IICA deve ser submetida ao Banco para não objeção, antes de se proceder à sua assinatura.

47. Diretrizes Aplicáveis. As aquisições previstas no projeto proposto serão realizadas de acordo com as “Diretrizes para Aquisições com Empréstimos do BIRD e Créditos da AID”, datada de janeiro de 2011, e com as “Diretrizes para a Seleção e Contratação de Consultores por parte de Mutuários do Banco Mundial”, datada de janeiro de 2011, e com as disposições previstas no Acordo Legal. A descrição geral dos vários itens enquadrados em diferentes categorias de despesas está descrita abaixo. Para cada contrato a ser financiado pelo Empréstimo, diferentes métodos de aquisição ou de seleção de consultores, a necessidade de pré-qualificação, custos estimados, requerimentos de revisão prévia e prazos serão acordados entre o Mutuário e o Banco no Plano de Aquisições. O Plano de Aquisições será atualizado, pelo menos, anualmente ou sempre que necessário, para refletir as necessidades reais em termos de implementação do projeto e de melhorias nas capacidades institucionais das partes envolvidas.

48. Plano de Aquisições Resumido. O Plano de Aquisições estabelece as bases dos métodos de aquisição usados durante a implementação do projeto. O Banco recebeu o Plano de Aquisições inicial em 15 de dezembro de 2011. Referido plano foi acordado com o Banco, e o Cliente, preparou e publicou, o Aviso Geral de Licitação no site do UNDB, antes do início das negociações. O Plano de Aquisições final foi aprovado pelo Banco, em 17 de fevereiro de 2012, e publicado no site do Banco antes das negociações, no dia 28 de fevereiro de 2012.

49. Análise Prévia de Limites para Aquisições. Decisões relativas a aquisições sujeitas a análise prévia por parte do Banco, como indicado no Apêndice 1 das Diretrizes para Aquisições, devem observar os limites definidos a seguir:

Método de Aquisição/Seleção		Avaliação Prévia de Limites para Aquisições	Limites
Licitação Internacional (ICB)	Bens, Serviços	> US\$ 0,5 milhão	> 5.000.000
	Obras	> US\$ 5 milhões	> 25.000.000
Licitação Nacional (NCB)	Bens, Serviços	> US\$ 0,5 milhão	< 5.000.000
	Obras	> US\$ 5 milhões	< 5.000.000
QCBS (Seleção Baseada na Qualidade e no Custo), LCS (Seleção de Menor Custo), FBS (Seleção com Orçamento Fixo), CQS (Seleção Baseada na Qualidade)		> US\$ 0,1 milhão	
Consultores Individuais (inclui única fonte de seleção)		> US\$ 0,05 milhão	
Contratação Direta		Todos os contratos são sujeitos a análise prévia.	
Seleção de Fonte Única		Todos os contratos são sujeitos a análise prévia.	
Comparação de Preços (modalidade shopping)		Nenhum contrato sujeito a análise prévia.	
Práticas Comerciais		Nenhum contrato sujeito a análise prévia.	

50. Listas curtas compostas inteiramente de consultores nacionais. As listas de consultores pré-selecionados para prestar serviços com estimativa de custo inferior ao equivalente a US\$ 0,5 milhão, por contrato, podem ser compostas inteiramente de consultores nacionais, como disposto no parágrafo 2.7 das Diretrizes para Consultores.

51. Aquisições com base em planos de negócios. No Componente 1, o projeto financiará bens, obras, serviços e consultorias de acordo com os quesitos de **Práticas Comerciais** (veja os parágrafos 49 a 51 acima) ou de **Participação Comunitária em processos de aquisições** e itens não licitáveis incluídos em planos de negócios a serem propostos, desenvolvidos e implementados por organizações de produtores rurais participantes. As aquisições a serem realizadas como parte dos planos de negócios incluem instalações e equipamentos, infraestrutura produtiva de pequena escala, pequenos sistemas de irrigação, infraestrutura rural, treinamento e assistência técnica. Como o objetivo principal dos investimentos previstos no Componente 1 é vincular o processamento e a distribuição de produtos nas cadeias produtivas selecionadas com vistas a garantir-lhes maior acesso ao mercado, inclusive ao mercado internacional, os procedimentos adotados por organizações de produtores rurais em processos de aquisições devem conferir-lhes flexibilidade e rapidez para responder adequadamente a esses mercados. A adoção de práticas comerciais constitui o melhor meio para esse fim.

52. As disposições da Seção I das Diretrizes aplicam-se a todos os métodos de aquisição usados pelo projeto, ou seja, todos os princípios, regras e procedimentos descritos nas Diretrizes aplicam-se a todos os contratos financiados, no todo ou em parte, por empréstimos do Banco. Para atender a essa exigência, quatro considerações principais devem orientar a adoção de práticas comerciais por parte de organizações de produtores rurais:

- (a) a necessidade de economia e eficiência;
- (b) a necessidade de serviços de qualidade;
- (c) a necessidade de disponibilizar para todos os participantes do processo licitatório as mesmas informações e de garantir-lhes oportunidades iguais de concorrer para o fornecimento de bens, obras e serviços; e

(d) a importância da transparência.

53. Sendo empresas do setor privado, as organizações de produtores rurais com frequência não usam processos formais de licitação. Isso acontece porque, quando uma organização de produtores rurais procura um fornecedor, suas principais considerações dizem respeito a elementos como qualidade, desempenho, preço, entrega, capacidade e garantia de abastecimento. As forças de mercado garantem um preço justo e razoável; mercados competitivos são a força motriz da eficiência das atividades internas das organizações de produtores rurais. Além disso, elas compram um produto ou serviço para vendê-lo e aumentar sua receita. As organizações de produtores são entidades com fins lucrativos e, como tal, correm o risco de falir, o que as obriga a adotar mecanismos eficientes em seus processos de compras.

54. Além disso, as organizações de produtores rurais serão responsáveis por 20 % do financiamento de seus planos de negócios, o que significa que esses planos devem incluir um mecanismo intrínseco para estimular compras inteligentes e impedi-las de pagar caro demais por bens e serviços. Como as práticas comerciais podem variar muito de um setor para outro, as que são boas para um podem não ser as melhores para outro. Portanto, é importante que os planos de negócios acomodem adequadamente os termos e as condições nas quais as compras serão feitas, o que exige uma compreensão técnica profunda dos produtos, serviços e setores envolvidos. Um plano de negócios deve conter critérios específicos para a mensuração do desempenho das práticas comerciais utilizadas.

55. **Capacitação.** “Capacitação” se refere aos gastos (exceto com serviços de consultoria) arcados pelo Mutuário na realização de cursos de treinamento, seminários e workshops, inclusive despesas razoáveis de viagem (p.ex., hospedagem, transporte e diárias) de participantes e instrutores (se aplicável), serviços de alimentação, aluguel do local e equipamentos para cursos de treinamento, logística e serviços de impressão, bem como materiais e equipamentos de treinamento no âmbito do Projeto. Tais gastos seguirão os procedimentos administrativos da agência, que foram examinados e considerados aceitáveis pelo Banco, e serão descritos/detalhados no Manual Operacional.

56. **Custos operacionais.** “Custos operacionais” se refere aos custos razoáveis incrementais (que não teriam ocorridos se não houvesse o Projeto) relacionados à gestão, monitoramento e supervisão técnica e administrativa do Projeto, incluindo gastos com atualizações do Sistema de Informações Gerenciais da SDA, com pessoal de apoio administrativo e operacional, equipamentos de escritório, suprimentos, custos de viagem (inclusive hospedagem, custos de transporte e diárias), serviços de impressão, custos de comunicação, serviços públicos, manutenção de equipamentos e instalações de escritórios, uso e manutenção de veículos e serviços de logística. Esses gastos serão efetuados de acordo com os procedimentos administrativos do órgão envolvido, após serem analisados e considerados aceitáveis para o Banco, os quais serão descritos/detalhados no Manual Operacional.

57. Pacotes de aquisições programadas para os primeiros 18 meses após a efetividade do projeto (inclusive os sujeitos a financiamentos retroativos e aquisições antecipadas).

1	2	3	4	5	6
Ref. No.	Descrição	Custo estimado em US\$	Método de Compra	Preferência Nacional	Revisão pelo Banco
1	Veículos	700.000	Licitação Nacional (NCB)	Não disponível	Ex-post
2	Equipamentos de TI para escritórios	500.000	Licitação Nacional (NCB)	Não disponível	Ex-post Ex-post
3	Móveis de escritório	40.000	Comparação de preços	Não disponível	Ex-post Ex-post
4	Construção do entreposto	700.000	Licitação Nacional (NCB)	Não disponível	Ex-ante Ex-ante
5	Obras de ampliação de serviços de abastecimento de água	10.000.000	Licitação Nacional (NCB)	Não disponível	Ex-ante Ex-ante

58. Serviços de Consultoria com Métodos de Seleção e Cronograma:

1	2	3	4	5
Ref. No	Descrição do Serviço	Custo estimado em US\$	Método de Seleção	Revisão pelo Banco
1	Estudos de inclusão econômica em áreas rurais	390.000	QCBS (Seleção Baseada na Qualidade e no Custo)	Ex-ante
2	Estudos de viabilidade econômica e supervisão	1.560.000	QCBS (Seleção Baseada na Qualidade e no Custo)	Ex-ante
3	Elaboração de plano de negócio e monitoramento dos investimentos em inclusão econômica	1.560.000	QCBS (Seleção Baseada na Qualidade e no Custo)	Ex-ante
4	Análise de viabilidade e projetos de serviços de abastecimento de água	501.428	QCBS (Seleção Baseada na Qualidade e no Custo)	Ex-ante
5	Elaboração de projeto de engenharia – projetos de serviços hídricos	501.428	QCBS (Seleção Baseada na Qualidade e no Custo)	Ex-ante

6	Consultoria individual especializada – Inclusão econômica. Edital para elaboração e análise de propostas	273.000	QBS (Seleção Baseada na Qualidade)	Ex-post
7	Consultoria individual especializada – Serviços Hídricos. Edital para elaboração e análise de propostas	117.000	QBS (Seleção Baseada na Qualidade)	Ex-post
8	Consultoria individual especializada – Monitoramento de obras de água	668.571	QCBS (Seleção Baseada na Qualidade e no Custo)	Ex-ante
9	Consultoria em TI	1.228.000	QCBS (Seleção Baseada na Qualidade e no Custo)	Ex-ante

59. **Registros de Aquisições e Contratações.** A UGP manterá registros detalhados de aquisições e contratações que refletem o fornecimento de bens e a prestação de serviços de consultoria no âmbito do projeto, inclusive registros relativos ao tempo gasto com etapas importantes do processo e com atividades de supervisão, revisão e auditoria. Esses registros serão mantidos durante pelo menos dois anos após a data de encerramento do projeto. Os registros de bens incluirão editais, documentos de licitações e aditivos, informações sobre a abertura das propostas, relatórios de avaliação das propostas, recursos formais dos licitantes e seus resultados, contratos assinados com seus aditivos e emendas, registros de reclamações e de resolução de conflitos, não objeções e quaisquer outras informações úteis. Os registros para serviços de consultoria incluirão publicações de manifestação de interesse, solicitações de propostas e aditivos, relatórios técnicos e financeiros, recursos formais de consultores e seus resultados, contratos assinados com seus aditivos e emendas, registros de reclamações e de resolução de conflitos, não objeções e quaisquer outras informações úteis.

Aspectos Ambientais e Sociais

60. Questões relacionadas às salvaguardas ambientais e sociais foram detalhadas na ISDS (Folha de Dados de Salvaguardas Integradas) do Projeto e resumidas abaixo.

61. **Meio Ambiente (OP/BP 4.01):** O projeto enquadra-se na Categoria “B”, por ter um impacto limitado, localizado, temporário e reversível. O Mutuário desenvolveu um Marco Conceitual de Gestão Ambiental e Social (ESMF, do inglês *Environmental and Social Management Framework*), de 27 de outubro de 2001. Os procedimentos a serem adotados na implementação do projeto estarão sujeitos a “sondagens” ambientais rígidas para confirmar que o potencial dos investimentos aprovados de gerar impactos negativos seja baixo. No ESMF foram avaliados os tipos mais comuns de intervenções esperadas e medidas de mitigação propostas *a priori*. A minuta do ESMF foi apresentada formalmente ao Banco em junho de 2011. A versão final foi encaminhada ao Banco e divulgada no site do Cliente e no sistema externo do Banco antes da avaliação do projeto.

62. **Habitats Naturais (OP/BP 4.04):** Embora não tenham sido planejadas atividades para Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reservas Legais (RL), as atividades a serem desenvolvidas no âmbito dos componentes do projeto devem gerar impactos positivos sobre habitats naturais por meio de ações de proteção direta e reabilitação dessas áreas, em conformidade com o disposto no Código Florestal Brasileiro. Em que pesem os impactos positivos esperados, o ESMF, de 27 de outubro de 2001, traz orientações claras sobre impactos diretos e indiretos sobre habitats naturais, de acordo com as políticas do Banco Mundial. O projeto possui disposições relativas à regeneração e reflorestamento dos sistemas produtores de água (principalmente de vegetação ciliar), o que também beneficiará a preservação e restauração da biodiversidade local. Uma atenção especial deve ser dada a áreas em processo de desertificação já identificado pelo Estado (IPECE, 2010). Essas áreas abrangem 30.000 km², ou 23 % do bioma Caatinga do Ceará. Não serão elegíveis os investimentos que acarretem qualquer conversão ou degradação significativa de habitats naturais críticos.

63. **Florestas (OP/BP 4.36):** A implementação do projeto não deve gerar impactos negativos sobre recursos florestais. Não serão considerados elegíveis investimentos com potencial de conversão ou degradação de florestas naturais ou de outros habitats naturais que possam ter impactos ambientais adversos significativos e sensíveis, diversificados ou sem precedentes. O projeto exclui também atividades que envolvam extrativismo florestal, extração de madeira ou uso de lenha na cadeia de produção. Atividades que impliquem reflorestamento e perda de cobertura vegetal nativa não serão permitidas. O projeto contribuirá para a conservação e restauração de vegetação natural, gerando impactos positivos por meio da manutenção e/ou recuperação de vegetação natural em propriedades rurais privadas situadas em encostas íngremes, ao longo de cursos d'água (até uma certa distância de margens) ou nas proximidades de nascentes. O projeto também contribuirá para a conservação e/ou restauração das áreas averbadas como Reserva Legal (RL) nessas propriedades privadas.

64. **Gestão de Pragas (OP 4.09):** O projeto não financiará pesticidas de nenhum tipo ou outras substâncias químicas que levem ao acionamento do Procedimento Operacional (OP) 4.09. No entanto, pequenas quantidades de pesticidas provavelmente continuarão a ser usadas no curto prazo em um número reduzido de pequenas propriedades rurais. O projeto incentivará e apoiará a prestação de assistência técnica com vistas à adoção de modelos de agricultura orgânica que envolvam práticas de Manejo Integrado de Pragas (MIP) que sejam comprovadamente sustentáveis do ponto de vista econômico e ambiental. A necessidade do uso de pesticidas ou herbicidas deve ser indicada em cada investimento proposto, bem como as medidas de MIP que serão adotadas. Quando o uso de pesticidas ou herbicidas for justificado, deverá ser realizada uma análise dos possíveis impactos negativos resultantes do uso desses produtos químicos e dos riscos associados à manipulação ou armazenagem inadequada de seus recipientes. As propostas devem incluir ainda medidas para reduzir esses riscos, em conformidade com o disposto na Lei nº 7.802/89. Um Plano de Manejo de Pragas (PMP), que inclui o MIP, foi elaborado e incorporado ao Manual Operacional do Projeto, de 29 de dezembro de 2011.

65. **Recursos culturais físicos (OP/BP 4.11):** A implementação do projeto não provocará nenhum impacto negativo em recursos culturais físicos conhecidos. Não serão considerados elegíveis investimentos propostos que possam ter impactos diretos e negativos sobre locais de

reconhecida importância arqueológica, paleontológica ou histórica ou sobre outros locais culturalmente importantes. O Brasil tem uma estrutura legislativa e normativa bem desenvolvida, que é supervisionada em nível federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O Ceará também tem um IPHAN regional (4^a Superintendência Estadual do IPHAN) e uma Secretaria de Cultura responsável pela identificação, restauração e proteção dos recursos culturais físicos no nível estadual. Procedimentos para “achados fortuitos” serão incluídos no Manual Operacional do Projeto para orientar os responsáveis pela implementação do projeto, principalmente em regiões com sítios com recursos culturais físicos já mapeados pelo IPHAN Regional. A Secretaria de Cultura ou outras entidades com experiência comprovada podem ser acionadas pela SDA para implementar procedimentos a serem adotados em relação a “descobertas fortuitas”.

66. **Segurança de Barragens (OP/BP 4.37):** Não se espera que investimentos em obras relacionadas a abastecimento de água e irrigação venham a depender da capacidade de armazenamento e operacional de barragens existentes. Considerando (i) a instalação de uma infraestrutura abrangente de recursos hídricos no Estado nos últimos anos, inclusive como consequência de projetos financiados pelo Banco Mundial, e (ii) o atual padrão de excelência na gestão de recursos hídricos, com boas práticas já incorporadas aos procedimentos de rotina da SRH e da COGERH, a OP 4.37 Segurança de Barragens foi acionada como uma medida de precaução, para não limitar a possibilidade de utilização de fontes de água existentes. No entanto, nenhuma nova construção de barragem será financiada pela operação. O Mutuário está desenvolvendo uma estrutura conceitual de procedimentos a ser adotada na fase de implementação do projeto. O Mutuário deverá solicitar a um ou mais especialistas independentes em barragens que: (a) inspecione e avalie as condições de segurança da barragem existente, seus acessórios e seu desempenho histórico; (b) analise e avalie o funcionamento dos procedimentos operacionais e de manutenção do proprietário; e (c) apresente um relatório por escrito com suas conclusões e recomendações para qualquer obra corretiva ou medidas de segurança necessárias para garantir um nível aceitável de segurança para a barragem. Avaliações anteriores da segurança das barragens ou recomendações de melhorias necessárias em barragens existentes também podem ser aceitas pelo Banco se o Mutuário apresentar evidências de que (a) há um programa eficaz de segurança de barragens em operação e (b) já foram realizadas e documentadas inspeções e avaliações de segurança das barragens existentes satisfatórias para o Banco.

Aspectos Sociais

67. **Povos Indígenas (OP/BP 4.10):** Existem povos indígenas na área do projeto que estão entre os potenciais beneficiários. Não se espera que o projeto tenha efeitos adversos para esses povos. Há cerca de 22 mil indígenas de 12 diferentes etnias no Estado do Ceará. Eles estão presentes em 18 municípios em três áreas diferentes: na Região Metropolitana da capital, no litoral norte do Estado e do interior do Sertão dos Inhamuns. A grande maioria (80 %) vive em cinco Municípios: Caucaia, Crateús, Itarema, Maracanaú e Monsenhor Tabosa. Seis grupos étnicos (Anacé, Pitanguary, Potiguara, Tabajara, Tapeba e Tremembé) constituem 94 % da população e há um número menor de indígenas dos grupos Gavião, Jenipapo-Kanindé, Kalabaça, Kanindé, Kariri e Tapuyo.

68. A avaliação social conduzida pelo Mutuário destacou as pressões e ameaças aos meios de subsistência desses povos indígenas e seu grau de vulnerabilidade social e econômica. Os maiores problemas enfrentados por eles estão relacionados aos seguintes processos: restrições fundiárias provocadas por processos morosos de regularização fundiária; invasões e conflitos em torno da terra; uso inadequado e degradação do solo; escassez de água; moradia e condições de saneamento inadequadas; pobreza e escassez de alimentos; discriminação social e resistência externa ao reconhecimento de suas identidades culturais; falta de assistência técnica e existência de barreiras que prejudicam seu acesso ao mercado e a financiamentos; falta de alternativas de renda e grande dependência de aposentadorias e programas de transferência de renda do governo.

69. Os grupos indígenas são elegíveis para ações do projeto segundo seu interesse expresso em participar. As ações do projeto que envolvem grupos indígenas devem contribuir para (a) reduzir sua vulnerabilidade social e econômica; (b) promover alternativas de desenvolvimento étnica, cultural e ambientalmente adequadas e sustentáveis no curto, médio e longo prazos; e (c) reverter processos de empobrecimento, exploração econômica, discriminação, exclusão social e desvalorização cultural.

70. Povos indígenas que vivem em terras indígenas regularizadas ou com direito de posse sobre terrenos devidamente doados a associações comunitárias indígenas poderão propor sua participação em atividades do projeto, em qualquer um de seus componentes. Outros grupos só poderão participar do Componente 3 (desenvolvimento de capacidades e fortalecimento institucional). As propostas devem basear-se em demandas indígenas validadas por suas respectivas comunidades e organizações por meio de processos participativos. Um Marco Conceitual de Planejamento dos Povos Indígenas (IPPF, do inglês *Indigenous Peoples Planning Framework*), fruto de um amplo processo de consultas, foi estabelecido para definir os meios de os grupos indígenas participarem do projeto e para garantir procedimentos adequados para a sua participação em torno de três pilares complementares: (a) atividades de divulgação e mobilização, planejamento participativo, desenvolvimento de capacidades e estratégias de fortalecimento institucional culturalmente adequadas; (b) promoção da participação efetiva de Povos Indígenas em redes sociais e nos conselhos territoriais e deliberativos do projeto; e (c) investimentos em instalações produtivas (Componente 1) e em sistemas mais seguros de abastecimento de água (Componente 2).

71. **Reassentamento Involuntário (OP/BP 4.12):** Não existe previsão de financiamento de qualquer projeto que possa vir a causar deslocamento físico significativo e perdas econômicas. Em princípio, o projeto procurará evitar o reassentamento involuntário sempre que possível. No entanto, alguns dos possíveis projetos a serem financiados pelo Projeto (como investimentos em infraestrutura rural, na estrutura de grupos produtivos, na infraestrutura do sistema de distribuição de água potável e em atividades relacionadas a desastres naturais e ao gerenciamento de riscos ambientais) podem envolver a realocação de pessoas ou a compra de terras. Nesses casos, espera-se que o número de pessoas afetadas seja bastante reduzido e que a área das terras que porventura tenham que ser adquiridas seja relativamente pequena. Como os projetos a serem desenvolvidos no âmbito do Projeto ainda não são conhecidos, um Marco Conceitual de Políticas de Reassentamento Involuntário (RPF, do inglês *Resettlement Policy Framework*), de 27 de outubro de 2011, foi selecionado como instrumento adequado e se insere no âmbito do Marco Conceitual de Gestão Ambiental e Social do projeto (ESMF), também de 27 de outubro de 2011. Se necessário, o RPF será usado como guia na formulação de Planos de Ação de Reassentamento

(PAR) em locais específicos, que em muitos casos serão Planos Abreviados, devido ao número relativamente baixo de pessoas afetadas e impactos relativamente menores. Os PAR abreviados só serão usados quando 200 ou menos pessoas forem afetadas, quando elas não forem fisicamente realocadas ou quando perderem 10 % ou menos de seus ativos produtivos. O RPF foi submetido a consulta divulgada ao público no site do Mutuário e no sistema externo do Banco antes da avaliação.

Monitoramento e Avaliação

72. O projeto será monitorado e avaliado por meio do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) existente e bancos de dados desenvolvidos pela SDA no contexto de operações anteriores apoiadas pelo Banco, assim como pelo novo Sistema de Patrimônio, que incorporará ferramentas tecnológicas modernas, como software livre adotado pelo Governo Federal e pelo Governo do Ceará. O acesso à internet permitirá o registro e a divulgação de informações a todos os interessados, de acordo com os requisitos de segurança e níveis de acesso definidos. Uma grande vantagem desse sistema é a sua integração a outros sistemas atualmente utilizados por órgãos estaduais (sistemas MAPP/SIAP/S2GPR/ SACC/PGE/EDOWEB da SDA), o que evita a duplicação de registros de informação e mantém a integridade dos dados. O sistema também oferecerá a vantagem do acesso a documentos em formato digital, quando disponíveis, evitando, assim, o uso desnecessário de papel e facilitando a localização de documentos.

73. O sistema de monitoramento será um instrumento realista e flexível para melhorar o desempenho da implementação do projeto mediante a identificação oportuna de problemas que exijam a atenção imediata dos gestores, permitindo assim que medidas corretivas sejam tomadas. O sistema também monitorará o desempenho do projeto contra dados de base, verificará o progresso logrado à luz de indicadores de resultados, justificará ajustes necessários durante o processo de implementação, promoverá verificações do uso de recursos em relação aos objetivos do projeto, fornecerá e receberá feedback de atores envolvidos e gerará insumos para a divulgação dos resultados do projeto. A SDA também desenvolveu um Arranjo Institucional e um Marco de Resultados que orientará os seguintes elementos: (i) desenho do fluxo de trabalho de um sistema de monitoramento, avaliação e implementação, e (ii) a implementação de uma estratégia de avaliação para a operação proposta.

74. Uma avaliação de impactos será desenvolvida para os Componentes 1 e 3 do projeto com o apoio do programa de avaliação de impactos do Banco no setor de Desenvolvimento Agrícola e Rural (também conhecido como Adaptações Agrícolas, ou AADAPT). Várias pesquisas de base foram realizadas no decorrer do processo de preparação do projeto, bem como avaliações para melhor compreender : (i) as restrições enfrentadas por agricultores e associações de produtores rurais; e (ii) como as intervenções do projeto podem aliviar essas restrições da melhor maneira possível. Com base nessa análise, a equipe desenvolveu hipóteses testáveis sobre impactos programáticos e os canais pelos quais o projeto pode afetar os resultados. As seguintes atividades adicionais de pesquisa de base serão levadas a cabo para refinar essas hipóteses:

- (a) Uma análise das principais cadeias de valor nas áreas abrangidas pelo projeto (por exemplo, processamento e comercialização de leite e carne, culturas de frutas ou legumes, etc.). O objetivo dessas análises das cadeias de valor é compreender os

- desafios enfrentados por agricultores nas diferentes fases das suas atividades econômicas, como as de produção, processamento e comercialização.
- (b) Serão realizadas pesquisas de base sobre possíveis beneficiários do programa, cujos resultados serão incorporados a bancos de dados agrícolas e socioeconômicos existentes. Esses bancos de dados constituem um elemento essencial para o Sistema de Informações Gerenciais. As informações dos bancos de dados serão posteriormente analisadas para orientar a elaboração do projeto e sua estratégia de implementação.

75. A avaliação de impactos gerará orientações operacionais para o projeto ao longo de sua implementação. Além de medir o impacto de algumas intervenções fundamentais do projeto no âmbito dos Componentes 1 e 3, essa avaliação considerará questões relativas à complementaridade e possibilidade de substituição de diversas intervenções que podem gerar melhores resultados para organizações de produtores rurais e as famílias que fazem parte dessas organizações. A avaliação de impactos testará, particularmente, a eficácia relativa de diversas modalidades de assistência técnica com vistas a melhorar a qualidade das propostas comerciais elaboradas por organizações de produtores e a gestão dos recursos produtivos visando promover a sustentabilidade dos investimentos. Além disso, o projeto medirá o impacto de se oferecer cursos de treinamento gerencial para grupos elegíveis para financiamento que não podiam ser apoiados em decorrência da disponibilidade limitada de recursos. As avaliações de impacto irão permitir o desenvolvimento de um marco que permitirá verificar a relação de causalidade entre as intervenções do projeto (apoio financeiro por meio de subsídio equivalente, prorrogação) e os resultados para organizações de produtores, comunidades e famílias, controlando outros fatores que podem afetar o resultado dessas intervenções. Além disso, elas ajudarão o projeto a desenvolver uma estratégia para garantir a sustentabilidade das suas ações no campo das políticas.

76. Os resultados examinados nessa avaliação incluirão os seguintes indicadores: adoção de novas tecnologias, melhorias na produção e na produtividade, melhorias em práticas de gestão, acesso a mercados e questões relacionadas à governança das organizações de produtores rurais (por exemplo, inclusão de mulheres e pequenos agricultores, gerenciamento de investimentos comuns) e renda familiar das atividades produtivas. A avaliação de impactos gerará insumos para o gerenciamento de projetos durante a sua implementação que permitirão os ajustes necessários no seu desenho e execução.

77. Compreender qual modelo de serviços de assistência técnica e extensão é mais eficaz é fundamental para o sucesso da implementação deste projeto. Agentes de extensão rural podem oferecer orientações e apoio a organizações de produtores rurais para ajudá-las a identificar empreendimentos viáveis e desenvolver e implementar suas propostas comerciais. Esses agentes de extensão rural são funcionários da EMATERCE, o órgão de extensão rural estadual, ou de movimentos sociais (como do Movimento dos Sem Terra, da FETRAECE, etc.)²⁴. Embora os agentes de extensão rural da EMATERCE possam ter conhecimentos mais aprofundados sobre tecnologias agronômicas e tendências do mercado, os movimentos sociais desenvolveram, ao

²⁴ Com 390 extensionistas e 610 estagiários, a EMATERCE não tem a capilaridade suficiente para chegar à maioria das 300 mil propriedades agrícolas do Ceará. Nesse sentido, os movimentos sociais são organizações importantes para expandir o acesso aos serviços de extensão no Estado.

longo de muitas décadas, fortes relações de confiança com as comunidades, o que facilita sua mobilização e interesse no projeto e a transferência de conhecimentos. Ainda que não seja possível manipular a cobertura dessas organizações, e, portanto, estabelecer vínculos de causalidade entre o tipo de extensão oferecido e os resultados de interesse, a avaliação de impactos gerará uma imagem descritiva da eficácia relativa desses dois modelos de extensão rural usando indicadores como os seguintes: qualidade das propostas comerciais elaboradas por organizações de produtores rurais e sua implementação, adoção de novas tecnologias, melhorias em processos induzidos pelas comunidades e capital social (p.ex., inclusão de todas as classes socioeconômicas e solução de problemas de ações coletivas para garantir a sustentabilidade dos investimentos).

78. O Banco também está considerando a possibilidade de desenvolver um modelo de avaliação de impactos para medir o impacto relativo e a relação custo-eficácia de diferentes normas de rateio de custos com aportes de contrapartida para apoiar iniciativas comerciais rurais. Esse exercício pode ajudar o projeto a compreender como o esquema de doação compartilhada pode promover a participação de grupos de baixa renda e desfavorecidos, a adoção de novas tecnologias e o acesso aos mercados.

79. A equipe também está considerando a possibilidade de incluir uma avaliação de impacto para o Componente 2 de modo a medir os efeitos em termos de bem-estar social de ampliações do acesso a sistemas de abastecimento de água potável e saneamento básico em áreas rurais, enfocando, particularmente, os seguintes resultados: incidência de doenças transmitidas pela água, redução do tempo gasto com coleta de água (desagregado por gênero e faixa etária), avaliação qualitativa de bem-estar, etc.

80. Os dados coletados e usados nessa avaliação de impacto serão totalmente incorporados ao SIG. Tais dados serão gerados por pesquisas anuais e semestrais de domicílios, comunidades e organizações de produtores. O tamanho das amostras será determinado juntamente com a SDA para garantir a representatividade e que os indicadores possam ser desagregados por gênero. Além disso, os instrumentos para as pesquisas serão desenvolvidos em coordenação com outros Estados que estejam implementando projetos semelhantes, para garantir que os dados coletados sejam comparáveis entre estados em termos de conteúdo e qualidade.

Anexo 4: Matriz de Avaliação de Riscos Operacionais (ORAF)

Projeto Ceará Rural: Desenvolvimento Sustentável e Competitividade (P121167)

Riscos relacionados aos atores envolvidos no projeto				
Riscos relacionados aos atores	Classificação	Baixo		
Descrição: Baixo nível de comprometimento com o Objetivo de Desenvolvimento do Projeto. As organizações de produtores existentes poderiam se opor ao ODP e à metodologia do projeto propostos. Gestão e coordenação de uma abordagem multisectorial, com a participação/comprometimento significativos da comunidade no Componente 1.	Gerenciamento do risco: O desenho do projeto está alinhado com a estratégia de desenvolvimento pactuada no Estado, conforme expresso no Plano Plurianual de Investimentos do Estado do Ceará (PPA 2012-2015).			Resp: Banco Estágio: Execução Prazo: Permanente Situação: Dentro do prazo
	Gerenciamento do risco: Diálogo permanente com as contrapartes do Estado durante a execução. Arranjo institucional e sistema de monitoramento da implementação bem projetados.			Resp: Banco Estágio: Execução Prazo: Permanente Situação: Dentro do prazo
	Gerenciamento do risco: Consulta permanente com as organizações de produtores na área do projeto durante a preparação e a execução, para atingir consensos em torno de ODP e metodologia. Parceria comercial com atores-chave da cadeia de produtores que participam com as OPs na formulação de planos de negócios e compartilham inteligência de mercado.			Resp: Cliente Estágio: Execução Prazo: Permanente Situação: Dentro do prazo
Riscos relacionados ao órgão executor (inclusive fiduciários)				
Capacidades	Classificação	Moderado		
Descrição: Os funcionários públicos têm limitada capacidade para facilitar o desenvolvimento do sector privado, especialmente na prestação de assistência técnica para o desenvolvimento de negócios e para o empreendedorismo.	Gerenciamento do risco: Manual Operacional do Projeto amplamente disseminado no âmbito da estratégia de comunicação do projeto; controle exercido pelo Comitê de Articulação.			Resp: Cliente Estágio: Execução Prazo: 31/jul/2012 Situação: Dentro do prazo
	Gerenciamento do risco: Forte controle social estabelecido e atuando através do CEDR			Resp: Cliente Estágio: Execução Prazo: Permanente Situação: Dentro do prazo
	Gerenciamento do risco:			

	Oferta de treinamento e consultoria às organizações de produtores e ao pessoal técnico da SDA e de outros órgãos estaduais envolvidos na execução do projeto e ativos nas iniciativas de acesso ao mercado.				
	Resp: Cliente		Estágio: Execução	Prazo: 31/jul/2012	Situação: Dentro do prazo
Governança	Classifi-cação	Moderado			
Descrição: A avaliação objetiva dos planos de negócios propostos poderia ser preterida com o propósito de usá-los para fins de clientelismo político na área do projeto.	Gerenciamento do risco: Transparência na seleção dos planos de negócios por meio de licitações públicas; Manual Operacional do Projeto amplamente disseminado no âmbito da estratégia de comunicação do projeto; Controle do Comitê de Articulação. Forte controle social estabelecido e atuando através do CEDR.				
	Resp: Cliente	Estágio: Execução	Prazo: 30/jun/2013	Situação: Dentro do prazo	
Riscos inerentes ao Projeto					
Concepção do Projeto	Classifi-cação	Moderado			
Descrição: A exigência de doações compartilhadas para financiar a execução dos planos de negócios poderia distorcer os mercados financeiros, não obstante a escassa disponibilidade de financiamento rural formal.	Gerenciamento do risco: O Projeto está construindo um diálogo com instituições financeiras (p.ex., Banco do Brasil e Banco do Nordeste) com o propósito de incluí-las no financiamento dos planos de negócios. Explorar alternativas para cobrir o risco financeiro das organizações de produtores rurais, a fim de melhorar a sua credibilidade.				
	Resp: Cliente	Estágio: Execução	Prazo: 30/jun/2013	Situação: Dentro do prazo	
Aspectos sociais e ambientais	Classifi-cação	Moderado			
Descrição: Capacidade de salvaguarda: A implementação de arranjos produtivos depende fortemente da capacidade das organizações de produtores rurais, que varia muito. Distorções demográficas no potencial de acesso aos benefícios do projeto. Os padrões tradicionais de divisão social do trabalho podem dificultar a participação das mulheres na economia produtiva e restringir o seu acesso a oportunidades no mercado de trabalho.	Gerenciamento do risco: O Marco Conceitual de Gestão Ambiental e Social e o Marco Conceitual de Planejamento dos Povos Indígenas abordam as questões de cumprimento de salvaguardas e propõem ações, sempre que necessário, para garantir uma capacidade técnica adequada. Gerenciamento do risco: A avaliação social e o Marco Conceitual de Planejamento dos Povos Indígenas focalizam os principais riscos e restrições que podem dificultar a participação desses grupos sociais mais vulneráveis e propõem medidas de mitigação.				
	Resp: Cliente	Estágio: Execução	Prazo: 30/jun/2013	Situação: Dentro do prazo	
	Gerenciamento do risco: Capacitação, treinamento e assistência técnica voltados para as organizações de produtores serão avaliados e financiados, conforme necessário, nos planos de negócios propostos.				
	Resp: Cliente	Estágio: Execução	Prazo: 31/dez/2013	Situação: Dentro do prazo	
	Gerenciamento do risco: O foco da infraestrutura das comunidades rurais no acesso a água potável deverá reduzir a carga de trabalho doméstico das mulheres, proporcionando-lhes mais tempo para outras atividades econômicas.				

	O projeto também oferecerá às mulheres capacitação para participar nos investimentos produtivos do projeto.				
	Resp: Cliente	Estágio: Execução	Prazo: 31/dez/2013	Situação: Dentro do prazo	
4.3 Programa e doadores	Classifi-cação				
Descrição: Não se aplica	Gerenciamento do risco:				
	Resp:	Estágio:	Prazo:	Situação:	
4.4 Monitoramento e sustentabilidade dos resultados	Classifi-cação	Moderado			
Descrição: Atrasos no repasse de recursos para as organizações de produtores poderiam dificultar a implantação dos planos de negócios. Os treinamentos em processos de aquisições e finanças que serão oferecidos às organizações, como condição prévia ao desembolso, também podem ocasionar atrasos. A capacidade técnica da SDA para projetar e executar adequadamente sistemas de M&A poderia inibir a avaliação dos resultados e do impacto associado.	Gerenciamento do risco: O Estado do Ceará demonstrou ter aplicado melhores práticas no gerenciamento de repasses para as organizações locais, e o Banco tem projetos sendo implantados no Estado. Capacitação será oferecida pelo Banco. A equipe do Banco (incluindo especialistas em gestão financeira e em aquisições) compartilha as melhores práticas de outros projetos na região.				
	Resp: Cliente	Estágio: Execução	Prazo: 31/dez/2012	Situação: Dentro do prazo	
	Gerenciamento do risco:				
	Apóio da equipe do Banco no desenho da avaliação de impacto; especialistas em M&A na equipe do Banco; contratação de especialista em M&A pela SDA de acordo com Termos de Referência examinados pelo Banco.				
	Resp: Cliente	Estágio: Execução	Prazo: 31/dez/2013	Situação: Em andamento	
Risco global					
Classificação do risco de implementação: Moderado					
Descrição: A estratégia inovadora do Estado de crescimento econômico com inclusão traz consigo riscos inerentes de capacidade institucional. Com uma operação relativamente complexa baseada em uma abordagem multisetorial, a capacitação técnica e o gerenciamento do projeto são elementos-chave para garantir que o projeto seja implementado segundo o cronograma. O risco global da implementação é considerado moderado, porque o Banco tem uma longa parceria e familiaridade com o Estado, além do que medidas adicionais para mitigar o risco global do projeto foram ou serão aplicadas, como a estruturação da Unidade de Gestão do Projeto sob a liderança da SDA, a alocação adequada de financiamento, o estabelecimento de parcerias e a colaboração de outras secretarias estaduais, órgãos e atores, a elaboração de plano de negócios para investimentos produtivos, os pacotes de métodos de aquisições, a flexibilidade do desenho do projeto e a elaboração do Manual Operacional do Projeto antes do início.					

Anexo 5: Plano de Apoio à Implementação

Projeto Ceará Rural: Desenvolvimento Sustentável e Competitividade

Estratégia e Abordagem de Apoio para Implementação

Plano de Apoio à Implementação

I. Apoio para Implementação

1. A estratégia de apoio à execução (AE) baseia-se no perfil de risco do projeto (i.e., na matriz de avaliação de risco operacional – ORAF, Anexo 4) e tem como objetivo melhorar as intervenções propostas pelo projeto em termos de qualidade de execução. Assim, o apoio à execução concentra-se em: (i) medidas de mitigação de risco definidas na ORAF; e (ii) processo padrão de supervisão do Banco, abrangendo desde os aspectos técnicos, institucionais e de salvaguardas (meio ambiente, social) até os fiduciários (gestão financeira e aquisições).
2. A supervisão semestral do Banco (incluídas as visitas de campo aos investimentos financiados nos Componentes 1 e 2) se concentrará nas seguintes áreas:
 - **Área estratégica:** Na medida do possível, as missões de supervisão se reunirão com o Comitê de Articulação do Projeto para: (i) analisar as atividades do projeto; (ii) reconfirmar o alinhamento estratégico dos aspectos multisectoriais do projeto; e (iii) assegurar a articulação necessária entre os respectivos atores do projeto.
 - **Área técnica:** O foco da supervisão será a implementação do ciclo de investimentos no que se refere aos Componentes 1 e 2, assim como assegurar a capacidade da SDA de fornecer um controle de qualidade nas intervenções do projeto, tanto centralizada, em Fortaleza, como ao longo de seus treze escritórios territoriais. Visitas de campo aleatórias servirão para verificar a conformidade com o Manual Operacional do Projeto e estimular ajustes, conforme necessário, no desenho do projeto, em função dos resultados encontrados no terreno. Especialistas em cadeia de mercado/setor privado (Componente 1) e em abastecimento de água e saneamento (Componente 2) complementarão a equipe permanente de supervisão do Banco, prestando apoio por períodos curtos aos funcionários do Banco e, quando houver justificação, serão mobilizados especialistas externos para casos específicos. O apoio sendo prestado por especialistas do Banco na área de M&A e pelos especialistas em avaliação contratados, quando necessário, continuará a reforçar a capacidade da SDA de acompanhar o progresso do projeto e avaliar o impacto das intervenções.
 - **Salvaguardas.** O Banco trabalhou e assessorou uma equipe da SDA na preparação e consulta do ESMF para o projeto proposto, e continuará a prestar apoio ao longo da execução do projeto, no que se refere aos investimentos financiados no âmbito dos Componentes 1 e 2. O Banco também trabalhou em estreita colaboração com a equipe do cliente na preparação e consulta do IPPF e do RPF, e continuará colaborando durante a execução do projeto.

- **Fiduciário:** O Banco oferecerá oportunamente treinamento específico para as organizações de produtores e a SDA, antes da entrada em vigor do projeto e durante a sua execução, por meio de supervisão periódica. Com os referidos treinamentos e supervisões, se busca: (i) preparar o pessoal da SDA para trabalhar com as organizações de produtores no âmbito de seus respectivos investimentos, em conformidade com as Diretrizes de Aquisições e Anticorrupção do Banco e com o Manual de Operacional do Projeto; (ii) assegurar que as organizações de produtores tenham capacidade para gerenciar o fluxo de recursos e procedimentos de contabilidade simples, em linha com as orientações de gestão financeira; e (iii) trabalhar com a SDA e com os órgãos coexecutores na estruturação de gestão financeira e de aquisições a fim de melhorar e facilitar o gerenciamento do projeto. A supervisão das disposições relativas à gestão financeira do projeto será levada a cabo semestralmente e sempre que o cliente requerer. A supervisão da parte de aquisições também será realizada semestralmente, durante as missões de supervisão periódicas do Banco.
- **Relação com o cliente:** Caberá ao Líder da Equipe do Projeto (LEP): (i) coordenar a supervisão do Banco de maneira a garantir que a execução do projeto esteja em conformidade com o especificado nos documentos legais (i.e., Acordo de Empréstimo, Manual Operacional do Projeto); e (ii) reunir-se regularmente com representantes de alto escalão do cliente (i.e., da SDA e da SEPLAG) para avaliar o progresso do projeto em relação ao ODP e resolver os entraves à sua implantação, conforme surgirem.

II. Combinação de Competências

Competências necessárias	Nº de Funcionários-semana por Exercício Fiscal (EF)	Nº de viagens por EF	Comentários
Líder da Equipe do Projeto (Supervisão)	6	3	No país
Especialista em Aquisições	3	2	No país
Especialista em Gestão Financeira	3	2	No país
Especialista em Meio Ambiente	3	2	No país
Especialista em Questões Sociais	3	2	No país
Advogado	3	1	Na sede
Especialista em cadeia de mercado/setor privado	5	3	No país
Especialista em Monitoramento/Avaliação	3	2	No país
Especialista em Gerenciamento de Desastres Naturais	2	1	No país
Especialista em Água e Saneamento	5	2	No país

III. Parceiros

Nome	Instituição/País	Atribuição
Parceiros no setor privado	Diversos/ TBD pelas OPs participantes	Parcerias comerciais com as OPs na elaboração e implantação de planos de negócios viáveis.
Instituições financeiras	IFC, Banco do Brasil; Banco do Nordeste	Ligaçāo com o mercado; Financiamento complementar dos planos de negócios propostos

		(Componente 1).
Parceiros de abastecimento de água e saneamento básico	CAGECE, SOHIDRA, COGERH, SISAR, SRH, ASA, FUNASA	Colaborar na elaboração do projeto e no gerenciamento dos investimentos em serviços de água (Componente 2)
Conhecimento e aprendizagem; Assistência Técnica	EMATERCE, CENRTED, EMBRAPA, CONPAM, FUNCENAME, ITF, SEBRAE, UECE, UFCE	Colaboração no intercâmbio de conhecimentos, em cursos de formação, assistência técnica especializada, pesquisas, estudos (Componentes 1, 2 e 3)

Anexo 6: Análise Econômico-financeira

Projeto Ceará Rural: Desenvolvimento Sustentável e Competitividade

Introdução

1. Considerando que a natureza, a abrangência e a escala dos investimentos propostos resultarão das demandas explícitas da população-alvo, não se justifica fazer uma análise *ex-ante* da relação custo-benefício do projeto como um todo.
2. No caso de projetos para apoiar a execução do plano de negócios (Componente 1 - Inclusão Econômica), embora as cadeias produtivas estratégicas tenham sido pré-identificadas²⁵ pela SDA e, em princípio, seriam priorizadas na etapa inicial do projeto, em última instância serão os grupos de produtores interessados que determinarão o alcance e o *mix* de produtos do projeto, em resposta às oportunidades de mercado. O investimento total previsto para o projeto é de cerca de US\$ 61,6 milhões para um número estimado de 440 projetos, ou de aproximadamente US\$ 140.000 por projeto.
3. Assim como para os projetos de produção no âmbito do Componente 1, a natureza, o alcance e o *mix* dos investimentos em infraestrutura para abastecimento de água potável do Componente 2 (*Serviços de Água*) serão definidos por meio de um processo orientado pela demanda. Entretanto, neste caso também serão considerados os diagnósticos dos Planos Municipais de Água, os Planos de Bacias, os percursos dos carros-pipa e o levantamento das fontes de água existentes e das necessidades nas comunidades rurais. O Componente 2 financiará cerca de US\$ 50 milhões em infraestrutura para aproximadamente 40 mil habitantes, com uma estimativa de US\$ 1.275 por beneficiário ou de US\$ 5.102 por família (veja o resumo na Tabela 1). Os investimentos deste componente deverão contemplar a construção de uma rede de abastecimento de água, instalações de tratamento de água e tecnologia computadorizada de ponta para medir o consumo de água, assim como kits sanitários. São consideradas fontes de água as adutoras existentes, os rios e açudes, porém o uso de poços só será autorizado após analisar o risco de causarem problemas de salinização.

Tabela 1 – Resumo do número de projetos e do investimento por projeto

	Investimento total (US\$)	Número de projetos	Média por projeto (US\$)	Número de produtores (C.1) e famílias (C.2)	Média por produtor rural ou beneficiário (US\$)
Projetos de produção	70.000.000	445	157.303	18.200	3.846
Projetos de serviços de água	50.000.000	140	357.142	40.000	1.275
TOTAL	124.000.000	585		53.200	

²⁵ Tais cadeias incluem ovinocultura, pequenos ruminantes, apicultura, aquicultura, e hortifruticultura.

Avaliação *ex-ante* do projeto de produção (Componente 1)

4. Para obter uma indicação *ex-ante* da solidez financeira dos investimentos que poderão ser feitos no âmbito do Componente 1, foram construídos modelos indicativos de produção baseados nas informações primárias e secundárias coletadas durante a preparação do projeto. O exercício de modelagem tomou como base, sempre que possível, informações sobre casos reais de pequenos grupos de produtores, além de informações técnicas fornecidas por especialistas locais sobre cadeias produtivas determinadas. Indicadores de viabilidade mais representativos e precisos podem e devem ser avaliados durante a implementação, usando informações provenientes de uma amostra mais ampla de propostas reais de investimento sendo apreciadas pelo projeto. As avaliações *ex-ante* e *ex-post* devem seguir procedimentos padrão.
5. Os modelos de investimento mencionados acima forneceram estimativas do impacto financeiro a título indicativo. Entre os indicadores de viabilidade utilizados estão o Valor Presente Líquido (VPL) do fluxo de benefícios líquidos adicionais – a uma taxa de desconto de 12% – e a Taxa Interna de Retorno (TIR) correspondente para os mesmos fluxos de benefícios. Foram calculados ainda os valores críticos²⁶ para os preços ao produtor e os custos de maneira a testar a solidez dos indicadores financeiros considerando a volatilidade das receitas e dos custos. Os resultados dessa análise são apresentados nas Tabelas 2 a 4.
6. A seguir são apresentados alguns exemplos de projetos produtivos:
 - (a) *Produção e comercialização de culturas irrigadas (hortifruticultura)*: O investimento ajudará 12 famílias a fazer a transição da agricultura de subsistência para a hortifruticultura comercial. Entre os principais investimentos estão a construção de seis estufas (6 x 1 ha), um galpão para beneficiamento de frutas e hortaliças, tanques para a produção de biofertilizante, sistemas de captação de água e irrigação, e uma van para transportar a produção, assim como em assistência técnica. A produção será vendida para mercados institucionais (i.e., o PAA e o PNAE) e no mercado local.
 - (b) *Produção e comercialização de mel*: O projeto visa aumentar a quantidade e a qualidade do mel produzido por um grupo de 50 apicultores. Os principais investimentos serão a aquisição de mil colmeias, novos equipamentos de beneficiamento e a construção de uma unidade de beneficiamento de mel, assim como em assistência técnica. O mel produzido será submetido a um processo de certificação sanitária pelas autoridades competentes para que os produtores possam continuar abastecendo os mercados formais, que em breve começarão a exigir certificação.
 - (c) *Produção e comercialização de leite*: Os projetos permitirão que uma comunidade de 280 produtores de caprinos compre equipamentos de resfriamento e processamento e construam uma usina de envase de leite e de processamento e envase de iogurte. A produção diária será de 500 litros de leite e 500 litros de iogurte, destinada principalmente aos mercados institucionais (PAA e PNAE). Outros investimentos compreendem uma van para transportar os produtos e assistência técnica.

²⁶ Refere-se ao percentual de mudança que reduz o VPL do fluxo de benefícios líquidos adicionais a zero.

(d) *Produção, processamento e comercialização de pescado:* Os projetos beneficiarão 20 famílias de pescadores artesanais, que farão a transição para a piscicultura. A produção será realizada em 120 gaiolas flutuantes, divididas em 3 diferentes etapas de crescimento. Os principais investimentos são as gaiolas flutuantes e a infraestrutura associada, assim como as instalações para beneficiamento do pescado.

Tabela 2 - Indicadores financeiros para alguns projetos ilustrativos

	Investimento total (R\$)	Receita Líquida Anual (R\$) ¹	VPL (R\$)	TIR	Geração de empregos pessoas/ano	Nº de produtores rurais beneficiados
Hortifruticultura	207.334	258.369	1.002.334	75 %	nd	12
Apicultura	304.576	511.571	703.307	48 %	6	50
Laticínios	609.213	516.534	1.750.020	47 %	5	280
Piscicultura	329.828	298.723	710.861	48 %	7	20

¹ Todos os custos, incluindo mão de obra familiar e depreciação, foram deduzidos da receita bruta.

Tabela 3 - Indicadores financeiros para alguns subprojetos ilustrativos (por família)

	Investimento total (R\$)	Receita Líquida Anual (R\$)*	VPL (R\$)
Hortifruticultura	17.278	21.531	83.527
Apicultura	6.092	10.231	14.006
Laticínios	2.176	1.845	3.505
Piscicultura	16.491	14.936	35.543

* Todos os custos, inclusive mão de obra familiar e depreciação, foram deduzidos da receita bruta.

Tabela 4 - Análise de sensibilidade dos modelos dos projetos ilustrativos

	Valor Crítico Preço ao produtor* (%)	Valor Crítico Preço ao produtor (R\$)	Valor Crítico Custos de funcionamento** (%)
Hortifruticultura	-46 %	-	141 %
Apicultura	-22 %	Mel = R\$ 5/kg	99 %
Laticínios	-30 %	Leite = R\$ 1,19/litro Iogurte = R\$ 1,74/litro	27 %
Piscicultura	-18 %	Pescado = R\$ 3,44/kg	28 %

** Mudanças máximas nos valores estimados de custos e benefícios para manter a TIR igual ou superior a 12 %.

7. Os investimentos analisados garantem um acréscimo significativo na renda dos produtores rurais (R\$ 262/mês, em média).
8. A análise de sensibilidade mostra que os projetos são fundamentalmente sólidos no que se refere à variabilidade dos custos de funcionamento e dos preços ao produtor. A piscicultura e a apicultura são os modelos mais sensíveis em termos de mudanças nos preços ao produtor. No entanto, esse grau de sensibilidade nos modelos é considerado bastante razoável.
9. *Hortifruticultura:* Geralmente uma atividade um tanto quanto arriscada por ser bastante vulnerável a eventos climáticos extremos, pragas e doenças, apresenta uma TIR elevada e pouca sensibilidade a mudanças nos preços ao produtor (ou quantidades produzidas) e custos operacionais.

10. O modelo mais sensível em termos de custos de funcionamento é o do leite. Contudo, a maior parte dos custos diz respeito ao pagamento feito aos produtores pelo leite cru. Um aumento no preço do leite beneficiado deveria se refletir no aumento do preço pago aos produtores pelo leite não beneficiado, o que se reverteria em maiores receitas, compensando o aumento dos preços pagos aos produtores pelo leite cru.
11. Embora atualmente a maior parte do leite e do mel seja vendida para o mercado institucional (o que poderia suscitar dúvidas quanto à sua sustentabilidade a longo prazo), essa situação garante um mercado de curto prazo e segurança nos preços durante o período de transição, durante o qual os produtores poderiam aumentar sua produtividade e suas competências empresariais, com assistência técnica adequada.

Avaliação *ex-ante* de projeto de serviços de água (Componente 2)

12. A implementação do Componente 2, Serviços de Água, visa melhorar a utilização das fontes de água do Estado e apoiar a execução da estratégia estadual de “acesso universal a água potável e saneamento básico para comunidades rurais”.²⁷
13. Conforme mencionado anteriormente, a natureza da estratégia de execução do projeto (projeto elaborado a pedido da população local) não permite a realização de uma avaliação *ex-ante* significativa de todo o projeto. Assim, a avaliação preliminar da relação custo-benefício dos investimentos em oferta de água potável com recursos previstos no Componente 2 baseia-se em casos extraídos do Relatório Final de Implementação (ICR) do Projeto de Redução da Pobreza Rural (PCPR) do Ceará, de dezembro de 2009, que precedeu este projeto. A expectativa é de que os projetos que serão financiados pelo Componente 2 sejam semelhantes em natureza e escala àqueles executados no PCPR.

Metodologia

14. A relação custo/benefício e a taxa de retorno econômico foram calculadas. O período de análise utilizado foi de 10 anos, sendo este considerado compatível com a vida útil esperada dos investimentos. A taxa de desconto utilizada na análise foi de 10%²⁸. Os custos compreenderam o investimento inicial e os custos operacionais anuais; os benefícios foram calculados com base em: (i) *economia de tempo na coleta de água*; (ii) *economias advindas da redução de doenças transmitidas pela água*; e (iii) *disposição para pagar, fator utilizado em substituição ao valor atribuído pelas famílias à disponibilidade de água potável*. Nesse sentido, são incorporados o efeito de outros benefícios não incluídos ou não medidos, como conforto e bem-estar, etc. Sua medição baseou-se na média dos pagamentos feitos pelas famílias pela água potável recebida do projeto.

²⁷ Estudos como o de Songco (2002) têm mostrado que investimentos em infraestrutura pública, particularmente em infraestrutura de abastecimento de água, geram uma melhoria substancial na vida das populações mais pobres, particularmente quando esses investimentos objetivam melhorar seus meios de subsistência (Songco, 2002). Baquero *et al.* (2006) afirmam que o acesso a bens [pelas populações rurais] permite que melhorem o gerenciamento de riscos, participem mais ativamente da vida social e política e sejam mais capazes de aproveitar as oportunidades e enfrentar os desafios.

²⁸ Esta taxa de desconto é menor que a do subprojeto produtivo, já que os investimentos em infraestrutura geralmente geram benefícios adicionais não contabilizados que costumam superar os custos não contabilizados.

15. Os indicadores econômicos dos oito projetos de abastecimento de água potável selecionados para análise encontram-se na Tabela 5.

Resultados

Tabela 5 – Análise financeira de dois tipos de Projetos de Serviços Básicos de Água

	Valor presente médio dos investimentos (R\$)	Valor presente médio dos benefícios (R\$)	Relação benefício-custo	Taxa interna de retorno (%)	Período de retorno do investimento (anos)
Abastecimento de água potável	65.135	96.104	1,48	18	6,2

16. A análise econômica do projeto de abastecimento de água potável mostrou resultados positivos, alcançando uma TIR de 18 % e uma razão benefício/custo de 1,48, o que significa que para cada R\$ 100,00 investidos no projeto o retorno será de R\$ 148,00. Uma análise de sensibilidade²⁹ mostrou que mesmo com um aumento de 10 % acima do cenário de base e uma redução simultânea de 10 % na receita, a TIR permaneceria acima da taxa de desconto, em 11 %³⁰.

17. Projetos de abastecimento de água trazem outros benefícios além de resultados econômicos, conforme mostra a literatura disponível. De acordo com a UNICEF (2009), por exemplo, as duas principais causas de mortalidade em crianças menores de cinco anos – infecções respiratórias agudas e doenças diarreicas – estão intimamente relacionadas com a baixa qualidade da água, da higiene pessoal e do saneamento básico. Além disso, o relatório *Sanitation for All* (Saneamento para Todos), da UNICEF, afirma que investir em água potável e saneamento básico na zona rural tem como resultados taxas inferiores de mortalidade e morbidade, diminuição dos gastos com saúde, aumento da produtividade dos trabalhadores, melhoria da capacidade de aprendizagem nas crianças em idade escolar, aumento da frequência escolar e elevação da autoestima e maior orgulho pela nacionalidade. O Relatório Final de Implementação do PCPR do Ceará traz evidências obtidas em entrevistas com beneficiários a respeito de uma redução na incidência de doenças transmitidas pela água, principalmente em crianças.

Referências

Baquero, F. Rocha J. Ortega, J. (eds.) (2006). Políticas Públicas y Desarrollo Rural en América Latina y Caribe: el papel del gasto público. FAO. Santiago. Chile.

²⁹ Para investimentos em comunidades que já tinham acesso a energia elétrica antes da execução dos subprojetos de abastecimento de água. Os resultados podem divergir em comunidades que não tinham energia elétrica no momento em que foram feitos os investimentos em abastecimento de água.

³⁰ A análise de sensibilidade do ICR do PCPR do Ceará não desagrega os investimentos em abastecimento de água e eletrificação rural. Os projetos de eletrificação rural apresentaram uma TIR inferior (13 %) aos de abastecimento de água. Assim, seria de se esperar que um aumento de 10 % nos custos de investimento em sistemas de abastecimento de água e uma redução de 10 % nos seus benefícios produzissem uma TIR maior que os 11 % obtidos para a soma de abastecimento de água e de eletrificação rural.

Songco, J. A. (2002). Do Rural Infrastructure Investments Benefit the Poor? School of International and Public Affairs, Columbia University and the World Bank. Vietnã.

UNICEF (2009). Community Approaches to Total Sanitation. Field Notes: UNICEF Policy and Programming in Practice. Nova Iorque. EUA.

UNICEF. (2001). Sanitation for All – Promoting Dignity and Human Rights. Nova Iorque. EUA.

Anexo 7: A Irrigação no Ceará e Atividades do Projeto Relacionadas a Irrigação

Projeto Ceará Rural: Desenvolvimento Sustentável e Competitividade

Contexto

1. O Estado do Ceará tem cerca de 108 mil hectares de terra irrigada, o que corresponde a apenas 0,3 % da sua área agrícola total e a cerca de um sexto da área potencialmente irrigável, estimada em aproximadamente 620 mil hectares³¹. Essa área é cultivada por uma grande variedade de usuários de sistemas de irrigação, que vão de grandes projetos (áreas irrigadas de vários milhares de hectares), passando por projetos de médio porte (de até algumas centenas de hectares), até irrigação de pequena escala para fins de agricultura familiar, nas comunidades rurais. A maior parte da área irrigada (70 %) está concentrada nas regiões hidrográficas do Banabuiú, Acaraú e Médio Jaguaribe; as outras oito regiões hidrográficas respondem pelos 30 % restantes. A Tabela 1 apresenta a área irrigada de projetos públicos de irrigação de médio e grande porte.
2. A política de grandes projetos públicos de irrigação foi promovida intensamente no final dos anos 60 com o objetivo de expandir a irrigação no Estado. A consolidação da política se deu em meados dos anos 80, com a criação do *Programa de Irrigação do Nordeste* (PROINE). Durante os primeiros anos da década de 90, o foco mudou para a implantação de esquemas de irrigação de médio porte, com o desenvolvimento pelo Estado de um programa de Polos de Irrigação e Crescimento Regional.
3. Em 1987, o Estado criou a sua Secretaria de Recursos Hídricos e, em 1992, concluiu o Plano Estadual de Recursos Hídricos. Esse plano identificou uma rede de reservatórios estratégicos para aumentar a capacidade do Estado de lidar com as secas recorrentes. Após a grande seca de 1994, que praticamente levou ao colapso o sistema de abastecimento de água da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), o Estado construiu o Canal do Trabalhador como uma medida emergencial e começou a planejar outros sistemas de integração para aumentar a sua segurança hídrica. Em 2005, o Plano Estadual de Recursos Hídricos foi completamente revisado com o intuito de atualizar os balanços hídricos de todas as bacias hidrográficas e identificar medidas apropriadas para lidar com o deficit remanescente entre oferta e demanda.
4. O plano revisado de 2005 identifica três principais tipos de infraestrutura a serem desenvolvidos para atender às múltiplas necessidades desse Estado do semiárido, quais sejam: (a) uma rede de pequenos reservatórios isolados para garantir o abastecimento de água potável de cidades e povoados específicos; (b) reservatórios maiores e uma adutora integrada para suprir o consumo doméstico de uma série de municípios, além de outros usos como irrigação, abastecimento industrial e aquicultura; e (c) vários sistemas de integração de grande porte para conectar os principais reservatórios, entre eles o Canal da Integração com capacidade reguladora plurianual, melhorando assim a segurança hídrica e a capacidade de lidar com o problema endêmico da seca e com a variabilidade e as mudanças climáticas.
5. Nesse sentido, a Política Estadual de Recursos Hídricos se baseia na ampliação da infraestrutura de abastecimento de água. A capacidade de armazenamento do Estado é de cerca de 18 milhões de m³, dos quais quase 90 % em grandes reservatórios. Além disso, esforços mais

³¹ Censo Agropecuário, 1995

recentes incluem a construção de infraestrutura de transferência de águas entre bacias hidrográficas de maneira a garantir a disponibilidade de água em grandes áreas metropolitanas e gradualmente integrar cada vez mais comunidades espalhadas ao longo do Estado.

6. O Banco Mundial tem uma longa história de envolvimento com o setor de gerenciamento de recursos hídricos do Estado, tendo dado sólido apoio ao fortalecimento institucional, ao planejamento de novas infraestruturas, à implantação de 25 reservatórios estratégicos multiuso e de sistemas de abastecimento de água para comunidades pobres rurais e para aquelas atingidas pela seca, e à construção do principal sistema de distribuição do Estado, que transporta água do açude Castanhão, na bacia do rio Jaguaribe, para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) – conhecido como Eixão das Águas –, garantindo o abastecimento de água a mais de três milhões de pessoas, além de abastecer a área industrial do Porto de Pecém.

7. Hoje, estima-se que a área irrigada por projetos públicos de irrigação seja de 50.766 ha,³² dos quais mais de 90 % concentram-se em nove projetos de grande porte (como Morada Nova, Icó-Lima Campos, Baixo Acaraú e Chapada-Apodi); a área restante é atendida por 23 projetos de médio porte (p.ex., Xique-Xique, Realejo, Graça, Altinho e Tucunduba)³³. Esses sistemas públicos de irrigação vêm sendo implantados tanto pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) como pelo Governo do Ceará, ou seja, através da Secretaria Estadual de Recursos Hídricos (SRH). A estratégia atual de grandes projetos de irrigação formulada pelo Governo Federal consiste em atrair investimentos privados para implantar uma estrutura de parcerias público-privadas (PPP) visando reabilitar esses projetos de grande porte por meio de contratos de concessão, e construir vários novos projetos.

8. Com a infraestrutura do Canal do Trabalhador e do Eixão das Águas, a irrigação deverá chegar a novas áreas. O projeto apoiará a elaboração e implantação de modelos de irrigação que contemplarão os pequenos produtores que vivem ao longo dessa infraestrutura de água. É provável que essas áreas recebam projetos de irrigação de médio porte como os descritos acima, com algumas centenas de hectares cada.

9. Sabe-se muito pouco sobre a área irrigada por pequenos agricultores familiares devido à falta de dados sobre esse tipo de irrigação. A captação de água para irrigação é diversificada e inclui diversos tipos de infraestrutura: pequenos e médios açudes, poços aluviais superficiais conhecidos como cacimbas, e poços tradicionais conhecidos como poços amazonas ou cacimbões, que são represas que captam e conservam a água subterrânea para usos produtivos. A agricultura irrigada de pequena escala vem recebendo um certo investimento público por meio de programas como o Poços do Sertão, o Projeto São José; o Projeto de Desenvolvimento Hidroambiental (PRODHAM), do Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos (PROGERIRH), financiado pelo Banco Mundial; e o Projeto de Desenvolvimento Sustentável para Assentamentos da Reforma Agrária no Semiárido (Projeto Dom Hélder Câmara).

10. A agricultura irrigada de pequena escala costuma concorrer diretamente com outros usos da água que têm maior prioridade, quais sejam, consumo humano e dessedentação animal. Assim, garantir que os atores e as autoridades locais recebam insumos para discutir as diferentes possibilidades de manejo da água (em termos de quantidade e qualidade) para diferentes usuários

³² Fonte: Pacto das Águas, 2009. Por outro lado, a área irrigada privada no Ceará está estimada em 18.537 ha.

³³ Plano Estadual de Recursos Hídricos, 2004. Dados de 2000.

e diferentes usos da água nas bacias hidrográficas irá requerer um considerável investimento em planejamento de recursos hídricos e gestão descentralizada no nível das comunidades locais.

11. Quanto aos métodos de irrigação mais utilizados, menos de 40 % das terras irrigadas no Ceará estão equipadas com sistemas de irrigação modernos nas propriedades, como irrigação por gotejamento ou por aspersores. O método de irrigação predominante é o de superfície (63 %) e por aspersores (32,8 %), com a irrigação por gotejamento e o pivô central respondendo por apenas 3,3 %³⁴.

12. A Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) tem um interesse especial em fortalecer a cadeia de valor das frutas e verduras, que tem crescido rapidamente graças aos projetos de irrigação de grande e médio porte, mas enfrenta um grande número de desafios relacionados com o alto grau de exigência dos mercados, tanto em nível nacional quanto internacional.

Definição do problema e necessidades

13. O Nordeste brasileiro vem atravessando problemas críticos relacionados à escassez de água, com secas periódicas, longas e severas que criam uma série de problemas econômicos e sociais e prejudicam o desenvolvimento da região. Suas características específicas fazem do Ceará particularmente vulnerável a essas adversidades climáticas. O Estado depende fortemente da infraestrutura de armazenamento de água superficial para abastecer os seus múltiplos usuários. Aproximadamente 90 % do seu território apresenta formações rochosas cristalinas, o que implica um potencial limitado de uso e armazenamento de água subterrânea devido aos pequenos volumes produzidos e à elevada salinidade da água. Por outro lado, a grande variabilidade na precipitação requer uma extensa capacidade de armazenamento para garantir a segurança hídrica. A importância do planejamento e gestão da infraestrutura de recursos hídricos é amplamente reconhecida pelo Estado, que vem dando tratamento prioritário e de maneira sistemática à questão.

14. A avaliação dos problemas, necessidades e potencial apresentada abaixo baseia-se em vários documentos-chave, sobretudo no Pacto das Águas, que consiste em um exercício de formulação de visão realizado de maneira participativa entre 2008 e 2009, no nível estadual, nas onze regiões hidrográficas e no nível municipal. O Pacto das Águas recolhe as principais aspirações da população quanto ao uso e à gestão dos recursos hídricos, e traz sugestões de programas e subprogramas sobre os aspectos mais relevantes para uma política racional de gestão de recursos hídricos para o Estado, entre elas o acesso universal à água potável e a disponibilidade de água para a agricultura irrigada.

15. Muitos dos grandes projetos de irrigação enfrentam os seguintes problemas: (i) infraestrutura de irrigação coletiva com manutenção precária e necessidade de reabilitação, (ii) baixa eficiência no uso de recursos hídricos em nível de fazendas, exigindo técnicas e práticas modernas de economia de água, (iii) crescimento acelerado da população nos territórios com irrigação (agrovilas), que demandam água tratada para consumo humano e saneamento básico, (iv) necessidade de melhorar o monitoramento e o controle do uso de pesticidas, que vem se tornando um problema de saúde pública (deterioração da qualidade da água), e (v) deficiências na gestão técnica e financeira por parte das organizações de usuários de água (OUA) e (vi) falta de titulação das propriedades dos produtores com áreas irrigadas.

³⁴ COMAGRI, 1996.

16. As demandas manifestadas pelos projetos de irrigação de médio porte são, até certo ponto, semelhantes às dos projetos maiores. Além disso, nessas demandas é enfatizada a importância dos seguintes pontos: (i) assistência técnica (AT) em técnicas e práticas de economia de água na irrigação, (ii) AT mais diversificada na produção e pós-colheita, (iii) preservação dos corpos d'água (aquéferos, mananciais, etc.) e da mata ciliar e (iv) uso mais racional e integrado da água para propósitos diversos (ex. consumo humano, pecuária, piscicultura e irrigação) de maneira coordenada com os principais atores, tais como os governos municipais.

17. A irrigação de pequena escala utilizada na agricultura familiar apresenta várias demandas, entre as quais: (i) ajuda para organizar os produtores; (ii) assistência técnica em técnicas de irrigação e produção de modo geral; (iii) recursos financeiros para aquisição de máquinas e equipamentos; (iv) preservação de corpos d'água (aquéferos, mananciais, etc.) e mata ciliar; e (v) apoio para o planejamento e a gestão participativos de recursos hídricos em nível de bacias por parte de agricultores que usam irrigação e outros usuários de água concorrentes.

Objetivo

18. O objetivo do subprojeto de produção com sistemas de irrigação do projeto é apoiar o aperfeiçoamento da produção de pequenos proprietários que trabalham com agricultura irrigada e aumentar a produtividade em áreas específicas do Ceará.

Abordagem do projeto

19. O Projeto segue uma abordagem integrada para melhorar a irrigação, que apoia melhorias na infraestrutura de irrigação (coletiva e nas propriedades agrícolas) usando as fontes de água existentes e a infraestrutura disponível para melhorar a produção e a produtividade com a adoção de sistemas e tecnologias sustentáveis. Tais sistemas e tecnologias aumentarão a eficiência do uso da água, evitando o seu desperdício em uma região onde o recurso é escasso durante boa parte do ano, e minimizarão o risco de salinização ou erosão do solo. Por meio do projeto terão acesso a esses sistemas e tecnologias os produtores que atualmente utilizam tecnologias de irrigação inadequadas ou menos eficientes, assim como os produtores da área do projeto que atualmente não têm acesso à irrigação.

20. O Componente 3 do Projeto fornecerá capacitação às organizações de usuários de água e grupos de agricultores, incluindo a formação de grupos, o fortalecimento dos grupos existentes, extensão e pesquisa adaptativa para fortalecer as cadeias de valor de culturas irrigadas. Além disso, o componente apoiará a descentralização do planejamento e da gestão dos recursos hídricos em nível das comunidades locais, para garantir que os atores envolvidos e as autoridades locais tenham subsídios para discutir as possíveis opções de gerenciamento da disponibilidade de recursos hídricos (em termos de quantidade e qualidade) para diferentes usuários e diferentes usos da água nas bacias hidrográficas, no médio e longo prazo.

21. O Componente 3 também capacitará a SDA, as unidades territoriais da SDA e as organizações de produtores para desenvolver projetos e monitorar sua implementação.

Beneficiários e área de intervenção do projeto

22. Os investimentos do projeto em irrigação beneficiarão comunidades rurais de baixa renda e, particularmente, pequenos e médios produtores agrícolas representados pelas suas organizações, entre as quais associações de produtores, cooperativas e outros tipos de organizações legalmente estabelecidas que possam comprovar o funcionamento regular.

23. Para cada tipo de subprojeto, a área de intervenção do Projeto será definida de acordo com as diferentes janelas propostas pelos planos de negócios selecionados.

Tipos de subprojetos

24. O projeto apoiará diferentes tipos de investimentos:

25. Investimentos em água para uso produtivo em nível comunitário

- (a) Esta tipologia financiará estudos de pré-investimento e a formulação, execução e supervisão de projetos para apoiar grupos de atores em nível de pequenas bacias (organizações de produtores, comitês de bacias, etc.).
- (b) Os principais beneficiários serão os pequenos agricultores que fazem uso de irrigação envolvidos em cadeias de valor (ex. produção de frutas e legumes, leite e carne, etc.). Entre os investimentos previstos estão: melhorias na captação de água, poços aluviais superficiais (cacimbas), e poços tradicionais (poço amazonas ou cacimbão), represas subterrâneas para captação de água e conservação para usos produtivos, etc.
- (c) Os critérios de elegibilidade para esta janela serão estabelecidos no Manual Operacional do Projeto.
- (d) A capacitação prevista no Componente 3 incentivará um processo de consultas com os diversos grupos de usuários em nível de bacias e a formulação do modelo técnico e de manejo para garantir a articulação com os investimentos em água potável e saneamento no meio rural, propostos no Componente 2.

26. Elaboração e construção de projetos de irrigação para pequenas propriedades:

- (a) Esta tipologia financiará estudos de pré-investimento e a formulação, execução e supervisão de subprojetos para ajudar os grupos de agricultores elegíveis a formular e executar projetos de irrigação ao longo da infraestrutura de abastecimento de água existente, como o Canal do Trabalhador. Entre os investimentos previstos estão: (i) construção de estruturas de captação de água; e (ii) sistemas de distribuição, regulação e drenagem.
- (b) A OP será responsável por 100 % da sua operação e manutenção.

27. Melhorias na tecnologia de irrigação nas propriedades:

Esta tipologia financiará estudos de pré-investimento e a formulação, execução e supervisão de subprojetos para apoiar grupos de agricultores elegíveis e melhorar o desempenho da irrigação em nível de propriedade por meio da instalação de sistemas melhorados de irrigação, incluindo: (a) realização de obras e fornecimento de equipamento para a captação nas fazendas (p.ex., instalação de tubulação, bombas, medidores, reguladores de pressão e tomadas d'água individuais, e a reabilitação ou construção de pequenos reservatórios de regulação); e (b) realização de obras e fornecimento de equipamento nas parcelas irrigadas (p.ex., instalação de aspersores e sistemas de gotejamento, regularização do terreno e tubulação portátil).